

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE**

DENISE OSÓRIO SEVERO

**ANÁLISE DAS FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
CONTEXTO DO BRASIL**

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciências da Saúde pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. HELENA ERI SHIMIZU

**BRASÍLIA
2014**

DENISE OSÓRIO SEVERO

**ANÁLISE DAS FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
CONTEXTO DO BRASIL**

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciências da Saúde pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília.**

Aprovado em: 11/11/2014

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu - (Presidente)
Universidade de Brasília**

**Prof. Dr. Michel Maffesoli
Université Paris Sorbonne**

**Prof^a. Dr^a. Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Universidade de Brasília**

**Prof^a. Dr^a. Maria da Graça Luderitz Hoefel
Universidade de Brasília**

**Prof^a. Dr^a. Maria Fátima de Sousa
Universidade de Brasília**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas... aos companheiros e companheiras de luta, aos meus queridos amigos, colegas, professores, educandos e familiares que me apoiaram e contribuíram nesta longa e sempre prazerosa caminhada de eternas descobertas e novas perguntas.

RESUMO

No contexto do Brasil, os movimentos sociais têm passado por mudanças notáveis desde os anos de 1970, que se traduzem em suas formas de organização, estratégias de luta e suas relações com as tecnologias. Isso tem conduzido a novas conformações que revelam diferentes formas de expressão dos movimentos sociais e parecem orientadas por diferentes razões. Trata-se de abordagem qualitativa, na modalidade de pesquisa participante, que tem como objetivo analisar as formas de expressão dos movimentos sociais com caráter nacional no contexto do Brasil, no período entre 2011 e 2013. Os instrumentos de pesquisa adotados foram constituídos por entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo, registros fotográficos, e pesquisa documental. Foram realizadas 29 entrevistas com lideranças dos seguintes grupos: 1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2) Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), 3) Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT), 4) Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida; 5) Rede Social do PVPI e 6) Integrantes das mobilizações de junho de 2013. Os dados foram analisados a partir da aplicação da Matriz de Análise de Hoefel et al (1) e Análise de Conteúdo de Bardin (2). Os resultados indicam que as estratégias de lutas adotadas pelos movimentos traduzem diferentes tendências que compõem um mosaico de distintos paradigmas dos movimentos sociais. Ademais, os dados apontam que as formas de relação que eles estabelecem com as redes virtuais são influenciadas por diferentes conceitos que oscilam entre a tecnologia e a *tecnosophie*. Conclui-se que as diferentes formas de expressão dos movimentos sociais traduzem a coexistência de distintas racionalidades norteadoras que transitam entre a razão moderna e a razão sensível.

Palavras-chave: movimentos sociais; tecnologia; *tecnosophie*; razão moderna; razão sensível.

ABSTRACT

In the Brazil's framework, social movements have gone through remarkable changes since the 70s, translated into their forms of organization, struggle strategies and relationship with technologies. These changes have led to new conformations that reveal different forms of expression of social movements and seem to be geared for different reasons. This is a participant research in a qualitative approach, which aims to analyze the forms of expression of social movements with national nature in the context of Brazil, in the period between 2011 and 2013. The instruments adopted for this research are participant observation, field diary, photographic records, documentary research and semi-structured interviews. Twenty-nine interviews were performed with leaders of 1) Landless Rural Workers' Movement (MST); 2) National Articulation of Social Movements and Practices of Popular Education in Health (ANEPS); 3) Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender/Transsexual Movement (LGBT); 4) Permanent Campaign against Pesticides and for Life; 5) PVPI Social Network and 6) members of the Mobilizations occurred in June 2013. Data were analyzed through the application of the Analysis Matrix of Hoefel et al. (1) and Content Analysis of Bardin (2). The results indicate that struggle strategies adopted by social movements reflect different trends that make up a mosaic of different paradigms of social movements. Furthermore, the data suggest that the forms of relationship the social movements establish with virtual networks are influenced by different concepts ranging from technology and *tecnosophie*. The research concludes that the different forms of expression of social movements reflect the coexistence of guiding rationalities transiting between modern reason and sensible reason.

Keywords: social movements; technology; *tecnosophie*; modern reason; sensible reason.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – MATRIZ DE ANÁLISE DE HOEFEL ET AL. (1)	53
FIGURA 2 – SUJEITOS DE PESQUISA/ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	54
FIGURA 3 – MANIFESTAÇÕES/ENCONTROS/REUNIÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS COM CARÁTER NACIONAL	63
FIGURA 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS MAPEADOS NO DISTRITO FEDERAL E SUAS RESPECTIVAS BANDEIRAS DE LUTA	66
FIGURA 5 – MANIFESTAÇÕES/MOVIMENTOS SOCIAIS ACOMPANHADOS E SUAS RESPECTIVAS BANDEIRAS DE LUTA	80
FIGURA 6 – ESTRATÉGIAS DE LUTA	92
FIGURA 7 – ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS.....	15
2.1 OBJETIVO GERAL	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	16
3.1.1 Paradigmas Norte-Americanos	17
3.1.1.1 Teorias Clássicas.....	17
3.1.1.2 Teorias Contemporâneas: Teorias da Mobilização de Recursos (MR).....	20
3.1.1.3 Teorias da Era da Globalização: Teorias da Mobilização Política (MP).....	21
3.1.2 Paradigmas Europeus	23
3.1.2.1 Paradigma dos Novos Movimentos Sociais.....	23
3.1.2.2 Paradigma Marxista	24
3.1.3 Paradigma Latino-Americano.....	29
3.2 TEORIAS DA DEMOCRACIA: DA TEORIA CLÁSSICA À DEMOCRACIA COSMOPOLITA	31
3.3 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: ENTRE O CLÁSSICO E O BARROCO.....	36
3.3.1 Maffesoli e a Teoria da Razão Sensível.....	38
3.4 MODERNIDADE E AS CONCEPÇÕES DE TECNOLOGIA.....	45
4 MÉTODO.....	50
4.1 ETAPAS DA PESQUISA.....	55
4.1.1 Primeira Fase	55
4.1.2 Segunda Fase	56
4.1.3 Terceira Fase – Parte I (“Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”)	59
4.1.4 Terceira Fase – Parte II (Movimentos em Nível Nacional)	62
4.1.5 Quarta Fase – Entrevistas em Profundidade (Movimentos em nível Nacional)	64
4.2 LIMITES DA PESQUISA	65
5 RESULTADOS E ANÁLISE	66
5.1 RESULTADOS DO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL.....	66
5.2 RESULTADOS E ANÁLISE DO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO DISTRITO FEDERAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM CARÁTER NACIONAL.....	69
5.2.1 Atores Sociais.....	70
5.2.2 Bandeiras de Luta	79
5.2.3 Estratégias de Luta	85

5.3 RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	93
5.3.1 <i>Tecnosophie</i> e Movimentos Sociais	94
5.3.2 Tecnologia e Movimentos Sociais	103
5.3.3 Paradigmas e Teorias.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
7 REFERÊNCIAS.....	135
Apêndice A – Banco de Imagens Coletadas na Terceira Fase da Pesquisa (Parte II)	141
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	155
Apêndice C – Roteiro para Entrevista Semi-estruturada	157
Anexo A – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal e Entorno.....	158

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1970 os movimentos sociais vêm passando por inúmeras transformações nos seus modos de organização e lutas que expressam, em verdade, as mudanças macroestruturais que as sociedades vêm passando ao longo dos últimos quarenta anos. No âmbito desta pesquisa, os movimentos sociais são concebidos conforme proposto por Gohn (2008), como expressões das ações coletivas que traduzem lutas sociais, econômicas e culturais.

A reestruturação produtiva e o desenvolvimento de novas tecnologias deflagraram alterações profundas no modo como a sociedade se organiza, como constrói as relações sociais e como se articula para o enfrentamento das adversidades que afetam o cotidiano de vida e saúde da classe trabalhadora.

Os anos de 1970 foram marcados no Brasil e na América Latina por uma fase de efervescência dos movimentos sociais, que lutavam contra as ditaduras militares e pela restauração da democracia. Ademais, no Brasil esse período destacou-se também pelas lutas em prol da Reforma Sanitária e da construção de políticas públicas capazes de promover condições dignas de vida para o conjunto da população. Nesse contexto, emergiram diversos movimentos sociais que lutavam por saúde, moradia, reforma agrária, igualdade de gênero, entre tantas outras causas que surgiram (3-5), formando as bases de movimentos tais como o Movimento Sanitário, Movimento de Educação Popular em Saúde, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de lutas no campo da saúde do trabalhador, movimentos feministas e a reorganização do movimento sindical.

A forma de organização e atuação dos movimentos sociais no período foi marcada por grandes mobilizações de massa e apresentavam características típicas do modo como a esquerda historicamente se organizou, norteadas por um projeto político, uma ideologia e por bandeiras de lutas bem definidas, que almejavam, em grande parte dos movimentos, a construção futura de uma sociedade socialista. Além disso, havia uma dada concepção de Estado, uma organicidade nítida e orientada por representações, bem como o investimento massivo em trabalho de base e formação política sólida, que culminava na formação de quadros expressivos e lideranças que carregavam consigo um forte

sentimento de pertença às respectivas organizações, conformando a militância e o que era entendido por ação política na época.

Assim, as pessoas se vinculavam aos movimentos em função da militância política e do compromisso com um projeto que efetivaria transformações estruturais na sociedade. Nota-se que os olhares e os esforços voltavam-se fundamentalmente para o futuro, coerente com a lógica da modernidade. Com efeito, a sociedade se expressava de forma mais definida e polarizada. Tudo parecia ser mais nítido e, no âmbito dos movimentos sociais, o papel central era organizar a classe trabalhadora e fazer a luta de classes. Para tanto, era necessário, seguindo a perspectiva marxista, desvelar a essência existente por trás das aparências.

Com relação ao Estado, era visto como inimigo e, como tal, lutava-se também contra ele e mantinha-se um cuidado muito grande para manter a autonomia dos movimentos. A relação com a sociedade política se dava no sentido de reivindicação do papel do Estado no provimento de políticas públicas adequadas às demandas da população (3-6,8) e, como mencionado, da luta pela restauração dos direitos civis e políticos, plasmados no início da década de 1980 na luta pelas “Diretas Já”.

A década de 1980 foi o prenúncio das grandes transformações que o mundo viria a passar a partir de então. No Brasil, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a retomada da democracia, o fortalecimento das lutas advindas dos anos de 1970 e os impactos da reestruturação produtiva impactaram profundamente as formas de organização dos movimentos e sua relação com o Estado. Nesse sentido, parece haver certa transição para uma concepção de Estado mais alinhada com Gramsci, haja vista que, após a Constituição de 1988, o entendimento do Estado enquanto um espaço de disputa, atravessado pela luta de classes, e a estratégia de “guerra de posição” (9), parece tomar força no interior dos movimentos, que passam a ampliar a interlocução com a sociedade política, a ocupar alguns espaços instituídos de participação social e a adotar uma postura menos reivindicatória e mais propositiva (4,5,10,11).

Todavia, é nos anos de 1990 que as formas de organização e lutas dão sinais ainda maiores de mudanças. As repercussões da queda do muro de Berlim, a ascensão da globalização e a cristalização das alterações nos processos produtivos, levadas a cabo pelas políticas neoliberais, associadas ao surgimento

de novos meios de comunicação impactaram o conjunto da sociedade e acarretaram transformações sociais, políticas, culturais e ambientais que se expressaram nos movimentos sociais e no modo como historicamente foram realizadas as lutas e ações políticas.

Desde então o mundo mudou profundamente. A dissolução dos grandes modelos inspiradores da esquerda soou como “triunfo” do capitalismo e, de fato, sua hegemonia no plano econômico, político, social e especialmente cultural, parecia inegável. Paralelamente, a internet e os novos meios de comunicação “adentraram” de modo incontestado o cotidiano da vida social e foram delineando novos comportamentos, valores, modos de vida e de atuação dos sujeitos e coletivos na sociedade contemporânea. A ascensão das redes sociais como forma de organização e expressão dos movimentos sociais surge neste momento e engendra “silenciosamente” novas formas de relação e intervenção que seriam sentidas mais fortemente no início do século XXI.

Nesse cenário dos anos de 1990, os movimentos sociais e a classe trabalhadora no Brasil estão envolvidos em tentar não sucumbir à dilaceração dos direitos sociais e das políticas do Estado Mínimo. As mudanças gerais mencionadas associadas ao modelo econômico vigente se expressam nos movimentos sob a forma de manifestações políticas pontuais, fragmentadas, plurais e policlassistas (3-6,10-13). Os processos se mostram efêmeros, a imagem e a aparência pouco a pouco ocupam espaços.

Os movimentos passam a lutar mais por direitos de cidadania e por pautas conjunturais. Ganham força as lutas vinculadas às questões afirmativas, tais como os direitos da população LGBT, indígenas, negros, entre outros. A militância se transforma, as redes e fóruns vão ganhando terreno e o final da década de 1990 sinaliza a indignação com as desigualdades sociais geradas pelo sistema, plasmada no manifesto internacional de Seattle e na organização do Fórum Social Mundial no Brasil, como contraponto ao Fórum de Davos (4,5,11,12).

O momento, portanto, era de intensa contradição. Por um lado a sociedade brasileira vivenciava avanços substantivos referentes à construção da democracia participativa, com a expansão de diversas esferas de participação social na elaboração das políticas públicas e a formação de conselhos deliberativos, fóruns e experiências de orçamento participativo, para citar algumas. Por outro, a classe trabalhadora e os movimentos sociais viviam grandes retrocessos com os efeitos

perversos do neoliberalismo e as perdas progressivas de direitos sociais/trabalhistas, ao mesmo tempo em que mantinha novas e velhas formas de atuação coletiva.

Na virada do milênio e primeiros anos do século XXI os movimentos sociais sinalizam outras alterações. No contexto latino-americano ocorre a emergência de movimentos camponeses e indígenas na Bolívia, Equador, México, Brasil e Argentina, identificados nos manifestos dos coccaleros e indígenas andinos, nos movimentos dos desempregados na Argentina, nas experiências zapatistas do México e nas práticas de auto-gestão encontradas na Bolívia, Equador e nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (13).

Esses movimentos evidenciam a complexidade e pluralidade da contemporaneidade. Não apresentam as características classistas típicas dos anos de 1970, mas também deixam de se expressar de modo pontual como vinha ocorrendo nos anos de 1990. Resgatam as grandes manifestações de massa desaparecidas na década anterior e evidenciam o convívio entre diferentes valores e interesses. Destaca-se que esses movimentos parecem ter favorecido a ascensão de governos progressistas no contexto político latino-americano do início dos anos 2000, evidenciados principalmente nas vitórias de Chávez, Morales, Lula, Correa e Lugo, entre outros.

Todavia, a crise do capital financeiro deflagrada em 2008, decorrente da crise imobiliária dos EUA, gerou efeito cascata no mundo todo, especialmente no contexto europeu, e trouxe consigo uma nova onda de manifestações sociais mundiais, articuladas fundamentalmente pelas redes sociais, desencadeada pela Primavera Árabe – especificamente na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen – seguida por uma série de manifestos expressos no Movimento dos Indignados na Espanha, Grécia e Portugal, pela insurgência do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos e pelos manifestos do Movimento Estudantil no Chile, para citar alguns (14).

No Brasil as redes sociais também são um fenômeno e diferentes formas de movimentos coexistem em um emaranhado social complexo, difuso e “estético”. Os manifestos realizados durante a Conferência Rio + 20, no âmbito da Cúpula dos Povos – evento paralelo que se contrapôs à Conferência – foram um sinalizador dessa convivência e das transformações.

Nesse sentido, as mobilizações de junho de 2013 no Brasil constituíram um marco histórico e talvez uma linha divisória no que tange à interpretação e compreensão do fenômeno e da importância das redes virtuais na sociedade atual. De fato, o conjunto dos movimentos sociais clássicos e inclusive as instituições governamentais ficaram em estado de choque não somente com as proporções, mas, sobretudo, pelas características do processo, articulado fortemente pelo Facebook. A surpresa sugere distintos olhares sobre as redes sociais virtuais e o Facebook que remetem às diferentes concepções de tecnologia.

Com efeito, o caleidoscópio da sociedade contemporânea parece apontar para a pluralidade de organizações e estratégias lineares e rizomáticas, estruturais e conjunturais, estéticas e políticas, presenciais e virtuais. Enfim, evidenciam diferentes formas de expressão dos movimentos sociais, cujas categorias oscilam entre vários paradigmas e sugerem a co-existência de racionalidades que parecem transitar entre a razão moderna e a razão sensível. Ressalta-se que as formas de expressão dos movimentos sociais são aqui entendidas como as distintas formas de organização, modos de luta e atuação política dos mesmos.

Considerando a complexidade do cenário atual e a importância dos movimentos sociais como protagonistas dos processos de transformação da sociedade, torna-se fundamental analisar suas diferentes formas de expressão no contexto do Brasil, haja vista que a compreensão destes processos poderá contribuir para o avanço das lutas e para construção de estratégias de fortalecimento das distintas formas de participação social.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as formas de expressão dos movimentos sociais com caráter nacional no contexto do Distrito Federal e Rio de Janeiro, no período de 2011 a 2013.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear os movimentos sociais no contexto do DF e os movimentos com caráter nacional presentes no DF e Rio de Janeiro.
- Compreender as formas de organização e as estratégias de luta dos movimentos sociais.
- Identificar e analisar as bandeiras de luta dos movimentos sociais, a fim de apreender em que medida a saúde está incluída em suas lutas.
- Conhecer de que modo os movimentos sociais estão participando da construção de políticas públicas de saúde.
- Conhecer a representação de ação política dos movimentos sociais.
- Identificar as aproximações existentes entre as formas de expressão dos movimentos sociais estudados, a razão moderna e a razão sensível.

- Conhecer as concepções e os modos de relação com as tecnologias e com as redes virtuais estabelecidos por diferentes formas de expressão dos movimentos sociais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Tendo em vista o objeto desta pesquisa e a relevância dos estudos desenvolvidos por Maria da Glória Gohn na área dos movimentos sociais, optou-se por fundamentar a revisão de literatura nesse campo com base na ampla sistematização realizada por essa autora, complementados por alguns autores como Simionatto, Arruda Jr. e Filho, Gruppi. Gohn é socióloga brasileira, Doutora em Ciências Políticas e Pós-doutora em Sociologia pela New School University - New York, coordenadora do Grupo de Estudos “Movimentos Sociais, Educação e Cidadania”, Secretária Executiva do Research Comitee “Social Movements and Social Classes” da Associação Internacional de Sociologia e professora da Universidade de Campinas (UNICAMP) - Brasil.

A seguir apresenta-se uma síntese das teorias abordadas na sua obra intitulada “Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”, cuja primeira edição foi publicada em 1997, com os resultados da sistematização e comparação das principais teorias e paradigmas correspondentes sobre os movimentos sociais na produção das ciências sociais contemporâneas.

De acordo com Gohn (6), os movimentos sociais foram analisados ao longo do percurso histórico a partir de distintas perspectivas que podem ser categorizadas em três paradigmas: Paradigmas Norte-Americanos, Paradigmas Europeus e Paradigma Latino-Americano. Cada um deles apresenta distintas teorias que foram identificadas e sistematizadas, com intuito de esclarecer as diferenças e semelhanças entre as mesmas.

No que tange aos Paradigmas Norte-Americanos, são constituídos por três teorias: Teorias Clássicas, Teorias Contemporâneas (Teorias da Mobilização de Recursos) e as Teorias da Era da Globalização (Teorias da Mobilização Política). Com relação aos Paradigmas Europeus, subdividem-se em: Paradigma dos Novos Movimentos Sociais e Paradigma Marxista.

3.1.1 Paradigmas Norte-Americanos

3.1.1.1 Teorias Clássicas

Segundo Gohn (6), a abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas Ciências Sociais predominou até os anos de 1960 e desenvolveu-se com mais força nos Estados Unidos, propagando-se de lá para outros países. Apresenta cinco grandes linhas, que tem como eixo de análise a teoria da ação social e a compreensão dos comportamentos coletivos a partir de uma perspectiva sociopsicológica. Os comportamentos coletivos eram considerados como fruto das tensões sociais. Entendia-se que as ações coletivas não institucionais surgiam como reação às insatisfações advindas das rápidas mudanças que a sociedade industrial gerava e à desorganização decorrente dessas transformações.

Assim, as ações coletivas eram vistas como um comportamento irracional das massas, como quebras da ordem vigente e, como tal, entendidas como sinônimo de patologia social. Nesse sentido, a adesão aos movimentos era considerada uma forma de resposta irracional de indivíduos desorientados pelos processos de mudanças e, desse modo, as abordagens e explicações centravam-se na reação psicológica dos indivíduos frente às frustrações e aos medos e nos mecanismos de rompimento das normas sociais vigentes (6).

As cinco correntes teóricas de abordagem clássica sobre a ação coletiva são:

- 1) Escola de Chicago e interacionistas simbólicos.

Nesta vertente os movimentos sociais seriam decorrentes de reações psicológicas às estruturas de privações socio-econômicas. A corrente originou a

primeira teoria sobre movimentos sociais, elaborada por Blumer, segundo o qual a insatisfação com a vida, o desejo de mudança e a esperança de construção de novos sistemas seriam os propulsores de situações de inquietação social e, nesse sentido, os movimentos sociais eram definidos pelo autor como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida (6).

Eles seriam o resultado de mudanças no plano individual e psicológico. Embora as motivações fossem advindas de questões exteriores, da ordem cultural, elas se assentavam em bases interiores, individuais. Para Blumer, no início, um movimento social não tem forma e apresenta organização incipiente. Na medida em que evolui aproxima suas características de uma sociedade e passa a ter uma organização sólida, forma, costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais. Divide os movimentos em três categorias: genéricos, específicos (reformistas ou revolucionários) e expressivos. Além disso, aponta cinco mecanismos que conduzem à evolução dos movimentos: agitação, desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e o desenvolvimento de operações táticas.

Os movimentos genéricos estariam relacionados às mudanças de valores das pessoas, que representariam tendências culturais que pouco a pouco contribuiriam para o surgimento de novas crenças, para a reelaboração do conceito que os sujeitos têm de si mesmos, de seus direitos e privilégios, conduzindo ao despertar de preocupações com a saúde, educação, emancipação da mulher, a ciência, entre outras questões. Os movimentos específicos seriam a forma avançada dos genéricos, ou seja, a concretização das motivações, dos desejos e insatisfações que dariam origem a essa forma mais orgânica, caracterizada pela existência de objetivos e metas definidos, organização, estrutura, lideranças com consciência coletiva, filosofias, valores e tradições.

Destaca-se que, tanto os movimentos específicos reformistas como revolucionários, apresentam em comum os cinco mecanismos mencionados e os ciclos de vida. Quanto às diferenças, estão associadas ao escopo e alvo dos objetivos, os procedimentos e as táticas. Ressalta-se que os movimentos reformistas almejam mudanças pontuais e os revolucionários buscam a transformação de toda ordem social. No que tange os movimentos expressivos, diferenciam-se completamente dos demais. Referem-se aos religiosos e ao movimento da moda. Ambos não almejam mudanças e cumprem um papel de

difusão de determinados comportamentos que no devir histórico são absorvidos, influenciando profundamente os indivíduos e o conjunto da sociedade.

2) Teorias sobre a sociedade de massas

Desenvolvida nos anos de 1940 e 1950 por alguns importantes autores, destacando-se Kornhauser. A corrente estava centrada no comportamento coletivo das massas e concebia os movimentos sociais como formas irracionais de comportamento, fruto das condições estruturais de carência e privação.

3) Abordagem sociopolítica

Corrente predominante nos anos de 1950, advinda da teoria elaborada por Häberle, centrada nas variáveis políticas. Ela articulava as classes e relações sociais de produção, tentando entender tanto os movimentos revolucionários como os comportamentos coletivos político-partidários, ou seja, o comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político dos distintos grupos e classes sociais.

Para Häberle, os movimentos sociais são a expressão do descontentamento de indivíduos com a ordem social vigente que tem como objetivo central a mudança dessa ordem. Para ele os movimentos sociais não se restringem aos movimentos ligados necessariamente à classe operária da sociedade industrial, mas representam uma forma própria de grupo social que incluem grupos organizados e não organizados. Distingue movimentos genuínos, com importância histórica, de movimentos efêmeros e protestos pontuais.

Os elementos que caracterizam um movimento social seriam: consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Ademais, afirma que os movimentos manteriam uma integração permanente por meio de compromissos coletivos e ideologias e que apresentam a tendência de internacionalização.

4) Abordagem funcionalista

Trata-se da corrente plasmada nos trabalhos de Smelser, na década de 1960, que combina a Teoria da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons, retomando a abordagem psicossocial e deixando de lado as relações entre as estruturas e a política. A teoria de Parsons é associada à concepção do homem utilitarista de Hobbes e à abordagem funcionalista dos movimentos sociais, entendidos enquanto comportamentos coletivos que surgem em períodos de inquietação social, incertezas, mal-estar e desconforto.

As categorias centrais são anomia/disnomia e organização/desorganização, respectivamente postuladas por Durkheim e pela teoria funcionalista de Merton. Na perspectiva funcionalista, uma crise social é um indicador de mudanças sociais. Parte do pressuposto que existe uma ordem social estática que precisa ser controlada e seu descontrole constitui o elemento que possibilita a emergência de movimentos sociais. Desse modo, eles são vistos como algo externo à ordem social, não são considerados sujeitos históricos.

5) Corrente organizacional-institucional, expressa nos trabalhos de Gusfield e Selznick, nos anos de 1950. Não teve muito impacto na época, mas influenciou muito as teorias que substituíram o paradigma clássico. Foi retomada nos anos de 1990 por alguns autores.

3.1.1.2 Teorias Contemporâneas: Teorias da Mobilização de Recursos (MR)

Estas teorias surgem no contexto das transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana na década de 1960, no bojo da emergência das lutas pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, movimentos feministas, entre outros. Como a denominação sugere, a teoria prioriza a análise econômica. A ênfase é colocada em um enfoque exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre indivíduos que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e os benefícios das ações.

A base do modelo é a teoria do utilitarismo. Os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses e, como tal, são entendidos enquanto organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. A variável mais importante nessa teoria são os recursos, sejam humanos, financeiros e de infraestrutura variada. Nessa perspectiva, os movimentos sociais surgiriam quando os recursos se tornassem viáveis. Assim, os movimentos sociais estruturam seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, destacando-se como principais os econômicos, humanos e de comunicação.

De acordo com Gohn (6), McCarthy e Zald foram os autores mais importantes da primeira fase da teoria da Mobilização de Recursos (MR). A partir da adoção de conceitos hegemônicos nas análises das corporações econômicas,

desenvolvidos particularmente por Olson, no mundo das organizações empresariais, foram avaliados os membros de um movimento como um grupo de interesses que, como tais, eram consumidores de um mercado de bens. Desse modo, foi aplicado nas análises o modelo de compra e venda e competição por produtos.

Segundo essa teoria, diferentes grupos competiriam entre si para obter recursos para suas ações, assim como a adesão de suas clientelas e as atenções das agências governamentais. O referencial teórico da MR excluía as ideologias como fator explicativo importante porque não considerava a dimensão de luta social dos movimentos. Contrariamente, Tilly e McAdam contribuirão posteriormente para a incorporação das ideologias como elemento importante dos movimentos no paradigma norte-americano.

Nesse sentido, as críticas de Cohen à teoria da MR também destacariam a exclusão de valores, normas, projetos, ideologias, cultura e identidade dos grupos sociais estudados e à aplicação da lógica de interação custo-benefício. Conforme Gohn (6), Cohen teria criticado Olson por caracterizar aqueles que se mobilizam nas ações coletivas como indivíduos desorganizados, sendo que eles se organizam em grupos de solidariedade.

3.1.1.3 Teorias da Era da Globalização: Teorias da Mobilização Política (MP)

Enquanto a teoria da Mobilização de Recursos destacou os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica que presidia às ações dos movimentos – tratados como organização formal – a Teoria da Mobilização Política (MP) destaca o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo.

A ênfase na MP é colocada na estrutura das oportunidades políticas e no grau de organização dos grupos demandatários. Os movimentos sociais tomam forma por conjuntos de oportunidades e constrangimentos políticos externos existentes no contexto político em que estão inseridos. Além disso, aplica-se a análise cultural na interpretação dos discursos referentes aos atores dos

movimentos. A linguagem, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos em discursos.

Os símbolos e ideias presentes nos discursos interessam para a análise, pois representam veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas. Os descontentamentos, os valores e as ideologias foram resgatados por intermédio de um olhar que busca entender a identidade coletiva dos grupos e a interação com sua cultura. Essa teoria aproximou-se das teorias européias denominadas “Novos Movimentos Sociais”.

A teoria da MP reintroduziu a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Três elementos foram trabalhados: a reconceituação da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados. Nesse sentido, o interacionismo ressurgiu com bastante vigor, sob a forma de interacionismo simbólico. O argumento do interacionismo simbólico (Goffman) – as condições estruturais são necessárias, mas não suficientes para explicar a ação humana – é retomado e a MP voltou-se para os estudos psicossociais, enfatizando as regras de interação e o papel da subjetividade na determinação das ações dos indivíduos. Além da psicologia social, outras teorias foram incorporadas.

A teoria da MP faz um esforço de articular explicações gerais, de nível macro – com ênfase em processos políticos e não no campo dos interesses econômicos da MR – e explicações do universo micro, específicas – com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos.

Enquanto a integração dos indivíduos à sociedade moderna industrial de consumo era vista como algo natural, decorrente do progresso, na MP a integração ocorre num campo de lutas e disputas. Não há mais uma ordem social de equilíbrio ou desequilíbrio, mas um contexto político favorável ou desfavorável às mobilizações.

3.1.2 Paradigmas Europeus

3.1.2.1 Paradigma dos Novos Movimentos Sociais

Segundo Gohn (6), essa teoria surge a partir da crítica de alguns autores europeus sobre a capacidade do paradigma tradicional marxista (também denominado de clássico ou ortodoxo) em dar conta de explicar os movimentos sociais que surgiram na Europa a partir dos anos de 1960, bem como devido à insuficiência dos modelos utilitaristas e das teorias fundadas na lógica racional (custo-benefício). A teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) volta-se para a construção de um modelo teórico baseado na cultura.

Apresenta como matrizes teóricas a teoria da ação social, a Escola de Frankfurt (especialmente Adorno e Habermas), os “novos” idealistas contemporâneos (Guattari, Deleuze e Foucault), além de Marx e Weber, entre outros. Algumas das principais referências dedicadas à elaboração da Teoria dos Novos Movimentos Sociais são: Touraine (corrente francesa), Melucci (corrente italiana) e Offe (corrente alemã). Embora cada uma das correntes enfatize determinados aspectos, apresenta-se a seguir os elementos gerais da teoria.

A ênfase é colocada sobre a cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento e processo de criação de identidade. Eles assinalam que o problema do marxismo ortodoxo é que ele aborda as ações coletivas somente a partir do prisma das determinações macroestruturais da sociedade, o que impediria de explicar ações advindas de outros campos, como o político e especialmente o cultural. Em virtude do peso conferido à determinação econômica e a consequente subordinação da dimensão política e cultural, o marxismo ortodoxo seria incapaz de apreender o novo e de reconhecer o retorno e recriação de atores, bem como admitir a potencialidade de transformação da realidade a partir da ação dos indivíduos, independentemente da influência das estruturas.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais não trabalha com o conceito de consciência de classe e nem com a ideia de centralidade de um sujeito histórico

(proletariado) predeterminado para a realização das transformações na sociedade, embora preserve a categoria *ideologia*. Nesse sentido, afirma que há o surgimento de novos sujeitos caracterizados por coletivos difusos, não hierarquizados, que lutam pela igualdade de acesso aos bens da modernidade, embora também façam críticas aos mesmos e norteiem suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários. Desse modo, entende-se os participantes de ações coletivas como atores sociais, interpretados a partir de dois aspectos: suas ações coletivas e a identidade coletiva construída no processo (6).

Nesse sentido, destaca-se como categoria central de análise a identidade coletiva construída pelos grupos, que representa o elemento constituinte da formação dos movimentos sociais. É a defesa da identidade coletiva que impulsiona o seu crescimento e interfere na definição dos membros, fronteiras e ações dos grupos. A identidade coletiva se contrapõe à ideia de identidade social, fruto das estruturas sociais que definiriam dadas características dos indivíduos.

Além disso, a política também assume centralidade na teoria, mas concebida sob outra perspectiva. Deixa de ser vista como um nível na escala hierárquica, também determinada pelas estruturas, e passa a ser considerada uma dimensão da vida social, incluindo, portanto, todas as práticas sociais. A dimensão política é enfocada especialmente no nível das microrrelações sociais e culturais. Consideram-se novas formas de se fazer política e a politização de novas questões.

3.1.2.2 Paradigma Marxista

A perspectiva marxista enfoca a análise das lutas sociais voltadas para a transformação das condições materiais de existência. Nesse sentido, Gohn (6) identifica duas grandes correntes do paradigma marxista clássico, sendo uma mais vinculada às primeiras formulações de Marx e a outra às elaborações mais tardias do autor.

A corrente adepta da fase madura de Marx privilegia os fatores econômicos e as determinações macroestruturais da sociedade. Essa linha enfatiza que a luta de classes é fruto do conflito capital/trabalho e é a mola propulsora da história. O

movimento operário seria o grande protagonista que desempenharia o papel de vanguarda nas lutas sociais e que, juntamente com o partido político e os intelectuais orgânicos teriam a missão histórica de transformar e construir uma sociedade sem classes. O protagonismo da classe operária decorreria do lugar que ela ocupa no processo de produção e das próprias contradições do capitalismo.

A autora adverte que esta visão gerou interpretações da realidade mecanicistas e deterministas que foram rejeitadas por muitos autores, inclusive marxistas, tais como Castells, Offe, Hobsbawm, entre outros, que realizaram uma releitura do marxismo dito ortodoxo, constituindo a corrente dos neomarxistas. Nessa linha, destaca-se a *política* como categoria central de análise, com foco na cultura política, entendida enquanto fruto do amadurecimento dos processos democráticos. Desse modo, a política, assim como a economia, tem papel fundamental nos processos históricos. Influenciaram essa corrente as teorias da alienação (de Lukács e Escola de Frankfurt) e a teoria da hegemonia de Gramsci.

Destaca-se que, embora existam releituras, a categoria *classes sociais* se mantém nas teorias marxistas que analisam os movimentos sociais – enquanto norteadora da reflexão sobre os elementos que orientam suas ações, tais como: origens dos sujeitos envolvidos nas lutas, a ideologia e os interesses dos movimentos (6).

Ainda com relação aos fundamentos clássicos, vinculados à fase madura de Marx, são identificados nas obras de Lênin, Rosa Luxemburgo, Trótski, Mao Tsé-Tung e Gramsci. As análises de Gohn (6) sobre os principais elementos que se destacam em cada um destes autores reitera a centralidade da análise da sociedade e das lutas sob a perspectiva da luta de classes, em busca da transformação estrutural da realidade social pela via revolucionária, cujos caminhos foram apontados de modo distinto por cada um deles.

Nesse sentido, ressalta em Lênin a importância do partido enquanto vanguarda da classe, cujo papel seria o de organizar e dar direção às massas – incapazes de sozinhas perceberem as contradições do sistema – para favorecer o desenvolvimento de uma consciência social revolucionária. Essa direção seria exercida então por quadros partidários, formados entre as elites das vanguardas de operários e intelectuais. Além disso, preconiza formas diferentes de organização operária para as lutas econômicas e políticas. As lutas econômicas

deveriam ser feitas no âmbito da organização profissional, ampla e não conspirativa, que cumpririam também uma função crucial na agitação política e organização revolucionária. Ao contrário, a luta política deveria se organizar de forma restrita, com ações conspirativas, descentralizada, com formação de núcleos de operários experientes nos principais bairros (6).

Por outro lado, Rosa Luxemburgo se contrapõe à primazia dada aos sindicatos e partidos como entes que definem as diretrizes de ação dos trabalhadores e orientam as massas. Ela acredita na capacidade das massas de perceberem as contradições e complexidade da ordem social vigente e, como tal, defende a atuação das massas por meio de movimentos sociais auto-organizados. Enfatiza a espontaneidade das massas e suas potencialidades criativas de construir mecanismos de transformação da realidade. Aborda a revolução enquanto um processo necessariamente decorrente da ampliação da consciência dos homens e das experiências forjadas por eles ao longo do processo histórico. Pondera que o socialismo não poderia ser preestabelecido, uma vez que somente seria construído a partir das lutas sociais, como uma nova forma de relação social entre os homens e não somente como um novo modo de produção (6).

Com relação às elaborações de Trótski, a autora ressalta as aproximações com a perspectiva de Lênin, especialmente com relação à importância dos partidos, do papel fundamental da vanguarda na direção dos mesmos, e pelo entendimento da revolução como único caminho para a mudança da sociedade. As questões centrais trotskistas, ressaltadas por Gohn (6), são associadas às ideias de revolução permanente e correlação de forças de uma sociedade. A realidade é analisada como uma grande luta, em que importa traçar adequadamente estratégias e táticas capazes de conduzir às mudanças.

Nessa perspectiva, a transformação da realidade e a instalação de um governo de trabalhadores não seriam alcançadas como resultado do processo de amadurecimento das massas. Defendem que isso somente seria concretizado com uma tomada de poder abrupta e definitiva, que por sua vez, exigiria um trabalho permanente de formação e ensinamento das massas com relação à capacidade de perceber o real, organizar-se e engajar-se nos processos de luta. O trabalho pedagógico com as massas é, desse modo, realçado como condição *sine qua non* para o avanço do processo revolucionário. Ele defende o papel da

direção política e dos dirigentes como sendo de profunda importância para orientar e até definir os rumos da luta (6).

Ademais, postula a necessidade de análise permanente da conjuntura política e da correlação de forças a fim de construir possibilidades de alterar a correlação de modo favorável às mudanças. A criação dessas oportunidades políticas seria papel do partido, dos operários e dos intelectuais, por meio da luta constante contra a burguesia, representada pelo Estado. Nesse sentido, Gohn assinala que a questão da oportunidade política é abordada em Trótski de modo contrário à corrente do paradigma americano, que a destaca como uma ação necessariamente realizada por quem está no comando do Estado, restando aos movimentos tão somente aproveitá-la.

Ainda com relação aos fundamentos teóricos marxistas clássicos discutidos por Gohn (6), ela destaca Gramsci como a principal referência para as análises dos movimentos populares na América Latina, especialmente nos anos de 1970 e 1980. O conceito de Estado ampliado e de hegemonia constituem as categorias mais destacadas. Em Gramsci o Estado não é entendido enquanto um espaço restrito a serviço da burguesia. Ao contrário, o Estado é constituído pela sociedade civil e sociedade política (aparelho estatal) e atravessado pela luta de classes, em permanente disputa. Assim, admite a possibilidade e importância de conquistar espaços de poder dentro da sociedade política.

Essa disputa por espaços remete ao conceito de “guerra de posição” proposta por Gramsci, em oposição à “guerra de movimento” defendida por Lênin (9). Desse modo, a estratégia revolucionária para Gramsci não passa pela tomada abrupta do Estado, mas pela disputa por hegemonia no âmbito da sociedade civil como forma de estabelecer uma contra-hegemonia na sociedade política e induzir uma transição do modo capitalista de produção por dentro da sociedade política (9,19,20). Ou seja, ele entende o processo revolucionário como uma mudança gradual, que é precedida de transformações no âmbito da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento de uma contra-hegemonia à classe dominante (6).

Nesse sentido, ressalta-se que a hegemonia refere-se à direção política e cultural da sociedade e é organizada pelos intelectuais orgânicos (9,19). Desse modo, percebe-se também a relevância da categoria do intelectual orgânico proposta por Gramsci. Com efeito, Arruda Jr. e Borges Filho (19) ressaltam que o

intelectual orgânico cumpre um papel de atuação junto a sua classe na elaboração de uma nova concepção de mundo, no desvelar das contradições da sociedade e dos mecanismos de superação. Estar vinculado organicamente significa participar efetivamente de um projeto junto a uma das classes fundamentais: burguesia ou proletariado. O caráter orgânico depende da sua relação com a classe a que pertence ou a que escolheu fortalecer. O intelectual orgânico da classe operária representa uma espécie de síntese entre o especialista e o político, agindo como um organizador e persuasor permanente (19). Dito de outra forma, ele atua como um facilitador da elevação da consciência crítica e conseqüentemente como um catalisador das forças de luta pela transformação da estrutura da sociedade.

A concepção de Estado ampliado, hegemonia e intelectual orgânico de Gramsci constituem categorias fundamentais para a análise dos movimentos sociais, haja vista que a atuação dos movimentos sociais e as formas de participação construídas no Brasil especialmente a partir dos anos de 1980 indicam aproximações com esses fundamentos. Muitos movimentos se organizaram, ampliaram suas bases e se fortaleceram com o apoio de inúmeros militantes que desempenhavam (e desempenham) a função de intelectuais orgânicos nos movimentos. Além disso, os desafios e dilemas enfrentados pelos movimentos sociais no Brasil face à relação com o governo Lula e a inclusão de vários intelectuais orgânicos dos movimentos e partidos de esquerda reitera a importância e a vigência desses conceitos.

Com efeito, a relevância da categoria *Estado* para a compreensão da atuação, organização e definição de estratégias dos movimentos sociais foi apontada em pesquisa realizada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a participação nos espaços instituídos do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente nos Conselhos de Saúde. Os resultados indicaram que a decisão sobre participar ou não participar de tais arenas estava vinculada ao conceito de Estado e à existência de duas correntes no interior desse movimento, sendo uma alinhada com os fundamentos marxistas-leninistas e outra com a visão gramsciana – motivo pelo qual não havia ainda um consenso sobre a ocupação daqueles espaços, embora houvesse uma tendência à vertente de Gramsci e, conseqüentemente, à ocupação dos mesmos (21).

3.1.3 Paradigma Latino-Americano

Embora Gohn (6) proponha esta corrente, ressalta que não constitui propriamente um paradigma teórico, mas sim um conjunto de características das lutas e movimentos sociais latino-americanos, que se diferencia, no plano real, dos movimentos sociais europeus e norte-americanos. Apesar das diferenças nos processos histórico-culturais, a América Latina foi marcada pela adoção de modelos teóricos europeus e americanos, tal como a teoria da modernização vigente nos anos 1950 e 1960 posteriormente questionada pela teoria da dependência, elaborada por Cardoso e Falleto nos anos 1970.

Apesar da teoria da dependência ter contribuído para a abertura de novas linhas de reflexão sobre os processos particulares latino-americanos e de o contexto histórico e político ter conduzido à emergência de movimentos sociais, e conseqüentemente ao desenvolvimento de pesquisas nesse campo, essa teoria centrava-se mais na análise macro dos processos de desenvolvimento do conjunto da sociedade e não explicava as especificidades da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais, fato que reforçou a incorporação, por parte dos pesquisadores brasileiros, de referenciais teóricos europeus, em virtude de ser considerado mais crítico e alinhado com os pressupostos da nova esquerda.

Nesse sentido, Gohn (6) assinala que a produção latinoamericana sobre os movimentos sociais surge bastante atrelada às próprias lutas, haja vista que muitos pesquisadores nesse período eram militantes, de modo que a produção teórica e a construção de estratégias políticas de enfrentamento da ditadura se mesclaram. Assim, a maior influência teórica nos anos de 1970 foi do paradigma marxista, dominante no meio acadêmico e também nos projetos políticos dos movimentos, sendo estes últimos com ênfase na vertente Gramsciana. Todavia, a autora pontua que ocorreram muitas leituras mecanicistas do marxismo, que teriam conduzido a certo dogmatismo e rigidez, que conduziu ao seu enfraquecimento ao longo dos anos 1980 e substituição pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Nesse sentido, a proposta teórico-metodológica de análise dos movimentos sociais na América Latina elaborada por Gohn (6) é norteada pelo paradigma

européu e representa uma mescla entre as teorias marxistas e a teoria dos Novos Movimentos Sociais, incluindo categorias macro, de análise da estrutura – com base marxista-gramsciana – como também categorias micro, tais como solidariedade e identidade.

Para Gohn (6):

movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto.

Em outra passagem (6), ela menciona:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A autora propõe então a adoção das seguintes categorias de análise: Demandas e Repertórios da Ação Coletiva; Composição do Movimento Social; Princípio Articulatório Interno e Externo; Força Social; Ideologia; Cultura Política; Organização; Práticas; Projeto; Identidade; Cenário Sócio-político; Opositores; Conquistas e Derrotas.

Gohn também ressalta que as matrizes referenciais básicas que serviram de fundamento às categorias adotadas no âmbito latino-americano foram: Participação; Experiência; Direitos; Cidadania; Exclusão Social; Identidade Coletiva. Quanto à *Experiência*, ela teria sido resgatada na década de 1980, extraída de autores alinhados ao utilitarismo, e transformada de modo a incorporar um caráter cultural e de consciência de classe. Ou seja, a experiência deixa de ser vista com produto acabado e passa a ser vista como um depósito de forças e um elemento promotor de ações políticas dos indivíduos, destacando-se nesse sentido a importância da cultura política das classes para a ampliação de consciência e organização social.

Com relação à identidade coletiva, advinda da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, teria sido criada no contexto europeu para dar conta dos movimentos da classe média e, no âmbito latino-americano aplicada aos movimentos populares, articulada à matriz teórica da teologia da libertação. Já às categorias *Direitos* e *Cidadania*, a autora faz questão de destacar suas origens atreladas ao universo liberal. Por outro lado, a categoria *Exclusão Social* teria se tornado central a partir dos anos de 1990, tal como foi o “exército de reserva” em

tempos anteriores. Exclusão e resistência representariam tanto categorias como códigos culturais dos movimentos sociais latino-americanos.

Por fim, a categoria *Participação* (6), embora tenha sido uma categoria sempre presente nas Ciências Sociais na América Latina, passou a ser vista nos anos de 1970 como a participação da sociedade civil – vinculada a uma visão gramsciana – além de ser considerada “um imperativo nas relações sociais vigentes” e condição para a democracia. No entanto, ressalta que após a redemocratização nos anos 1980 ela teria perdido força como explicação dos processos sociopolíticos, sendo incorporada inclusive pelos setores conservadores.

Apesar das colocações de Gohn sobre o enfraquecimento da capacidade explicativa da *Participação*, o que a realidade parece sinalizar não é propriamente seu desgaste e muito menos uma perda de importância, mas uma espécie de atrelamento completo da participação à democracia, que parece assumir a centralidade nas lutas dos movimentos sociais, influenciando suas expressões e mecanismos de articulação na sociedade contemporânea. Nesse sentido, para compreender os movimentos sociais é preciso também resgatar e identificar as diferentes teorias da democracia que foram construídas ao longo da modernidade.

3.2 TEORIAS DA DEMOCRACIA: DA TEORIA CLÁSSICA À DEMOCRACIA COSMOPOLITA

As origens da democracia encontram-se na Grécia Antiga, por volta dos séculos V e IV a.C., vinculada a *polis* grega e ao exercício da participação política dos homens livres que atuavam em uma democracia direta, contribuindo para as deliberações do governo por meio da atuação nas Assembléias (22). Seus fundamentos filosóficos estão atrelados ao conceito de soberania popular, em que a participação e a tomada de decisões por parte do povo ocupam um papel central e não devem ser delegados. Essa é a base da teoria clássica da democracia, elaborada no século XVIII, cujo principal teórico foi o filósofo

Rousseau. Os dois pilares desta teoria são o bem comum e a vontade geral (23,24).

Essa concepção clássica foi criticada por Schumpeter, considerado um marco da teoria da democracia representativa – também denominada elitista. É nomeada democracia elitista porque para o autor as questões democráticas devem ser de competência de uma determinada elite, um conjunto de especialistas, e não devem estar a cargo das massas, do povo. Ele analisou a democracia nas sociedades modernas e defendeu que nesse contexto a democracia direta era algo irreal, devendo necessariamente ser introduzida a ideia de representação, propondo a substituição da concepção de democracia associada à soberania popular pelo conceito de democracia como método (25).

Para Schumpeter a democracia refere-se a um método político, um meio que possibilita o alcance de determinado fim, qual seja, a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas, por parte dos líderes eleitos pelo povo (25). Ela representa simplesmente um instrumento – e não um fim em si mesma – em que indivíduos, por meio de eleições competitivas, adquirem os votos do povo para, desse modo, exercerem o poder decisório em seu lugar (23-26).

Schumpeter comparava a competição política por votos à operação do mercado; não defendia o sufrágio universal, para ele os únicos meios de participação abertos ao cidadão devem ser o voto para o líder e a discussão. A participação, portanto, não tem papel central. Um número suficiente de cidadãos deve participar para manter a máquina eleitoral (arranjos institucionais) funcionando de modo satisfatório. Desse modo, é uma teoria centrada no número reduzido de líderes (23-25).

Por outro lado, Dahl parte das concepções de Schumpeter e busca ampliá-las, elaborando o que ele denomina de teoria pluralista da democracia, na qual apresenta a democracia como poliarquia – o governo de múltiplas minorias. Para Dahl as eleições funcionam como um ponto central do método democrático porque fornecem o mecanismo através do qual pode se dar o controle dos líderes pelos não líderes. Segundo esse autor, a teoria democrática ocupa-se dos processos pelos quais os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre os líderes (23-26).

Dahl apresenta a hipótese de que uma porcentagem pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as

oportunidades de tomada de decisão e, portanto, o controle depende do outro lado do processo eleitoral, da competição entre os líderes pelos votos da população; o fato de que o indivíduo pode transferir o seu apoio a um grupo de líderes para outro confirma que os líderes são relativamente afetados pelos não líderes. Defende que a competição é o elemento especificamente democrático do método e que a igualdade política refere-se à existência do sufrágio universal; igualdade de oportunidade de influenciar aqueles que tomam as decisões (23).

De acordo com Costa (26) a democracia poliárquica proposta por Dahl seria um sistema político com seis características: os funcionários são eleitos pacificamente, de modo frequente, em eleições transparentes, sem coerção; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; garantia de direitos dos cidadãos de terem fontes de informações alternativas que não estejam monopolizadas pelos governos e/ou por nenhum outro grupo; autonomia dos indivíduos para formarem associações e cidadania inclusiva. Em síntese, a teoria de Dahl aponta que existem duas variáveis que medem o grau de uma sociedade poliárquica: o grau de participação da população no sistema de competição política e a existência de regras que servirão como normas que regularão os conflitos, que ele denomina de nível de institucionalização. Portanto, tanto para Schumpeter quanto para Dahl a participação política é reduzida à participação eleitoral.

Todavia, o enfoque restrito que a democracia representativa confere à participação – enquanto participação meramente eleitoral – é criticado por vários autores defensores da teoria da democracia participativa, destacando-se Caroline Pateman (23), que faz o contraponto a Schumpeter a partir da análise de teóricos clássicos da democracia participativa, como Rousseau, Stuart Mill e GDH Cole.

Pateman (23) defende a tese sobre a efetividade da participação direta da cidadania com base especialmente nos estudos realizados por GDH Cole. Além disso, autores como Dagnino, Olvera, Panfichi, Avritzer e Boaventura de Sousa Santos também destacam as limitações da teoria da democracia representativa e referem que ela reduz o conceito de política à luta pelo poder, traduzida enquanto *“el logro de la autorización y la representación a través de las elecciones”* (27).

Para eles a teoria da democracia participativa fundamenta-se na ampliação do conceito de política através da participação cidadã nos processos de deliberação em todos os espaços e esferas públicas que abordem questões

relativas ao conjunto das sociedades, e está associada à ideia de um sistema articulado de instâncias de participação, intervenção e controle social dos cidadãos sobre as ações do governo. A participação é, portanto, concebida enquanto elemento central, relacionado intrinsecamente com a emancipação social e com potencial de promover transformações nas sociedades (27).

Nesse sentido, Santos (28) propõe uma forma de classificação hierarquizada da democracia, cuja intensidade democrática é definida pela capacidade de compartilhamento do poder, pela reciprocidade do reconhecimento e pela democratização e valorização das formas de produção de saberes forjados na ação política, uma vez que defende que não há democracia das práticas sem democracia dos saberes.

A partilha de poder deve ser orientada à construção de uma agenda que não se limite ao âmbito local, mas que busque potencializar os processos de luta antineoliberal por meio da articulação das lutas locais, regionais e nacionais (29), haja vista que as mudanças no cenário mundial decorrentes da reestruturação produtiva e globalização aprofundaram as desigualdades sociais e conduziram à diminuição da capacidade de influenciar nas ações do governo, à perda da legitimidade democrática, perda da credibilidade das instituições políticas e dos processos de participação na democracia representativa, produzindo um cenário social de baixa intensidade democrática (29-31).

No entanto, a imposição da democracia de baixa intensidade realizada pelos países ricos aos periféricos enfrenta resistências das classes populares que se expressam em processos potentes de participação que incluem novos atores sociais, revelando formas de democracia participativa. A participação de alta intensidade democrática refere-se a uma participação que busca identificar e transformar relações assimétricas de poder e implica, necessariamente, na ampliação dos espaços políticos e consequente indução de mudanças no interior da estrutura do Estado, relativa aos aspectos como a representatividade, legitimidade, participação e mobilização social (29,32).

Com efeito, induzir a permeabilidade do Estado, ou de qualquer outra arena, fórum, grupo ou agências, que tratem de questões referentes às políticas públicas é fundamental para a consolidação de processos democráticos na perspectiva participativa. Sabe-se que o processo de globalização vivido nas últimas duas décadas conduziu a um enfraquecimento do poder dos Estados-

Nação e que isto influenciou as formas de participação e organização dos movimentos e da sociedade civil, bem como as formas de democracia vigentes.

Costa (26) pondera que os estados-nação têm passado por profundas mudanças, acarretadas pela perda da relevância das suas fronteiras, da capacidade de regulação do capital e de sua capacidade redistributiva. Destaca três principais mudanças: a primeira delas refere-se ao surgimento de movimentos de resistência cultural regionais, envoltos em processos de (re)afirmação de identidades locais, que surgem como reação à “pressão homogeneizadora de uma cultura mundial” e atualmente articulam o local ao global, por meio de relações diretas, sem mediação.

A segunda mudança relaciona-se à intensificação dos movimentos migratórios do sul para o norte, que tem reconfigurado as democracias maduras, tanto no sentido da ampliação da pluralidade quanto em seu pólo oposto, de (re)ascensão de sentimentos nacionalistas e da segregação. Apesar disso, afirma que atualmente existe uma tendência à valorização da diversidade cultural e repulsa à assimilação cultural.

Por fim, a terceira transformação refere-se à emergência das mobilizações sociais transnacionais e ampliação das formas de comunicação e dos intercâmbios entre atores sociais de todo o mundo, que têm ampliado as trocas materiais e simbólicas entre os povos, disseminando novos estilos de vida e de formas de ver o mundo, bem como à desterritorialização das manifestações culturais.

Todas essas mudanças vêm conduzindo a uma redefinição do funcionamento e do papel do estado-nação. Os defensores das teorias da democracia cosmopolita argumentam que essas novas configurações do Estado seriam justamente os elementos promotores de formas inovadoras de governo que indicam a emergência de uma democracia cosmopolita (26). Para os democratas cosmopolitas a ascensão dos inúmeros atores sociais articulados no interior de fóruns e lutas comuns, cujas bandeiras referem-se às questões que estão para além das fronteiras territoriais e associadas às causas mais globais, tais como a justiça social e o meio ambiente, evidenciam a existência de uma “sociedade civil global” (26).

No entanto, Costa (26) discorda da concepção de “sociedade civil global”, uma vez que ela sugere que está sendo construída uma agenda social global que

representa e é submetida à aprovação de uma esfera pública mundial democrática e isso, segundo ele, não estaria acontecendo. Além disso, pondera que a profusão de mobilizações transnacionais de atores não estatais, ao contrário de revelar a existência de uma suposta sociedade civil global, expressam em verdade uma multiplicidade de redes temáticas fragmentadas. Ademais, afirma que os problemas normalmente são tratados em espaços transnacionais segmentados em que somente uma elite de militantes tem acesso e conclui afirmando que a retórica da democracia cosmopolita, em verdade, oculta a desigualdade na distribuição de chances e de poder vigente na política mundial.

Como se pode observar, a democracia cosmopolita ainda é muito controversa. No contexto brasileiro as discussões parecem girar mais fortemente em torno da teoria da democracia participativa, tanto no que se refere à esfera da sociedade política como também da sociedade civil, especialmente no âmbito dos movimentos sociais, sejam quais forem suas formas de expressão. Todavia, independentemente do tipo de democracia, o que a realidade da sociedade contemporânea tem sinalizado, tanto em nível nacional como especialmente no contexto internacional, é uma reafirmação do ideal democrático e uma ampliação das lutas sociais relacionadas ao mesmo, tal como foi o processo desencadeado pela “Primavera Árabe”.

No entanto, é curioso observar que a afirmação e as lutas pela democracia se dão sob múltiplas formas de expressão dos movimentos sociais, que atuam de modos distintos e carregam também outros valores, sentidos e razões que parecem transitar entre a modernidade e a pós-modernidade.

3.3 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: ENTRE O CLÁSSICO E O BARROCO

A profundidade dos estudos de Gohn (6) e a clareza com que analisa comparativamente as distintas teorias e a realidade particular da América Latina, para em seguida propor um conjunto de categorias coerentes com a construção de um paradigma que permita explicar esse contexto, tornam a obra uma referência para as pesquisas nesse campo. A proposta da autora – conforme

mencionado anteriormente – configura uma fusão da teoria marxista com a teoria dos Novos Movimentos Sociais e busca avançar na concretização de um paradigma latino-americano.

Dada sua relevância, essa pesquisa adota a perspectiva latinoamericana, mas propõe uma reconfiguração capaz de abarcar outros aportes teóricos que ajudam a explicar as formas de expressão dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. As teorias abordadas por Gohn (6) apresentam um fio condutor que traduzem uma forma de racionalidade advinda da modernidade e que, embora permaneça explicando muitas questões, isoladamente não dão conta de explicar a multiplicidade das dinâmicas sociais atuais.

A complexidade da sociedade contemporânea revela um caldeirão de fenômenos, comportamentos e visões de mundo que sugerem a coexistência de racionalidades e categorias modernas e pós-modernas. Desse modo, não se trata de uma escolha por uma ou outra racionalidade, trata-se de admitir a possibilidade de o campo empírico não “obedecer” exclusivamente a uma delas. Com efeito, o que a realidade tem mostrado é justamente a existência de formas muito distintas de movimentos sociais que revelam o convívio entre concepções, valores e motivações até opostas umas às outras. Face à tamanha transição societal, o entendimento e o próprio fortalecimento dos movimentos sociais, passam necessariamente por uma releitura da realidade e abertura para alargar as categorias de análise construídas na modernidade.

Posto isso, essa pesquisa incorpora em seu marco teórico algumas dimensões de análise oriundas da vertente pós-moderna, com ênfase nas elaborações de Maffesoli, com intuito de construção de um mosaico entre a modernidade e a pós-modernidade, que permita a leitura e a compreensão das complexas e multifacetadas expressões dos movimentos sociais na atualidade. Assim, busca também, conforme propõe o autor, encontrar a lógica própria dos movimentos existentes na sociedade contemporânea e identificar as potências nas manifestações do cotidiano, procurando “levar a sério tudo o que os espíritos sérios consideram frívolo” (7).

Dito isso, aborda-se a seguir algumas características da modernidade e pós-modernidade, introduzindo as dimensões de análise elaboradas por Maffesoli, com base em suas obras “Elogio da Razão Sensível”, “No Fundo das Aparências” e “O Tempo das Tribos”. O autor é sociólogo de origem francesa, professor de

sociologia da Université René Descartes – Paris V Sorbonne e fundador do Centre d'Etude sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ), dedicado ao estudo da sociedade pós-moderna, com ênfase na análise do cotidiano social.

3.3.1 Maffesoli e a Teoria da Razão Sensível

A modernidade traz consigo o “mito” do desenvolvimento e progresso, que operam, em verdade, um deslocamento da antiga fé na ordem divina para a fé na ciência, na técnica e na economia, simbolizados no “triunfo” da razão moderna (7,33-35). O racionalismo instrumental foi o princípio fundante e ordenador da sociedade moderna, que instituiu uma forma de pensar e interpretar a realidade, expressando-se na filosofia, nas artes, na literatura e, sobretudo, no processo de produção do conhecimento.

Maffesoli (7), em seu livro “Elogio da Razão Sensível”, ressalta que a razão moderna foi norteadada pela classificação, pelo enquadramento, pelo que ele chama de lógica do “dever ser”, ou seja, centrada na finalidade, no objetivo a ser alcançado e, nesse sentido, na projeção (projetada para o longínquo). Um pensamento que pressupõe a linearidade das coisas e a busca de uma explicação absoluta e totalizante, que conduziu à separação entre a razão e o sensível, entre o intelecto e o mundo real da vida pulsante, vivida, sentida.

Segundo o autor, a razão moderna está saturada e não encontra eco na sociedade contemporânea. Esta, ao contrário da modernidade, está apegada ao cotidiano, à esfera do que é próximo, e por isso não aceita a separação entre a razão e a paixão. Aversa a essa divisão, ela privilegia em todas as dimensões da vida a emoção, a paixão, os sentimentos, e evidencia o equilíbrio entre o intelecto e o afeto. Essa “sinergia entre a razão e os sentidos” constitui a marca da sociedade pós-moderna, especialmente entre a juventude (7).

Cabe ressaltar que, no que tange à pós-modernidade, Maffesoli não a compreende como uma fase histórica que superou a modernidade no sentido marxiano, mas como um momento que se descolou da linearidade histórica,

caracterizando-se justamente pela possibilidade deste “reencantamento do mundo”, expresso pela importância e centralidade do imaginário, do onírico, do simbólico e do festivo, em contraposição ao racionalismo positivista científico, marca da modernidade (36,37).

Ele sustenta que um dos elementos que norteiam a sociedade pós-moderna é a experiência, o compartilhar do presente, do cotidiano, independentemente da finalidade. A experiência se basta em si mesma. Ao contrário da modernidade, que transferia para o futuro o ato de viver o prazer – em nome da construção de um projeto de sociedade que se alcançaria um dia – a pós-modernidade não separa o prazer do intelecto e da materialidade da vida. Volta-se para a dimensão da proximidade, do aqui e agora, do presente. Engendra outra lógica do *estar junto*, não mais projetada, mas centrada no cotidiano, no concreto, produzindo novas formas de viver e entender a sociedade (36,38).

Desse modo, a pós-modernidade resgata a existência, o valor da vivência e o desejo de *estar junto* como elementos norteadores das ações e relações sociais, políticas e culturais (38). Ela é fluida, heterogênea, efêmera e fragmentada, mas ao mesmo tempo é caracterizada por uma espécie de *coincidentia oppositorum*, que significa a convivência entre opostos. A esta coincidência ele denomina “unicidade”, em oposição à unidade, característica da modernidade que homogeneiza e exclui. A unicidade, ao contrário, mantém de maneira contraditória a coesão de todos os elementos mundanos fragmentados (38).

Nesse sentido, o autor assinala que a pós-modernidade estaria vivendo a barroquização da existência, posto que a particularidade da arte barroca é manter juntos elementos completamente heterogêneos. Em oposição ao ideal de perfeição renascentista, a forma do barroco não segue uma linha reta e não obedece ao plano clássico da unidade, ela expressa a abertura e a pluralidade, que se traduzem tão tipicamente nas dobras das obras barrocas (38). Com efeito, Oliveira (39) ao analisar a relação entre o barroco e a contemporaneidade destaca que o historiador de arte Wölfflin atribuía ao barroco a característica da polaridade de intenções e representações. Do mesmo modo, Bazin (40) destaca a importância de Wölfflin na identificação das distinções entre a arte clássica e barroca, assim definidas:

A arte clássica (...) é uma arte de observação, mas tem por objetivo ir além da desordem das aparências e alcançar aquela verdade profunda que constitui a ordem subjacente do mundo. (...) Já o artista barroco anseia por mergulhar na multiplicidade dos fenômenos, no fluxo das coisas em perpétuo devir (...) (40).

Enquanto as composições clássicas são marcadas pela forma simples, clara, estática, contida dentro de fronteiras e marcada pela independência das partes, as composições barrocas são abertas, dinâmicas, com tendências a extrapolar fronteiras e suas formas constituintes são inseparáveis, estão ligadas organicamente (40). Ou seja, enquanto o artista barroco:

(...) prefere “formas que alçam vôo” às que são estáticas e densas; apaixonado pelo patético, capta sofrimentos e sentimentos, vida e morte nos extremos da violência, (...) o artista clássico aspira a mostrar a figura humana em plena posse de seus poderes (40).

Nesse sentido, Oliveira (39) ressalta que o barroco, como apontado por Wölfflin, prioriza o “poder da emoção”, toca o espectador pelo sensível, e assim evoca mais o devir do que a plenitude, a insatisfação e instabilidade do que a sensação de tranquilidade e bem-estar. Tem como eixo o rompimento com a normatividade, com o preestabelecido, com as formas de representação instituídas e vigentes no classicismo. Contendo em si luz e sombras, expressa-se por meio do pictórico, ou seja, traz para a alegoria, uma espécie de descrição profunda da intimidade da vida dos personagens bíblicos e, desse modo, opera um deslocamento que traz a essência e a “tensão entre imanescência e transcendência” (tensão entre os opostos) para o primeiro plano – o plano do cotidiano (39). A autora faz uma citação emblemática de Walter Benjamin, que refere:

(...) A função da escrita por imagens, do Barroco, não é tanto o desvendamento como o desnudamento das coisas sensoriais. O emblemático não mostra a essência “atrás da imagem”. Ele traz essa essência para a própria imagem, apresentando-a como escrita, como legenda explicativa, que nos livros emblemáticos é parte integrante da imagem representada (39).

Esse deslocamento da essência para a própria imagem, para a alegoria, conferindo conteúdo à forma visível, remete ao que Maffesoli (36) assinala sobre a prevalência e a importância da aparência na pós-modernidade, sobre a necessidade do reconhecimento da “profundidade da superfície” e da onipresença da imagem no social. A imagem, em Maffesoli, revela o sentir coletivo por meio do mundo do sentimento, da orgia, da paixão e da estética (44). A imagem, o

fenômeno e a aparência exprimem uma espécie de “hiper-racionalidade” constituída de sonho, de lúdico, de onírico e de fantasias – como descrevia o utopista Charles Fourier – que sinalizam maior pertinência para descrever a realidade, ou a “hiper-realidade”, que se apresenta no cotidiano da sociedade (44).

Referindo-se à imagem, Fernandes (37), ao analisar a obra de Maffesoli, ressalta:

Devemos lembrar que a imagem não é una, é múltipla e facetada. Ela não é refém de uma classe social, de um credo, de apenas um grupo. Ela está presente em tudo e em todos. Nós somos também imagem. Nós somos responsáveis pela construção e desconstrução dos sentidos das imagens que estão aí presentes na vida social. Por intermédio delas é que nos apresentamos, nos comunicamos, nos reconhecemos, nos tribalizamos. (37)

Segundo Maffesoli, é preciso dar valor à aparência das coisas, já que o mundo da aparência é o único lugar visível. Para o autor, a aparência contém e revela em si uma organicidade de fundo que constitui uma força social, uma potência (*puissance*) subterrânea – centralidade subterrânea – que engendra as efervescências e constitui a sustentação da vida em sociedade (36). Nessa perspectiva, a potência diz respeito à capacidade de criação, de invenção e significação existente na sociedade.

Assim, as diversas expressões das aparências configuram um conjunto que revelam uma determinada sociedade e justificam a relevância de refletir sobre a forma. A forma tem então uma dupla função, de limitação, no sentido de apresentar contornos, e de vitalidade, pois carrega em si a potência. Desse modo, a forma conecta o conteúdo e o continente, ou seja, a forma exterior e a força interior (36). Nesse sentido o autor propõe o “formismo” como uma categoria de conhecimento – um modo de produção de saber – que teria a capacidade de olhar para a aparência e apreender sua estrutura orgânica, evidenciando a função crucial da superfície (do exterior).

Ele faz uma analogia ao referir-se à forma, à aparência e a pertinência do formismo, afirmando que, assim como a pele humana é suscetível às variações externas do ambiente e se modifica ao longo da vida, ela também é o que dá coerência à complexidade do conjunto chamado corpo. Por conseguinte, sugere a necessidade de se pensar o mesmo do corpo social. Essa pele que é mutante,

frágil e ao mesmo tempo brilhante, que revela seus limites e sua finitude, e também sua efervescência.

Para Maffesoli (36), no momento atual da sociedade contemporânea, a pele do corpo social – o envoltório, o externo – tem a mesma importância que a dinâmica interna (interior) – e é a organicidade de elementos e valores múltiplos e diversos que dá coerência social. A vida social não é determinada somente por questões externas, mas também por uma força orgânica interna que traduz um vitalismo que possibilita a manutenção da coesão social. Com isso reitera que a “teatralidade cotidiana” não é uma frivolidade e que observá-la permite apreender a sua estrutura orgânica e compreender a sociedade atual. Esta, por sua vez, coloca a emoção, a banalidade e a agregação na ordem do dia. O autor resgata a etimologia da palavra *banalidade*, que significa “o que é vivido, experimentado em comum, o que me liga essencialmente ao outro” (39).

Assim, o entendimento dessa realidade implica olhar a partir de dentro, apreender a razão interna das coisas, atentar para a lógica do instante que está voltada para o que é vivido aqui e agora, que carrega consigo, assim como o barroco, luzes e sombras, especificidade e heterogeneidade. Nesse sentido, Maffesoli (44) também assinala que se vive um tempo de conjunção entre o arcaico e o tecnológico, posto que se convive com um desenvolvimento tecnológico de ponta, exemplificado pelos meios de comunicação – especialmente pela internet – e paradoxalmente pelo retorno do arcaísmo. Arcaico porque a contemporaneidade resgata o prazer da partilha da emoção, do compartilhar – do *faire avec*, elementos que revelam o caráter estético da sociedade pós-moderna, que recoloca em todos os âmbitos da vida a “paixão comunitária”, e assim fazendo volta-se para a esfera do que é próximo, cotidiano, local, revalorizando a comunidade – as tribos – e vivendo neste presente a eternidade, expressando, segundo o autor, a vitalidade da “criança eterna” simbolizada na figura de Dionísio (36,44).

Essa conjunção do arcaico-tecnológico conduz a novas relações, em que as pessoas (*personas*) se aproximam por *identificação*, ligando-se simultaneamente a diferentes grupos, fazendo uso de distintas máscaras que permitem interagir e desempenhar os distintos papéis que assumem a todo tempo nesta sociedade (36,44). Desse modo, o autor (36,44) distingue *identificação* de *identidade*, que seria algo relacionado à ideia de unidade – vigente na

Modernidade, e orientada pela lógica do desempenho não de papéis, mas de funções sociais – determinadas por questões macroestruturais, que carregam consigo a ideia de homogeneidade.

Alternativamente, a *identificação* favorece que as pessoas se conectem e desconectem permanentemente e formem a infinidade de *tribos* existentes na sociedade contemporânea. O *tribalismo* seria uma característica da pós-modernidade, que estaria vivendo um processo de *desindividualização*, ou seja, de declínio do individualismo, evidenciado pela emergência de inúmeros grupos sociais distintos – que ele denomina de *tribos* – e pela valorização dos papéis que as pessoas (*personas*) desempenham em cada uma das tribos em que se ligam e desligam a todo o momento (40,44).

As *tribos* revelam esse retono do arcaico, pois salientam a dimensão comunitária e o desejo de agregação (44). Por conseguinte, suas ações, inclusive as ações políticas, são revestidas de emoções e tem um *modus operandi* muito diferente da noção de política hegemônica na modernidade. Conforme destaca o autor em “as emoções, paixões, sentimentos não seriam características secundárias da ordem política, mas ao contrário, o substrato de um vitalismo irreprimível que, às vezes, assumiria a forma do político” (36).

Desse modo, a economia e a política assumem então a mesma importância das emoções e, portanto, a continuidade da existência da ação política somente pode ser pensada se esta se mantiver intrinsecamente vinculada ao substrato das sensibilidades que constituem seu fundamento (36,44). A este processo o autor denomina *transfiguração do político*, isto é, essa conjunção entre a política e a vida pulsante do cotidiano, a política e as emoções, a afetividade, que permitem com que as pessoas, como mostra Fernandes (37), utilizem as imagens, as estéticas e as artes como uma forma de expressão da pluralidade cultural. Nessa perspectiva, Maffesoli aponta que a pós-modernidade estaria assistindo ao renascimento do *homo aestheticus*, entendendo a estética enquanto o partilhar do sensível e da experiência, enquanto cultura dos sentimentos (7).

Em uma passagem do livro “Elogio da Razão Sensível” (7), Maffesoli destaca:

Deve-se entender estética, aqui, em seu sentido mais simples: vibrar em comum, sentir em uníssono, experimentar coletivamente. Coisas que

permitem a cada um, movido pelo ideal comunitário, sentir-se deste mundo e em casa neste mundo.

Em face deste contexto, ele ressalta que o desafio epistemológico está em elaborar um saber “dionisíaco”, que o autor define como:

Um saber que seja capaz de integrar o caos ou que, pelo menos, conceda a este lugar o que lhe é próprio. Um saber que saiba, por mais paradoxal que possa parecer, estabelecer a topografia da incerteza e do imprevisível, da desordem e da efervescência, do trágico e do não racional. Coisas incontroláveis, imprevisíveis, mas não menos humanas. (...) Coisas, portanto, que constituem a via-crúcis do ato do conhecimento. É isso propriamente que remete ao que acabei de chamar de saber “dionisíaco”. Este, sem justificar ou legitimar o que quer que seja, pode ser capaz de perceber o fervilhar existencial cujas consequências ainda não foram totalmente avaliadas (7).

Esse saber dionisíaco exige uma lógica distinta, convergente com o que ele denomina de razão sensível, que buscaria a construção de um pensamento reconciliado com a vida. Incorporar a perspectiva da razão sensível significa, do ponto de vista epistemológico, abarcar além do conceitual – típico da modernidade – a experiência sensível espontânea que marca a vida cotidiana da sociedade pós-moderna (36,38,44). Para tanto, sugere o desenvolvimento de um pensamento que, ao invés de impor e enquadrar a realidade em conceitos, definido por ele de *paranóia* (ato de impor um pensamento), busca tão somente acompanhá-la, apresentá-la, realizar o que ele denomina de *metanóia*, que estaria relacionado ao ato de pensar ao lado, de tentar apreender os contornos dos fenômenos mundanos que estão aí, tal como eles se apresentam, tal como são.

Ele propõe então substituir a representação – fundamento que norteou a razão moderna e que conduziu a um processo de produção do conhecimento pautado na representação do mundo, na busca de verdades absolutas e universais – pela apresentação das coisas, que “se empenha em fazer sobressair a riqueza, o dinamismo e a vitalidade deste “mundo-aí” (7).

Nota-se, na teoria de Maffesoli, uma visão otimista sobre a “dita” sociedade pós-moderna, que estaria vivendo um processo de “reencantamento do mundo”. Um mundo complexo, ambivalente, fluido e contraditório, que revela uma efervescência e um vitalismo carregado de potências nem sempre percebidas, haja vista que não obedecem mais à racionalidade instrumental. Ao contrário da

modernidade, a sociedade pós-moderna é múltipla, mutante, plural, apaixonada e emocional. É, portanto, norteadada pela razão sensível.

3.4 MODERNIDADE E AS CONCEPÇÕES DE TECNOLOGIA

De acordo com Bryan, o termo tecnologia teria sido utilizado por Bekman pela primeira vez em 1772 (15). Ao analisar as colocações de Bekman sobre a tecnologia, o autor destaca como centralidade a compreensão de que a tecnologia – enquanto ramo do conhecimento científico – nasce imbuída de dois propósitos, quais sejam: incorporar a ciência como força produtiva e sistematizar o processo de transmissão do saber técnico, operando uma ruptura nas práticas artesanais conservadoras.

A definição de tecnologia em Marx incorpora a questão da sistematização do saber apontada por Bekman e também assume a ideia de que as técnicas produtivas podem ser reduzidas a alguns princípios gerais. Princípios estes que seriam subjacentes a toda produção e, como tal, fundamentais de serem apropriados pelos trabalhadores – para tanto, propunha o ensino tecnológico (15).

Desse modo, a sistematização do saber técnico estaria contida e representada na tecnologia, motivo pelo qual o seu domínio, em Marx, seria condição para acompanhar a versatilidade que o próprio sistema capitalista instituiu e, sobretudo, fundamental para que os trabalhadores pudessem ter condições de desencadear a transformação dos processos de produção com vistas à adaptação ao homem. Assim, a superação da alienação do trabalho, criada pelo sistema capitalista, passaria pela necessária apropriação do saber por parte dos trabalhadores, condição *sine qua non* para a organização de todo o processo produtivo (15).

Assim, Bryan ressalta que a discussão da tecnologia impressa nas teses de educação sinalizadas por Marx caminha no sentido de obrigar o sistema capitalista a desenvolver plenamente as forças produtivas que ele mesmo desencadeou, mas que também, contraditoriamente, tende a frear. A construção

de uma nova ordem e o surgimento de outra forma de processo produtivo só poderia advir das contradições que o próprio capitalismo gera consigo.

Com efeito, a visão acerca da importância de desenvolvimento pleno das forças produtivas (tecnologia) no sistema capitalista como condição para a transformação do mesmo foi largamente incorporada pela esquerda. Uma das teses centrais do marxismo refere-se à existência de uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas – gerado pela própria acumulação do capital – e as relações sociais de produção. Essa contradição teria uma tendência a se agravar paulatinamente, até chegar a um grau máximo que conduziria automaticamente à transformação do modo de produção e, como tal, da forma de organização da sociedade (16).

Tal tese foi historicamente associada à concepção determinista de tecnologia, embora Bryan afirme que os escritos de Marx não expressam uma concepção determinista e tampouco indicariam uma visão neutra sobre a tecnologia, tal como foi interpretada de forma recorrente. Referindo-se ao determinismo tecnológico, Novaes e Dagnino apontam, com base em análises da obra de Feenberg, que a noção mecanicista e unilinear do progresso científico e tecnológico foi e continua sendo sustentada por muitos autores, inclusive marxistas (17). Na concepção do determinismo tecnológico, o progresso é entendido enquanto “um bonde em cima dos trilhos”, que segue caminhos próprios, e que todos os países, mais cedo ou mais tarde embarcariam. O progresso e a tecnologia tendem sempre a evoluir para níveis técnicos mais avançados. Desse modo, a tecnologia não é passível de ser freada nem controlada, posto que é autônoma e também neutra.

De acordo com Feenberg, existem quatro concepções de tecnologia existentes: 1) Determinismo; 2) Substantivismo; 3) Instrumentalismo e 4) Teoria Crítica (18). Segundo o autor, essas concepções podem ser definidas a partir de dois eixos que revelam os conteúdos essenciais das mesmas e relacionam-se com dois aspectos: **a) valores** e **b) capacidades humanas**. No eixo valores existem duas formas de conceber a tecnologia: a) entendimento de que os meios são absolutamente separados dos fins e, neste caso, a tecnologia é compreendida como **neutra** por natureza (visão sustentada pelo Iluminismo); b) entendimento de que os meios conformam os modos de vida que inclui os fins, nesse caso trata-se de uma visão que traz em si a crença de que a tecnologia não

é neutra, ao contrário, ela é **carregada de valores** (visão sustentada pelos gregos).

Com relação ao segundo eixo, relacionado às capacidades humanas, diz respeito ao entendimento acerca da existência ou inexistência de capacidade humana de exercer o **controle sobre a tecnologia**. Também nesse caso, ela poderá ser compreendida de duas formas: a) na primeira delas entende-se que a tecnologia é **autônoma** e, como tal, não é possível controlá-la; b) na segunda visão entende-se que a tecnologia é passível de ser **controlada pelos seres humanos**. O cruzamento dos dois eixos conduz às quatro concepções.

A concepção determinista foi expressivamente adotada nas Ciências Sociais, a partir de Marx, e carrega consigo a ideia de que os avanços tecnológicos são a força motriz da história. Nessa visão a tecnologia é autônoma e neutra. Conforme anteriormente mencionado, não é passível de ser controlada pelos homens, posto que seja ela quem os controla, ela determina a sociedade através das suas exigências de eficiência e progresso. Seu desenvolvimento obedece a uma lógica funcional autônoma e a leis intrínsecas, de modo que sua evolução é espontânea e inexorável, conduzindo sempre ao progresso gerado pelos seus avanços. Nesse sentido, são as instituições sociais que devem se adaptar aos imperativos da base tecnológica (18). Conforme dito anteriormente, o “bonde” segue seus trilhos e são as civilizações que invariavelmente embarcam nele.

Com relação à concepção instrumental de tecnologia, o autor destaca que ela é considerada a noção historicamente hegemônica desde a ascensão da modernidade e assumida no Iluminismo. Do mesmo modo que o determinismo, a visão instrumental sustenta que o objeto tecnológico é, por si só, neutro. Ou seja, ela em si não é nem boa nem má, é simplesmente desprovida de valores, constitui um instrumento a serviço da espécie humana, por meio do qual o homem satisfaz suas necessidades (18). Contudo, traz também consigo o entendimento de que ela é passível de ser controlada, ou seja, a evolução da tecnologia pode ser determinada e conduzida pelos homens a partir de suas intenções.

Contrariamente à ideia de neutralidade implícita nas vertentes instrumentalistas e deterministas, as correntes do substantivismo e teoria crítica sustentam que a tecnologia não é neutra. A tecnologia é compreendida como algo carregado de valores substantivos intrínsecos à mesma e, como tal, contém em si

significados próprios. Uma vez carregada de valores, significa dizer que sua utilização não poderá ser realizada para fins que não sejam concernentes com os mesmos.

Nesse sentido, os substantivistas ressaltam a aproximação da tecnologia com a religião, visto que ambas apresentam determinados valores em si mesmas e, uma vez escolhidas, implicam necessariamente a opção por um modo de vida e a exclusão de outros (18). Ademais, o autor ressalta que a tecnologia no âmbito do substantivismo é também considerada autônoma, posto que o caminho do desenvolvimento tecnológico é uma trilha sem volta, uma vez adotado, invariavelmente a sociedade se transformará em uma sociedade tecnológica, pois os valores tradicionais não sobrevivem à tecnologia.

A corrente da teoria crítica reconhece que a tecnologia não é neutra e a concebe como uma construção socio-histórico-cultural, atravessada pela luta de classes (17). Todavia, entende-se que, parcialmente, ela pode ser controlável. Nesse sentido, converge com o substantivismo no que concerne ao fato da ausência de neutralidade e no entendimento de que carrega valores intrínsecos que expressam e influenciam opções por um determinado modo de vida.

No entanto, não é tão fatalística como o substantivismo, posto que acredita nas potencialidades de controle e democratização da tecnologia através das lutas sociais e políticas, bem como crê na possibilidade de existência não somente de um valor inerente à mesma, mas de múltiplos valores que podem conduzir também à pluralidade de modos de vida.

Por outro lado, diverge do instrumentalismo, pois entende que a tecnologia não representa um mero instrumento ou ferramenta, cujo uso dependerá somente do discernimento e arbítrio humano, uma vez que ela não é intrinsecamente boa e tampouco veio ao mundo para libertar a humanidade dos infortúnios do trabalho, visto que, em verdade, "as novas tecnologias são (...) técnicas de conquista, uma vez que pretendem uma autonomia sem precedentes onde suas fontes e efeitos sociais estão ocultos" (17). Apesar disso, acredita que a tecnologia pode conduzir à ampliação da liberdade, desde que seu projeto e desenvolvimento sejam democratizados, desde que sejam criadas instituições e esferas que propiciem controlá-la (18).

As concepções apresentadas, ainda que evidenciem distintas características e influências, inclusive elementos advindos e sustentados pelos

gregos, parecem carregar consigo um fio condutor que as aproxima, em maior ou menor grau, da razão instituída com a modernidade. Mesmo que a concepção instrumental de tecnologia seja aparentemente a corrente mais próxima, as demais noções também transitam por caminhos de representação e análise da tecnologia que encontram ressonância na lógica da razão moderna.

Com efeito, a modernidade foi marcada por uma visão linear, focada no enquadramento, na busca da unidade, no projeto e, evidentemente, pautada por um olhar voltado para o futuro (7). Nessa perspectiva, os modos de conceber e relacionar-se com as tecnologias parecem interferir também no entendimento acerca das formas possíveis de atuação e debate políticos.

Ao contrário, a razão sensível representa uma espécie de fusão entre o racional e o emocional, uma lógica em que as emoções e o desejo de partilha assumem centralidade e interferem no modo como se constroem as relações sociais e, conseqüentemente, nos modos de se relacionar com as tecnologias e atuar no mundo (7).

4 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa, constituída por quatro fases que, embora não sejam etapas isoladas, são relativamente sequenciais. A abordagem qualitativa foi escolhida em função de possibilitar a identificação dos significados da experiência humana e permitir a interpretação do seu contexto, completando assim o objeto e mostrando inclusive seus conflitos (42). A seguir, apresenta-se a descrição sintética das fases da pesquisa:

- a) Primeira Fase: Mapeamento dos Movimentos Sociais do Entorno do Distrito Federal.
- b) Segunda Fase: Mapeamento dos Movimentos Sociais do Distrito Federal.
- c) Terceira Fase (Parte I): Acompanhamento da “Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”
- d) Terceira Fase (Parte II): Mapeamento e acompanhamento de Movimentos Sociais em âmbito nacional, por meio do acompanhamento das principais manifestações públicas de movimentos sociais com caráter nacional, realizadas na cidade de Brasília e durante a Cúpula dos Povos, na cidade do Rio de Janeiro.
- e) Quarta Fase: Análise dos dados advindos da Terceira Fase (Parte I e II).
- f) Quinta Fase: Realização de entrevistas semiestruturadas (entrevistas em profundidade) com lideranças e integrantes dos movimentos sociais.
- g) Sexta Fase: Análise dos dados advindos das entrevistas em profundidade.

Este estudo nasce vinculado ao projeto intitulado “O Controle Social no SUS: o desafio da articulação dos conselhos regionais de saúde e movimentos sociais para ampliar a participação social na gestão do SUS”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gestão em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, no qual a minha pesquisa representava um recorte daquela, relacionado especificamente ao mapeamento dos movimentos sociais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

No decorrer do processo de coleta de dados das etapas iniciais, face à realidade encontrada na RIDE-DF, foi realizada alteração do escopo da minha pesquisa e adequação da metodologia. Desse modo, foi definida a realização de uma pesquisa participante. De acordo com Brandão (42) a pesquisa participante tem origem no contexto da América Latina e constitui um tipo de estudo tradicionalmente vinculado às práticas de educação popular e as experiências desenvolvidas com os movimentos sociais e comunidades. Nesse sentido, ao abordar os propósitos da pesquisa participante, o autor ressalta que grande parte de suas experiências são assumidamente vinculadas ao compromisso de fortalecimento dos movimentos sociais.

Desse modo, naturalmente um dos princípios básicos da pesquisa participante constitui o engajamento e compromisso do pesquisador com o que ele investiga, bem como a inerente relação sujeito-sujeito. Quanto aos demais propósitos desse tipo de pesquisa, Brandão (42) assinala a finalidade como um ponto importante, destacando que elas devem responder e contribuir com as questões práticas e sociais a que se destinam e devem constituir uma forma de aprofundar o conhecimento sobre questões sociais que devem ser trabalhadas de modo participativo.

Outro propósito abordado refere-se ao papel da pesquisa participante enquanto processo de formação, visto que esse tipo de pesquisa almeja ser um instrumento pedagógico e dialógico de construção de saberes compartilhados, nas palavras do autor: “possui organicamente uma vocação formativa e, como tal, politicamente formadora” (42). Nesse sentido, ele também realça que as abordagens participativas têm compromisso com a construção de processos formativos que não se restringem pontualmente, pois visam o desenvolvimento de formações ampliadas e permanentes vinculadas aos saberes populares.

Com efeito, Moretti e Adams (43) destacam que a pesquisa participante caracteriza-se por integrar pesquisa, educação popular e participação social, cujo desenvolvimento busca criar condições de ampliar a capacidade de análise crítica dos sujeitos envolvidos, com vistas ao fortalecimento dos processos de mobilização social e ao avanço das lutas pela transformação da sociedade.

Posto isto, nota-se que esse tipo de pesquisa apresenta profundas convergências com a proposta desse estudo, motivo pelo qual a metodologia foi incorporada. Com relação aos instrumentos, foram constituídos por observação

participante, diário de campo, registro de imagens (fotografias), pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Os dados qualitativos coletados nas três primeiras fases dessa pesquisa foram analisados por meio da aplicação da matriz de análise de Hoefel et al. (1), que encontra ressonância no paradigma latino-americano proposto por Gohn (6). A referida matriz é constituída pelas seguintes categorias: contexto; bandeiras de luta; atores sociais; estratégias de luta. Além disso, os atores sociais são subcategorizados em: Movimentos Sociais, Universidade e Estado. Destaca-se que, no âmbito dessa pesquisa, o contexto foi analisado ao longo do trabalho, a partir do conjunto dos dados (inclusive as entrevistas) e, como tal, não constitui uma categoria em si, mas um conteúdo que permeia e atravessa todo o campo de análise. Ademais, foram também introduzidas duas subcategorias de atores sociais: ONGs e Mercado.

Ressalta-se que essa matriz já foi adotada em estudos anteriores sobre a participação social no contexto latino-americano (46), sobre os processos de resistência e luta dos movimentos sociais no contexto de conflitos socioambientais do campo (1) e no contexto de conflitos socioambientais indígenas (47). A seguir, apresenta-se a matriz adotada:

Figura 1 – Matriz de Análise de Hoefel et al. (1)

MANIFESTAÇÕES / MOVIMENTOS SOCIAIS	CONTEXTO	BANDEIRAS DE LUTA	ATORES SOCIAIS	MOV.	ONGs	UNIVERS.	ESTADO	MERCADO	ESTRATÉGIAS DE LUTA
Parada LGBT de Brasília		Direito de afirmação de identidades e sexualidades; direito de amar; direito à liberdade sexual; direitos humanos à população LGBT; combate à homofobia, à intolerância e a todas as formas de violência; direito ao prazer; direito ao casamento civil homossexual; direito à saúde;	Movimento LGBT; redes sociais; ONGs; deputada; mercado (empresas do ramo de boates LGBTs); participação de expectadores e simpatizantes;						Paradas; denúncias na mídia; marcha de combate à homofobia (Dia de Combate à Homofobia), campanhas de combate à homofobia pelas redes sociais; desenvolvimento de projetos sociais vinculados à prevenção de DST/HIV e combate à violência contra população LGBT; desenvolvimento de projetos vinculados ao MINC (Pontos de Cultura e outros apoios do MINC); participação na elaboração de projetos de lei contra a homofobia, a favor do casamento homossexual e união estável; participação na elaboração de políticas públicas de saúde; pressão sobre congresso nacional; representação política-partidária (tímida);

Fonte: Hoefel et al (1) adaptada

Além disso, buscou-se apreender questões emergentes da própria imagem dos fenômenos registrados e do cruzamento com as informações advindas dos outros instrumentos, procurando, como refere Maffesoli (36), compreender a *razão interna* dos movimentos sociais estudados.

Por fim, destaca-se que a última fase de coleta de dados dessa pesquisa realizou 29 entrevistas em profundidade, com lideranças de movimentos sociais, conforme descrito no quadro apresentado a seguir. Assinala-se que a banca de qualificação desta pesquisa sugeriu, com base na previsão empírica, a realização de três (03) entrevistas com cada movimento. De acordo com Deslandes (48) a previsão empírica exclui o critério numérico para garantir validade dos dados, pois é baseada na representatividade das informações, ou seja, considera a vinculação significativa para o problema investigado.

Figura 2 – Sujeitos de Pesquisa/Entrevistas em Profundidade

	Movimentos/Organizações	Nº Entrevistas
1	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	4
2	Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS)	4
3	Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT)	4
4	Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida	3
5	Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígena (PVPI)	3
6	Mobilizações de Junho 2013	11

As entrevistas foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2), composta por três etapas: pré-análise, codificação e categorização. Na pré-análise foi realizada a organização do material coletado e a realização de leituras incessantes, com intuito de estabelecer contato aprofundado com os dados, possibilitar a imersão no universo verbalizado pelos sujeitos e a conformação do

corpus de pesquisa. Na etapa de codificação os dados passaram por um tratamento no qual foram apreendidos os núcleos dos sentidos e, posteriormente, extraídas as subcategorias de acordo com a frequência de aparecimento nas Unidades de Registro.

Por fim, a última etapa foi destinada à categorização dos dados, na qual as subcategorias contidas nas Unidades de Registro foram agrupadas de acordo com suas aproximações de sentido, conduzindo à composição de categorias reveladas na pesquisa. Com intuito de respeitar o anonimato dos entrevistados, foram adotados codinomes de países latino-americanos e africanos. A seguir, descreve-se o percurso metodológico realizado entre junho de 2011 e fevereiro de 2014.

Essa pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (Anexo A), conforme parecer nº001/2012 e realizada em consonância com a Resolução 196 de 1996 (41).

4.1 ETAPAS DA PESQUISA

4.1.1 Primeira Fase

Esta primeira fase foi desenvolvida entre junho e dezembro de 2011. Durante esse período, foram acompanhadas todas as Conferências Municipais de Saúde de nove municípios do Entorno, além da Conferência Distrital de Saúde do Distrito Federal. Os municípios do Entorno incluídos foram: Buritis, Novo Gama, Valparaíso, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Cidade Ocidental, Pirenópolis e Formosa. As definições desses municípios foram realizadas a partir de dois critérios de inclusão: municípios com mais de 50.000 habitantes e a busca por contemplar a representatividade de cada uma das cinco microrregiões de saúde da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), critérios que eram relevantes para o objetivo geral da referida pesquisa do Grupo.

Desse modo, as três primeiras fases da coleta de dados foram realizadas por pesquisadores que – conforme mencionado – tinham objetivos distintos, a depender dos respectivos recortes. O meu objetivo era especificamente mapear os movimentos sociais de toda essa região, por meio da participação nas Conferências de Saúde, haja vista que outros pesquisadores tinham como foco o estudo dessas esferas. Em virtude das Conferências configurarem momentos e espaços possíveis de encontrar os movimentos sociais – seja porque muitos têm assento nos Conselhos de Saúde e são eleitos delegados para participar daquelas, ou mesmo pela hipótese de que vários deles acompanham ou atuam diretamente nas lutas pelo direito à saúde – passei a acompanhar as Conferências de todos os municípios citados, juntamente com demais pesquisadores do Grupo.

Assim, em todas as Conferências Municipais que acompanhamos foi feita uma busca ativa dos movimentos e realizados contatos com participantes a fim de identificar a existência de quaisquer movimentos sociais nos respectivos municípios. Todavia, não foram encontrados e identificados movimentos sociais nos nove municípios pesquisados na região do Entorno. Porém, o cenário do Distrito Federal (DF) mostrou-se distinto, haja vista que na Conferência Distrital de Saúde foram encontrados movimentos e realizados contatos que indicaram a existência de muitos outros, no âmbito do DF, que não se encontravam presentes. Desse modo, a participação na Conferência do DF fechou a primeira fase da pesquisa, posto que, após esta etapa, o recorte do estudo foi circunscrito ao Distrito Federal.

4.1.2 Segunda Fase

A segunda fase se iniciou em janeiro de 2012, quando prosseguimos com o mapeamento por meio da técnica “bola de neve”, e iniciamos alguns contatos com movimentos que foram encontrados e/ou mencionados por participantes da Conferência Distrital. A partir daí, solicitamos a cada contatado que referisse movimentos sociais existentes no DF e fomos sucessivamente buscando todos que foram informados. Cabe ressaltar que a técnica metodológica “bola de neve”,

constitui um tipo de amostragem não probabilística que é bastante adotado em pesquisas sociais onde os entrevistados iniciais indicam outros participantes, reconhecidos entre os seus pares, em um processo sucessivo até que se seja alcançado o ponto de saturação, segundo Baldin e Munhoz (49).

Assim, o primeiro contato foi feito em janeiro de 2012, com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), entidade que apóia o conjunto dos movimentos feministas e que informou que haveria reunião do “Fórum de Mulheres”. Essa reunião ocorreu no dia 21 de janeiro de 2012 e foi acompanhada por uma pesquisadora da equipe. Esse movimento disponibilizou uma lista de movimentos sociais do DF, cujos contatos foram sendo realizados no decorrer do processo.

Após isso, foi feito contato e marcada uma reunião com o “Movimento Pretas Candangas”, realizada no dia 26 de janeiro de 2012, em um restaurante situado no Plano Piloto, em Brasília. Nesta reunião apresentamos a pesquisa e solicitamos novas indicações de movimentos sociais existentes no DF. De posse das indicações, fizemos novos contatos e agendamos nossa participação na reunião do “Movimento Coturno de Vênus”, realizada no dia 5 de fevereiro de 2012. Posteriormente, contatamos e acompanhamos a reunião do “Movimento Cidadãs Positivas”, realizada no dia 14 de fevereiro de 2012.

Em 1º de março de 2012 retornamos ao Movimento “Fórum de Mulheres” e acompanhamos a reunião, na qual estiveram presentes cerca de 10 pessoas. No mesmo mês, participamos da reunião do “Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais” (MATR), realizada no Assentamento Rural situado nos arredores de Brasília, na qual estiveram presentes cerca de 70 pessoas. Inicialmente realizamos uma reunião breve com os dirigentes do movimento e, durante a reunião ampliada com o conjunto dos militantes apresentamos a pesquisa e observamos a dinâmica do movimento. As lideranças do MATR informaram a existência de outros dois Assentamentos Rurais vizinhos, sendo um pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outro do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

No dia 11 de março de 2012, após prévio agendamento, fizemos uma visita de campo ao Assentamento do “Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)”, cujas lideranças se reuniram especificamente para receber a equipe de pesquisa. Estiveram presentes quatro dirigentes. Posteriormente, no dia 21 de

março do mesmo ano, agendamos nossa participação na reunião do “Movimento Estruturação”, com sede em um prédio comercial situado no Setor Comercial Sul, em Brasília. Nesse dia a reunião marcada não ocorreu, mas duas militantes estiveram presentes.

Em abril de 2012, soubemos por meio de redes sociais que estava sendo organizada uma Plenária da “Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno” e realizamos contatos com intuito de participar do evento. A descoberta desse movimento marcaria o início da terceira fase, marcada por duas decisões de cunho teórico-metodológico que viriam a estabelecer duas frentes de trabalho de coleta de dados. A primeira decisão foi referente ao Grupo de Pesquisa e a outra relativa especificamente ao meu recorte de estudo.

No que tange à metodologia do trabalho do Grupo, optamos por encerrar o mapeamento do modo como vinha sendo feito e concentrar a coleta no acompanhamento e mapeamento a partir da “Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”, haja vista que constituía uma rede com a participação de vários movimentos, alguns inclusive que já haviam sido contatados. Cabe ressaltar que nem todos os movimentos sociais mapeados foram contatados pessoalmente, seja porque não conseguimos informações referentes ao telefone e *e-mail*, ou mesmo porque não deram retorno às ligações e *e-mails* enviados. O conjunto dos movimentos sociais mapeados no Distrito Federal é apresentado na categoria de resultados.

Por outro lado, com relação a minha pesquisa, optei também por ampliar seu escopo para o âmbito nacional, com intuito de melhor compreender as formas de expressão dos movimentos sociais no contexto contemporâneo e subsidiar, por consequência, as reflexões acerca das estratégias de participação social em saúde. Assim, além de seguir acompanhando a “Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno” junto com o Grupo de pesquisa, passei a mapear e acompanhar todas as principais manifestações públicas de movimentos sociais com âmbito nacional, entre abril e novembro de 2012, realizadas na cidade de Brasília e na Cúpula dos Povos, evento realizado durante a Rio + 20, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, também passei a acompanhar encontros e reuniões de alguns movimentos nacionais como forma de apreender melhor a realidade.

Desse modo, a terceira fase foi constituída por duas “frentes” de trabalho de campo que denominei a seguir do seguinte modo: Terceira Fase – Parte I (“Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”) e Terceira Fase – Parte II (Movimentos em Nível Nacional). Todavia, reitera-se que elas foram realizadas de modo simultâneo.

4.1.3 Terceira Fase – Parte I (“Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”)

Conforme mencionado, após tomar conhecimento da Plenária da “Articulação de Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”, em abril de 2012, foram feitos contatos e agendada a participação dos pesquisadores. O evento estava previsto para ocorrer em um prédio situado no Setor Comercial Sul, em Brasília, local em que os participantes e pesquisadores se encontraram. Todavia, tendo em vista que na madrugada do dia 20 de abril havia ocorrido uma ocupação realizada pelo “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)” em uma área situada na Ceilândia, o conjunto dos movimentos sociais presentes no local do evento decidiu deslocar-se para a área de ocupação para prestar solidariedade ao MTST e realizar o Encontro da Articulação diretamente no acampamento.

Desse modo, nós (pesquisadores) também nos deslocamos para o referido acampamento e participamos da reunião, cuja pauta foi alterada em virtude do fato político emergente. Assim, realizamos a observação participante e apresentamos a proposta da pesquisa. Nesse dia estiveram presentes aproximadamente 25 pessoas e identificamos movimentos que ainda não tinham sido mapeados. Além disso, fizemos contato com diversas lideranças e conhecemos a proposta da “Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno”. A partir de então, passamos a acompanhar as reuniões dessa articulação. Este encontro foi muito importante, visto que determinou a necessidade de alterações metodológicas na pesquisa do Grupo.

A metodologia da pesquisa do grupo previa a realização de grupos focais com os movimentos sociais que seriam realizados em um encontro entre movimentos e conselhos de saúde. No entanto, a observação participante permitiu apreender que a Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do DF e Entorno já tinha agendado um encontro, cuja organização estava iniciando. Diante desse fato, e considerando a importância de fortalecimento da participação dos movimentos sociais, optamos por debater a metodologia com a Articulação dos Movimentos Sociais do DF e Entorno na reunião seguinte, com intuito de adequar às demandas dos movimentos, de modo que pudesse contemplar os objetivos da pesquisa e simultaneamente contribuir para os movimentos, bem como evitar a sobreposição de eventos.

Desse modo, na reunião seguinte com a referida Articulação, realizada no dia 8 de maio de 2012, na sede do Sindicato dos Metroviários, situada em um prédio comercial no Setor Comercial Sul em Brasília, a pesquisa foi reapresentada e debatida sua metodologia como ponto de pauta. Essa reunião contou com 11 participantes e teve como objetivo central a avaliação da Plenária realizada na ocupação do MTST denominada “Nova Pinheirinho” e organização do Encontro previsto.

O debate sobre a metodologia do estudo conduziu à pactuação acerca da adoção de filmagens como um dos instrumentos a ser agregado à pesquisa do grupo, a fim de construir um vídeo com o objetivo de resgate e registro da memória do processo de articulação desse movimento, com vistas à sua utilização em processos futuros de formação política e fortalecimento das lutas dos movimentos sociais do DF e Entorno, bem como servir como dado da pesquisa que seria posteriormente analisado. É importante ressaltar que nós pesquisadores participamos ativamente da organização e planejamento da metodologia do encontro, cuja data definida ficou acordada para o dia 20 de maio de 2012.

No dia 15 de maio desse mesmo ano, participamos da reunião da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do DF e Entorno, realizada em Brasília, destinada à organização final do Encontro dos Movimentos Sociais mencionado. Estiveram presentes sete pessoas. Nesse dia, participamos das discussões acerca dos últimos detalhes da programação e organização do Encontro.

Em 20 de maio de 2012, nossa equipe participou do encontro da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do DF e Entorno, realizada na sede da Cáritas, em Brasília. Estiveram presentes aproximadamente 18 pessoas pertencentes a diferentes movimentos sociais. Durante o turno da manhã foi realizada análise de conjuntura e debate. No intervalo de almoço fizemos alguns novos contatos com integrantes de movimentos sociais que não conhecíamos, tal como o “Movimento em Defesa da Samambaia”. No turno da tarde as atividades iniciaram com a veiculação de um filme e prosseguiu com reflexão, discussão sobre os eixos previstos na programação e encaminhamentos finais.

Posteriormente, no dia 1º de junho foi realizada nova reunião com a Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do DF e Entorno, na sede do Movimento Interozes, em Brasília. Neste dia estiveram presentes somente quatro pessoas e a pauta incluiu os seguintes pontos: a) avaliação do encontro e do processo de construção da articulação; b) planejamento de processos de formação política; c) criação de um site da articulação e mecanismos de comunicação; d) Cúpula dos Povos. Esse dia foi realizado reflexões importantes no que tange à organização e estratégias do movimento, e foi pactuado o compromisso da pesquisa em contribuir para com o debate e construção do portal da articulação, bem como realizar contatos com movimentos sociais a fim de identificar as demandas de formação dos mesmos, com vistas à elaboração de propostas futuras de formação.

Ressalta-se também que foi pactuado que tal articulação somente viria a se reencontrar em reunião quando seus militantes já tivessem algum mapeamento das demandas de formação e, portanto, manteriam contato nesse período pela internet. Além disso, a iminência de realização da Cúpula dos Povos também colaborava para essa decisão, já que muitos movimentos participariam do evento no Rio de Janeiro e os demais provavelmente estariam envolvidos no ato político contra a Rio + 20 que seria realizado em várias capitais durante, dentre elas Brasília.

O último encontro da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do DF e Entorno que estivemos presentes ocorreu no dia 9 e 10 de junho de 2012, na Universidade de Brasília, destinado à realização de um Curso de Formação Política para os Movimentos Sociais, organizado pela articulação e

apoiado pelo Laboratório de Saúde do Trabalhador, vinculado àquela Universidade. Em virtude de agenda não acompanhamos todo o curso, mas estivemos presentes parcialmente. Destaca-se que após esse momento eu mantive contato com o grupo, que somente voltou a se reunir em agosto, com o objetivo de organizar o “Grito dos Excluídos”, manifestação inscrita no calendário de lutas de grande parte dos movimentos sociais, realizada todo dia 7 de setembro, em inúmeras capitais do Brasil. Entretanto, por motivos de agenda, não pude participar das reuniões de organização, embora tenha participado do manifesto.

4.1.4 Terceira Fase – Parte II (Movimentos em Nível Nacional)

Conforme destacado anteriormente, esta fase diz respeito somente ao meu recorte de estudo e, portanto, a coleta foi feita individualmente, não mais atrelada ao Grupo de Pesquisa. Nesta fase passei a realizar o mapeamento dos movimentos por meio do acompanhamento das principais manifestações públicas de movimentos sociais com caráter nacional realizadas na cidade de Brasília e durante a Cúpula dos Povos, realizada no Rio de Janeiro. Ressalta-se que o único critério de inclusão das manifestações/encontros/reuniões de movimentos sociais acompanhados foi a tradução de distintas formas de expressão dos movimentos sociais, ou seja, a busca por movimentos que sinalizavam diferentes modos de organização e atuação política, caracterizando uma escolha dirigida.

Com relação à metodologia específica dessa etapa, ressalto que foram adotados como instrumentos de pesquisa: o registro fotográfico, a observação participante, o diário de campo e pesquisa documental. As fotografias foram organizadas em um banco de imagens e posteriormente selecionadas para análise, juntamente com os dados advindos da observação participante e do diário de campo, realizando um cruzamento de informações capazes de revelar as formas de expressão dos movimentos sociais estudados.

Por outro lado, a pesquisa documental, foi realizada por meio da consulta de *sites*, blogues, fóruns de movimentos e redes sociais na internet, como Facebook e YouTube, bem como documentos publicados em alguns meios de

comunicação digital ou impressos pelos próprios movimentos, com intuito de conhecer o histórico dos movimentos e agregar informações a partir da perspectiva dos sujeitos de pesquisa e de demais fontes que contribuam para a análise desta pesquisa.

O quadro abaixo apresenta o conjunto das manifestações/encontros/reuniões acompanhados e registrados, os instrumentos, o local e período respectivo em que foram coletados:

Figura 3 – Manifestações/Encontros/Reuniões de Movimentos sociais com caráter nacional

	MANIFESTAÇÕES/MOVIMENTOS	INSTRUMENTO DE COLETA	DATA	LOCAL
1	Encontro Nacional Projeto Vidas Paralelas (PVP) Trabalhadores	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 abr.	Sobradinho
2	Encontro Nacional Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI)	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 abr.	Sobradinho
3	Cúpula dos Povos - Acampamento Terra Livre (ATL) - Marcha de Protesto no Riocentro contra a Rio + 20 - Marcha Indígena e Figura Humana - Marcha contra a Companhia Vale - Marcha Geral da Cúpula	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 jun.	Rio de Janeiro
4	Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 ago.	Brasília
5	Marcha do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 ago.	Brasília
6	Parada LGBT de Brasília/DF	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 set.	Brasília
7	Encontro Lideranças Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida	Observação participante; diário de campo;	12 set.	Brasília
8	Encontro Nacional da ANEPS	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 nov.	Brasília
9	Reunião com integrantes do Movimento Juntos	Observação participante, diário de campo	12 out.	Rio de Janeiro

10	Reunião com integrantes do Movimento Massa Crítica	Observação participante, diário de campo	12 nov.	Brasília
11	Encontro Nacional Rede Saúde e Cultura	Registro fotográfico; Observação participante; diário de campo;	12 dez.	Rio de Janeiro

4.1.5 Quarta Fase – Entrevistas em Profundidade (Movimentos em nível Nacional)

O início da coleta das entrevistas em profundidade (semiestruturadas) aconteceu em novembro de 2013, na cidade de Brasília, período em que grande parte delas foi realizada. Todavia, devido a um incidente de roubo do aparelho que continha todos os dados, a coleta teve que ser integralmente refeita. Em função desse episódio, foi reduzido o escopo dos sujeitos de pesquisa, haja vista o comprometimento do cronograma e as dificuldades técnicas de realização da coleta, em virtude de meu afastamento do Brasil desde agosto de 2013 para realização do estágio doutoral sanduíche.

Assim, nova coleta foi agendada para o mês de fevereiro de 2014, na qual foram realizadas 29 entrevistas com lideranças do: 1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); 2) Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS); 3) Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT); 4) Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; 5) Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI) e integrantes das 6) Mobilizações de Junho de 2013.

Destaca-se que a inclusão dos integrantes das mobilizações de junho de 2013 no Brasil foi realizada em virtude da importância e magnitude do processo no contexto da sociedade brasileira e, sobretudo, porque elas constituíram fenômeno emblemático no que tange à eclosão de novas formas de expressão dos movimentos sociais no Brasil.

Nesse sentido, as Mobilizações de Junho de 2013 sinalizaram elementos que constituem parte da essência desta tese, motivo pelo qual, no âmbito desta

pesquisa, elas foram classificadas e incluídas como um sujeito. Embora tenham sido acompanhadas na cidade de Brasília, elas não constam no Quadro 3, descrito na Terceira Fase (Parte II) e tampouco na primeira fase da análise, em função de terem sido incluídas na pesquisa somente após o término dessas respectivas fases.

4.2 LIMITES DA PESQUISA

Considera-se que um dos limites da pesquisa relaciona-se à diferença de aproximação que possuo com os movimentos definidos como sujeitos desta pesquisa, haja vista que atuo diretamente e/ou colaboro com alguns deles há anos, e com outros minha aproximação ocorreu somente durante o desenvolvimento desta pesquisa, de modo que tenho acompanhado “por dentro” alguns movimentos e redes há mais tempo que outros, fato que poderia interferir na análise dos dados. Todavia, buscou-se compensar esse desequilíbrio com a pesquisa documental e com as entrevistas em profundidade.

Por outro lado, a redução do escopo dos sujeitos da pesquisa, decorrente da perda de dados na fase da coleta das entrevistas também constitui um limite, uma vez que a análise em profundidade não pode ser realizada com todos os sujeitos incluídos nas demais fases de coleta e análise, fato que sugere a necessidade de continuidade do estudo, a fim de abarcar os demais sujeitos excluídos.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

5.1 RESULTADOS DO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Figura 4 – Movimentos sociais mapeados no Distrito Federal e suas respectivas bandeiras de luta

	Movimentos Sociais Mapeados no Distrito Federal	Movimentos Contatados Pessoalmente	Bandeiras de luta
1	Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno	X	Luta contra as políticas atreladas à organização da COPA (luta pelo direito à cidade) e seus impactos negativos; luta feminista, luta socialista, lutas socioambientais e saúde ambiental (Luta em Defesa da Comunidade da região da Samambaia - contra a transferência do lixão da Estrutural para Samambaia); luta contra o modo como GDF trata o problema do lixão e os catadores de material reciclável da Estrutural; luta pelo direito à comunicação e democratização dos meios de comunicação; luta por moradia; luta contra a privatização (terceirização) dos serviços públicos;
2	Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD	X	Terra, teto, trabalho, saúde, educação
3	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MATR	X	Apoio ao trabalhador rural, agricultura familiar, terra, moradia, reforma agrária, água, saúde, educação
4	Estruturação – Movimento LGBT de Brasília	X	Direitos humanos voltados aos LGBTs
5	Coletivo Pretas Candangas	X	Sistema de cotas raciais, combate ao racismo e ao sexismo

6	Nosso Coletivo Negro – UnB	X	Sistema de cotas raciais, racismo no ambiente acadêmico
7	Cojira DF – Comunidade de Jornalistas para Igualdade Racial	X	Promoção de igualdade racial
8	Rede Feminista de Saúde	X	Feminismo
9	Fórum de Mulheres do DF e Entorno	X	Feminismo; combate à violência doméstica; saúde; legalização do aborto; seguridade social para donas de casa, trabalhadoras informais e domésticas; monitoramento das políticas para as mulheres
10	Movimento Nacional das Cidadãs Positivas do DF – MNCP/DF	X	Saúde, direitos humanos, direito à vida, prevenção e fortalecimentos das pessoas portadoras do HIV; reintegração das mulheres positivas em seus espaços sociais
11	Movimento de Mulheres Camponesas - MMC (tem sede, mas não tem base no DF)	X	Saúde, educação, saber popular no SUS, projeto agricultura camponesa (baseado na agroecologia, biodiversidade, água, solo, sementes crioulas, cultura camponesa), violência doméstica, alimentação saudável, respeito às diversidades (crenças, gênero, orientação sexual)
12	Associação Lésbica de Brasília – Coturno de Vênus	X	Visibilidade lésbica, direitos sexuais e reprodutivos, descriminalização do aborto, direitos humanos das mulheres, empoderamento das mulheres lésbicas, combate à violência contra a mulher, combate ao racismo e ao machismo, saúde
13	ONG Berço da Cidadania	X	Direito a convivência familiar e comunitária
14	Marcha da Maconha	X	Regulamentação da maconha e outras drogas
15	Canna Cerrado	X	Regulamentação da maconha e outras drogas

16	Promotoras Legais Populares – PLP	X	Igualdade de gênero, social e de etnia.
17	Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação	X	Direito humano à comunicação
18	Comitê Permanente da COPA/DF	X	Busca dos legados positivos da copa, fiscalização dos gastos, garantia da moradia digna para as famílias atingidas, combate à especulação imobiliária e criminalização dos movimentos populares.
19	Assembleia Popular	X	Projeto popular para apoiar e articular os movimentos sociais
20	Grito dos Excluídos	X	Projeto popular para apoiar e articular os movimentos sociais
21	Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB		
22	Universidade Livre Feminista		
23	Coletivo de Blogueras Feministas		
24	CUFA		
25	Quilombo de Mesquita		
26	Convergência de Grupos Autônomos – CGA		
27	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST		
28	Consulta Popular		
29	Vozes Femininas		
30	Coletivo da Cidade Estrutural		
31	Movimento do Passe Livre		
32	Associação Popular de Cultura		
33	Coletivo Roda Moinho		
34	Centro de Estudos Bíblicos		
35	Movimento Juntos		
36	Movimento em Defesa da Samambaia		
37	Casamoringa		
38	Suburbanos		
39	Cabelação		

40	Peleja		
41	Mutirão		
42	Dona Imperatriz		
43	Associação de culturas tradicionais africanas		
44	Coletivo Jovem pelo meio ambiente do DF		
45	Fórum Juventude Negra do DF e Entorno		
46	Fórum de Entidades		
47	Levante Popular da Juventude		
48	Coletivo Família Hip Hop de Santa Maria – DF		
49	RECID – Rede de Educação Cidadã		
50	Rede Social do Projeto Vidas Paralelas (PVP)		
51	Projeto Giração - GIRART (movimento pelo direito dos meninos e meninas de rua)		

5.2 RESULTADOS E ANÁLISE DO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO DISTRITO FEDERAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM CARÁTER NACIONAL

A análise apresentada refere-se aos dados coletados na terceira fase desta pesquisa, relativos às seguintes manifestações, encontros e reuniões de movimentos sociais: Marcha do Movimento Indígena na Cúpula dos Povos; Marcha contra a companhia Vale realizada na Cúpula dos Povos; Marcha Geral da Cúpula dos Povos; Marcha do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas; Parada LGBT de Brasília; Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas; Encontro Nacional da Rede do Projeto Vidas Paralelas (PVP) Trabalhador; Encontro Nacional da Rede do Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI); Acampamento Terra Livre (ATL) na Cúpula dos Povos; Encontro Nacional da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde

(ANEPS); Encontro Nacional da Rede Saúde e Cultura; Reuniões da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno; Reunião da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida; Reuniões com militantes do Movimento Massa Crítica e Movimento Juntos.

Conforme mencionado anteriormente, os dados foram analisados a partir da adaptação da matriz de análise de Hoefel et al. (1) convergente com os pressupostos de Gohn (6). Desse modo, foram analisadas as seguintes categorias: atores sociais, bandeiras de luta e estratégias de luta. Reitera-se que os dados são advindos da observação participante, diário de campo, registros fotográficos e pesquisa documental.

As manifestações dos movimentos sociais aqui analisadas constituem, desse modo, um caminho para compreender os sujeitos da pesquisa, especificamente: 1) Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno, 2) ANEPS, 3) Movimento LGBT, 4) Movimento Indígena, 5) MST, 6) Rede PVP Trabalhadores, 7) Rede PVP Indígena, 8) Rede Cultura e Saúde, 9) Movimento Massa Crítica, 10) Movimento Juntos e 11) Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Posto isto, discorre-se a seguir sobre cada uma das categorias adotadas e os elementos observados durante o acompanhamento realizado.

5.2.1 Atores Sociais

Com base na observação participante, registros fotográficos, diário de campo e pesquisa documental foi possível identificar os atores sociais e subcategorizá-los em cinco grupos: Movimentos Sociais, ONGs, Universidade, Estado e Mercado. Busca-se destacar as diferenças entre os atores presentes com maior ou menor grau nas distintas manifestações acompanhadas, e especialmente identificar no interior da subcategoria Movimentos Sociais as formas de organização existentes e seus integrantes.

É interessante notar que a Universidade é um ator social que se faz mais presente nas ações relacionadas às reuniões de movimentos sociais e encontros do que propriamente nas ações diretas, como as marchas. Ela aparece mais

vinculada às articulações e redes cuja estrutura interna de organização é atrelada intrinsecamente à construção de políticas públicas ou ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa, tais como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), a Rede do Projeto Vidas Paralelas (PVP e PVPI) e a Rede Saúde e Cultura. Nesses casos, é um ator integrante da Articulação ou Rede, exemplo que se aplica à Rede PVPI, oriunda de um projeto de extensão da Universidade de Brasília, que nasce a partir de uma demanda dos estudantes indígenas e posteriormente recebe financiamento do Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde e Ministério da Cultura. Também se enquadra neste perfil a formação da Rede Saúde e Cultura, proposta pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Ministério da Cultura.

No caso da ANEPS, ela nasce a partir de uma demanda antiga dos movimentos e profissionais envolvidos com as práticas populares de saúde e com o meio acadêmico, que encontraram apoio político com a ascensão de Lula e à criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, a qual está também na base de sua formação. Ela é fruto, portanto, de uma articulação entre movimentos sociais, educadores populares, profissionais de saúde, gestores e Universidades.

Nessa mesma linha encontra-se a Rede PVP Trabalhador, cuja formação foi resultado de uma demanda advinda dos movimentos sociais envolvidos nas lutas pela saúde do trabalhador – agregados em outra rede denominada Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador (REC-ST), bem como de reivindicações evocadas na 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. A Rede PVP Trabalhador surge articulada com Universidades, apoiada pela Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT) do Ministério da Saúde e pela Secretaria da Identidade e Diversidade do Ministério da Cultura.

No que se refere à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a Universidade aparece como membro da organização, cuja iniciativa foi alavancada pelos movimentos sociais do campo e diversos outros grupos sensíveis às problemáticas relacionadas ao modelo de desenvolvimento e aos impactos à saúde da população e ao meio ambiente.

Desse modo, nota-se que identificar os atores sociais e sua relação com os movimentos permite compreender não somente em que medida cada um deles está envolvido com as ações políticas dos movimentos, mas a própria forma de

organização das Articulações e Redes e a democratização destas e dos processos desenvolvidos, uma vez que a capacidade de diálogo e inclusão de novos atores sociais no interior dos movimentos e dos processos de luta constitui um elemento fundamental para o aprofundamento da democracia dos grupos e conseqüentemente do conjunto da sociedade.

É possível observar que as Universidades têm atuado tanto como membros participantes, bem como membros-proponentes ou até mesmo como apoiadora sem vínculos orgânicos, caso que parece se aplicar à Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno e a muitos colaboradores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por outro lado, guardados os limites dessa fase do estudo, no que se refere ao Movimento LGBT, não foi identificada a presença da Universidade na Parada LGBT de Brasília e tampouco a participação de outros movimentos sociais históricos, vinculados à esfera sindical ou mesmo aos povos do campo, o que precisa ser aprofundado, a fim de esclarecer se isso representa um distanciamento real ou tão somente um fato eventual. Com efeito, representantes de várias Universidades participaram ativamente da Marcha Geral da Cúpula dos Povos, bem como da Marcha dos Povos Indígenas, também realizada na Cúpula.

Os resultados sugerem uma multiplicidade de formas de relação entre a Universidade e os movimentos, e revela a complexidade das organizações e da própria relação entre a sociedade civil e política no contexto atual. Com efeito, nota-se que o Estado também constitui um ator social presente em algumas ações políticas, especificamente reuniões e Encontros de Articulações e Redes, seja como interlocutor, como promotor e/ou financiador, como foi mencionado no caso da ANEPS, da Rede do PVP Trabalhador, Rede do PVPI e na Rede Saúde e Cultura. Além disso, foi identificada participação de uma representante do poder legislativo na Parada LGBT de Brasília.

Nesse sentido, a Parada LGBT sinaliza diferenças expressivas com relação às demais marchas acompanhadas, não somente pelos atores sociais presentes, mas pela própria forma de expressão e dinâmica do manifesto. Ela foi a única manifestação pública que contou com um ator social comumente não identificado – e historicamente combatido – qual seja, o mercado. Este se fez presente por meio de empresas do ramo de boates e danceterias voltadas para o público LGBT, que atuaram no patrocínio e apoio da Parada. Todavia, informações

advindas do diário de campo indicam que a participação do mercado na organização do manifesto não é consenso entre os militantes, havendo críticas e defesas quanto a essa questão.

Com relação ao “ator Movimento Social”, reitera-se as colocações de Scherer-Warren (11), quando afirmam que no contexto atual eles se articulam e se organizam em redes de movimentos. Com efeito, todos os movimentos acompanhados revelam essa característica. Contudo, há uma gama de configurações possíveis e de atores que participam no interior das redes e articulações.

Existem distinções entre a) redes sociais que nascem como redes virtuais, b) redes sociais que nascem como redes mais presenciais e que não atuam ou se expressam enquanto redes virtuais, c) movimentos que atuam enquanto redes sociais e apresentam características típicas da organicidade de movimentos mais clássicos, d) ONGs que atuam como movimentos e várias outras conformações. Todas elas revelam uma pluralidade que não se restringe às denominações, mas, sobretudo, sinalizam diversidades de valores, objetivos, concepções e razões que revelam diferentes formas de expressão dos movimentos sociais contemporâneos e distintas formas de participação social.

Por esse motivo, torna-se fundamental identificar quem são os atores sociais que constituem e participam dos movimentos e ações políticas acompanhadas, posto que eles sejam sinalizadores de muitos dos elementos mencionados. Com relação à Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno, a participação nas reuniões e plenárias permitiu apreender que os principais atores sociais que a conformam são: Coletivo Luta Vermelha (vinculado ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), o Comitê Popular da Copa, o Movimento Intervezes, o Fórum de Mulheres, a Consulta Popular, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Juntos e o Movimento Estudantil.

Quanto à Articulação Nacional de Movimentos e Práticas Populares de Saúde (ANEPS), destacam-se entre os protagonistas os seguintes movimentos: Movimento Popular de Saúde (MOPS), o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MOHAN), o MST, a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), a Rede Nacional de Religiões Afro em

Saúde (RENAFRO), a Rede de Educação Cidadã (RECID), entre outros. A Rede PVP Trabalhador, embora não seja orgânica, também participa da ANEPS, uma vez que essa articulação participou ativamente da construção do PVP e muitos de seus participantes são também membros da ANEPS.

De acordo com informações advindas do campo, a ANEPS envolve atualmente centenas de movimentos e práticas de educação popular e saúde no país. É importante assinalar que na sua origem ela contou também com a participação de movimentos tais como a Rede de Educação Popular e Saúde, a Direção Nacional Executiva dos Estudantes de Medicina (DENEM) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) – através do Projeto Saúde e Alegria (48).

Com relação ao Movimento LGBT – respeitados os limites desta fase da pesquisa – o que pode ser observado na Parada realizada em Brasília foi a presença de militantes do próprio movimento, de participantes eventuais, de ONGs e redes sociais. A participação de cidadãos e famílias como expectadores, ao longo da avenida em que a Parada aconteceu, chamou a atenção, haja vista que sugere mudanças de valores no conjunto da sociedade frente às ações afirmativas e aos direitos demandados pela população LGBT, sinalizando que, de algum modo, esse movimento tem conseguido ampliar o diálogo com a sociedade e sensibilizar novos atores e sujeitos para o debate e a defesa de seus direitos.

A observação participante do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, da Marcha do Encontro e da reunião da coordenação nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida, possibilitou identificar os atores sociais participantes do MST e da Campanha. No que tange à Campanha, foi incluída no estudo justamente por expressar uma forma de atuação dos movimentos sociais crescentes a partir dos anos 1990, mas que no âmbito específico desta entidade revela mecanismos de organização e luta particulares, uma vez que, diferentemente de muitas ações desenvolvidas naquela década, apresenta o diferencial da permanência e de construção de uma organicidade que parece se assemelhar mais a um movimento do que propriamente a uma campanha.

Ela foi lançada em 2011, como fruto da articulação de mais de 50 entidades nacionais e congrega os maiores movimentos sociais e entidades com longa trajetória, tais como o próprio MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores

(MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e diversos outros atores sociais, em um grande esforço de construir uma articulação para o enfrentamento das problemáticas e bandeiras de luta em comum entre eles. Destaca-se o protagonismo do MPA, MST e demais movimentos articulados em torno da Via Campesina, bem como a presença de movimentos e organizações mais recentes, que se encontram em fase de consolidação de suas trajetórias de luta.

Com base na observação participante e na pesquisa documental, percebe-se que, além dos movimentos mencionados, há dezenas de organizações envolvidas, tais como: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede de Educação Cidadã (RECID), Movimento Estudantil, além de ONGs e inúmeros outros atores sociais (49).

Ressalta-se também a importância da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que constitui uma rede de movimentos mais recente, que tem atuado de forma expressiva e articulada com vários dos movimentos anteriormente mencionados.

Percebe-se, portanto, que se trata do esforço de construir um movimento que constitui em realidade uma grande rede de movimentos, que inclui desde movimentos clássicos – com larga história política – movimentos e redes mais recentes, até ONGs, buscando agregar forças em torno de questões comuns, mantendo evidentemente a autonomia e respeitando as bandeiras de luta específicas de cada um dos movimentos e organizações que se integraram.

Por outro lado, quanto aos atores sociais categorizados como Movimentos Sociais que compõem a Rede PVP Trabalhadores, a observação participante, a atuação orgânica e pesquisa documental acerca do Encontro Nacional da Rede PVP Trabalhador possibilitaram identificar a presença de representantes dos trabalhadores vinculados à referida rede e membros de sua Rede de Apoio, entre eles a Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador (REC-ST), a ANEPS, o Movimento Popular de Saúde (MOPS), CUT/DF, o Movimento LGBT, Pontos de Cultura (ONGs) e a Rede Saúde e Cultura. Como mencionado anteriormente,

outros atores, enquadrados na categoria *Estado* e *Universidade*, também estiveram presentes e fazem parte dessa Rede.

Ademais, existem várias outras organizações que participam da rede, mas não estiveram presentes no Encontro. Percebe-se a multiplicidade de movimentos e organizações, que agregam tanto movimentos clássicos como o MOPS e o Movimento Sindical, como articulações datadas da última década, porém com sólido acúmulo político, exemplo da ANEPS, além de redes em fase de consolidação, como a REC-ST, bem como redes novas como a Rede Saúde e Cultura, além da presença de ONGs.

Quanto à Rede PVP Indígena (PVPI), embora constitua um desmembramento do PVP Trabalhador, é composta por outros atores sociais e, no que tange aos Movimentos Sociais, congrega especialmente lideranças indígenas das etnias Atikum, Pataxó, Piratapuaia, Potiguara, Macuxi, Tupinikim, Kariri-Xocó e Fulni-ô, estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UnB), além de alguns apoiadores, tais como Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Federação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (FOIRN).

Nota-se que ela constitui uma rede social que congrega algumas das principais organizações indígenas que representam o Movimento Indígena brasileiro, normalmente institucionalizado por meio de associações sem fins lucrativos. Ademais, o fato de ser uma rede social que nasce como uma rede virtual e presencial é um elemento a ser destacado, haja vista que a articulação por meio da internet não constitui uma característica dos povos indígenas. Destaca-se que a Rede PVPI tem o objetivo de fortalecer a articulação e a construção de políticas públicas de saúde e cultura entre os povos indígenas, por meio de um processo de formação em cultura digital desenvolvido nas aldeias. Nesse sentido, sua existência e características sinalizam novas formas de organização e expressão das lutas desses povos que são importantes de ser analisadas.

Com efeito, a observação do Movimento Indígena se deu também por meio do acompanhamento da Marcha dos Povos Indígenas realizada na Cúpula dos Povos. Os representantes dos movimentos sociais identificados são lideranças e indígenas de distintas etnias e organizações representantes desse movimento,

tais como COIAB, APIB, APOINME, APINSUL, COICA, além de ONGs internacionais e apoiadores não indígenas participantes da Cúpula dos Povos. Destaca-se que a marcha realizada no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro teve como ato simbólico de finalização a realização de outro manifesto, cuja forma de expressão se deu por meio da produção de uma “figura humana” na areia da praia do Flamengo, que constituía de um desenho de arco e flecha composto por centenas de indígenas e não indígenas sentados na areia, que participaram e apoiaram a manifestação.

Com relação ao MST, no âmbito desta fase da pesquisa a ação acompanhada refere-se especificamente ao Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, à Marcha do Encontro e à Marcha contra a Companhia Vale, realizada durante a Cúpula dos Povos. Todavia, estudos anteriores (21) permitem afirmar sua composição formada essencialmente por trabalhadores rurais sem terra, embora tenha colaboradores representantes de inúmeras Universidades do país e articulações com vários outros movimentos e redes, como já foi descrito. Considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o MST apresenta uma organicidade complexa e bastante estruturada, com características clássicas de movimentos formados a partir de uma tradição da esquerda fundada em referenciais marxistas.

Por outro lado, o Encontro Nacional da Rede Saúde e Cultura, no que se refere à categoria Movimentos Sociais, sinalizou como principais atores os movimentos, articulações e redes de educação popular em saúde, bem como ONGs vinculadas ao campo cultural, entre eles: a ANEPS, os representantes dos Pontos de Cultura (ONGs), Movimento LGBT, RECID, Rede PVP. Trata-se de uma rede recente, nascida a partir de uma iniciativa do Estado e da Universidade, que busca a promoção da saúde e cultura, a articulação das políticas nesses setores, a troca de experiências e o diálogo por meio de uma plataforma virtual e também de ações presenciais.

Os contatos realizados com militantes do Movimento Massa Crítica – também chamado “Bicicletadas” – vinculado à luta nacional pela mobilidade urbana, revela que os principais atores sociais são cidadãos e participantes sensíveis à causa, que podem ser eventuais ou não, e articulam-se essencialmente pela rede social virtual, por meio da qual realizam seus debates e

organizam suas ações de forma autônoma, com liberdade para cada qual propor as ações quando assim decidir. Consideram-se uma rede, porém não há evidências da presença de movimentos sociais clássicos e tampouco de outras redes em sua composição. Entretanto, faz-se necessário o aprofundamento do estudo sobre esse movimento, em virtude dos limites dos contatos realizados.

Os resultados do conjunto das ações e movimentos sociais mapeados e acompanhados indicam a pluralidade de atores sociais que constituem e/ou participam dos movimentos no contexto contemporâneo, bem como evidencia a hegemonia das redes sociais e articulações enquanto formas de organização e expressão dos movimentos. Nota-se também que a maioria das redes e articulações agrega em seu interior tanto movimentos sociais clássicos – tais como o MST, o Movimento Sindical, MOPS, MPA, MAB, MTST – como também outras redes mais recentes – normalmente formadas por um conjunto de movimentos, redes e ONGs.

Cabe ressaltar que as ONGs identificadas são em sua maioria entidades que apresentam um envolvimento com os movimentos sociais. Essa observação se faz necessária em virtude do histórico de multiplicação de ONGs ao longo dos anos 1990, que conduziram a um cenário diverso, em que existiam tanto entidades engajadas aos movimentos, como também inúmeras instituições que assumiram o papel meramente de prestadoras de serviços terceirizados pelo Estado, com financiamento público e pouca ou nenhuma relação com as lutas políticas do conjunto dos movimentos sociais. Essa diversidade permanece existindo, motivo pelo qual é importante destacar o tipo de ONG com a qual as redes e articulações têm dialogado.

Por outro lado, movimentos recentes e/ou que atuam sob uma lógica muito distinta dos clássicos, e até mesmo de algumas articulações mais jovens, parecem não estar muito integrados às redes estudadas, caso que se aplica ao Movimento Massa Crítica, Movimento Juntos e Movimento LGBT. Ao contrário, percebe-se que outros movimentos fazem parte de várias redes e articulações. O MST, por exemplo, faz parte da ANEPS, da ANA, da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos, da Via Campesina e da RECID, para citar algumas. Já a ANEPS faz parte da Rede PVP Trabalhador, da Rede Saúde e Cultura e da RECID. Ademais, representantes do Movimento Indígena como a APIB fazem parte da

Rede PVP Indígena e a Rede PVP Trabalhador faz parte da ANEPS e da Rede Saúde e Cultura.

Diante dos dados é possível inferir que os movimentos sociais clássicos, seja do campo ou da cidade, se articulam mais com redes que não apresentam caráter expressivo de rede social virtual. Com efeito, eles são mais encontrados na ANEPS, na Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida e na ANA. O mesmo parece se assemelhar à ANEPS, que apesar de nascer como uma rede (articulação), nasce mais atrelada à rede presencial e com uma lógica de organicidade nos moldes dos movimentos clássicos e com forte base comunitária. Nessa mesma linha também se encontra a Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno, que embora seja uma rede e conte com a participação do Movimento Juntos, é liderada mais fortemente por integrantes advindos do Coletivo Luta Vermelha do PSOL e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e alinha-se mais com a organicidade clássica.

Já a Rede PVP Trabalhador, PVPI e Rede Saúde e Cultura, que surgem como redes sociais com caráter virtual, embora também mantenham atividades presenciais, não parecem agregar tantos movimentos sociais clássicos, seja do campo ou da cidade, o que não significa que não tenha alguns em sua base, como já foi demonstrado.

5.2.2 Bandeiras de Luta

Quanto às bandeiras de luta presentes em cada uma das manifestações públicas, encontros e reuniões dos respectivos movimentos sociais acompanhados, reitera-se a importância fundamental de identificá-las, haja vista que expressam direitos, sinalizam valores e explicam, em certa medida, a própria forma de expressão dos movimentos sociais contemporâneos, posto que revelam os objetivos das ações e da própria formação dos movimentos, redes e articulações, possibilitando vislumbrar inclusive suas perspectivas e entendimentos acerca do modelo de sociedade defendido e da razão que os norteia no atual contexto. Desse modo, o quadro abaixo representa um recorte da

matriz de análise que apresenta o conjunto das bandeiras mapeadas em cada uma das ações dos movimentos:

Figura 5 – Manifestações/Movimentos Sociais acompanhados e suas respectivas bandeiras de luta

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS/ ENCONTROS/ REUNIÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ACOMPANHADOS	BANDEIRAS DE LUTA
Parada LGBT de Brasília	Luta pelo direito de afirmação de identidades; luta por respeito à opção sexual; luta pelos direitos humanos à população LGBT; luta contra a homofobia, a intolerância, o preconceito e as distintas formas de violência contra a população LGBT; luta pelo direito ao prazer; luta pelo direito ao casamento civil homossexual; luta pelo direito à saúde da população LGBT.
Seminário (Encontro) Nacional da ANEPS/ Reunião Comitê EPS	Luta pelo direito à saúde; Luta pela valorização e reconhecimento da EPS; Luta pela consolidação do SUS; luta pela promoção da participação social e fortalecimento dos movimentos sociais em saúde; luta contra o capitalismo.
Reuniões e Encontros da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno/ Plenária da Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno	Luta contra as políticas atreladas à organização da COPA (luta pelo direito à cidade) e seus impactos negativos; luta feminista, luta socialista, lutas socioambientais e saúde ambiental (luta em Defesa da Comunidade da região da Samambaia – contra a transferência do lixo da Estrutural para Samambaia), luta contra o modo como GDF trata o problema do lixo e os catadores de material reciclável da Estrutural) luta pelo direito à comunicação e democratização dos meios de comunicação; luta por moradia; luta contra a privatização (terceirização) dos serviços públicos.
Encontro Nacional Projeto Vidas Paralelas (PVP) Trabalhadores	Luta pela saúde do trabalhador; luta por políticas públicas de ST; luta pelo direito à participação social em ST; luta pela valorização da cultura dos trabalhadores.
Encontro Nacional Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI)	Luta pelos direitos dos povos indígenas; Luta pela saúde indígena; Luta pelo direito de participação social dos povos indígenas; luta pela valorização da cultura e dos saberes tradicionais indígenas; luta em defesa das cotas indígenas nas universidades e direito à educação superior indígena.
Marcha do MST e Via Campesina na Cúpula dos Povos	Luta pela Terra, pela Reforma Agrária e por Justiça Social; Luta pela soberania alimentar; Luta contra o Modelo de Desenvolvimento pautado no Agronegócio; Luta contra os Agrotóxicos; Luta pelo socialismo; Luta contra o capitalismo.

<p>Marcha Povos Indígenas na Cúpula dos Povos</p>	<p>Luta pelo direito dos Povos Indígenas; Luta pela demarcação de terras indígenas; Luta contra a expropriação de terras indígenas; Luta contra a criminalização de lideranças e movimentos sociais indígenas; Luta pela afirmação da cultura e identidade indígena; luta contra modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio e grandes empreendimentos; luta em defesa das formas de produção tradicionais indígenas; luta pela preservação da natureza; Luta pela saúde indígena.</p>
<p>Marcha Geral da Cúpula dos Povos</p>	<p>Luta contra o Modelo de Desenvolvimento pautado no Agronegócio e nos grandes empreendimentos; luta pela Terra, pela Reforma Agrária e por Justiça Social; luta pela soberania alimentar; luta pela saúde ambiental; luta contra os Agrotóxicos; Luta pelo socialismo; luta contra o capitalismo; luta pelo direito da população LGBT; luta pela afirmação de identidades LGBT, indígenas; luta pelo direito dos povos indígenas; luta pelo reconhecimento dos direitos dos pescadores artesanais; luta pela mobilidade urbana; luta pela educação pública; luta pela educação indígena; luta pelo direito dos trabalhadores; luta pela saúde do trabalhador; luta pelo Sistema Único de Saúde; luta pelo direito das mulheres.</p>
<p>Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas/ Marcha do Encontro Unitário Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas</p>	<p>Luta pela reforma agrária, a luta pela terra, luta pela soberania territorial, luta contra o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio; luta contra os agrotóxicos; luta pela soberania alimentar (direito de manutenção das diversas formas culturais e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos), luta pela agroecologia; luta pela agricultura familiar e camponesa (luta por políticas públicas que viabilizem a agricultura familiar e camponesa; luta por assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; luta por desenvolvimento de pesquisas que reconheçam e incorporem os saberes tradicionais; luta por formação, com ênfase na juventude; luta por incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização). Luta por relações de gênero igualitárias, luta contra a violência, luta pela soberania energética; luta pela educação do campo, indígena e quilombola como mecanismo de emancipação dos sujeitos e em contraposição à educação rural vigente; luta pela democratização dos meios de comunicação; luta pelo reconhecimento pelo Estado dos direitos de populações atingidas por grandes empreendimentos; luta pelo direito de participação e consulta prévia nas decisões sobre políticas públicas e empreendimentos que impactem determinadas populações, luta</p>

	contra o capitalismo, luta em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.
Reunião Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida	Luta contra os agrotóxicos e transgênicos (saúde); luta pela sensibilização da sociedade quanto aos riscos dos agrotóxicos; luta contra o modelo de desenvolvimento vigente pautado no agronegócio, luta por um modelo de desenvolvimento agrário; luta pela agroecologia.
Encontro Nacional da Rede Saúde e Cultura	Luta pela promoção da saúde e cultura; luta pela articulação e diálogo das políticas de saúde e cultura, luta pela valorização e fortalecimento das práticas de saúde e cultura
Movimento Massa Crítica	Luta pela mobilidade urbana e priorização da bicicleta como meio de transporte saudável e sustentável, luta pelo desenvolvimento sustentável
Movimento Juntos	Luta contra o capitalismo, luta contra o imperialismo, luta pela democracia, luta pela educação, luta em defesa do meio ambiente, luta contra todos os preconceitos (gênero, etnia, raça, credo) e formas de violência, luta por uma sociedade com igualdade e liberdade para todos, luta contra a homofobia, luta pelos direitos da população LGBT (luta contra a lesbofobia, luta pelo direito ao casamento civil igualitário, luta pelo direito de amar).

Os resultados evidenciam vasto espectro de bandeiras e sinalizam que a luta pela saúde e a luta contra o modelo de desenvolvimento vigente são os principais elementos convergentes entre os movimentos analisados. No interior das lutas pela saúde, percebe-se que elas abarcam desde lutas pela promoção da saúde e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), passando por lutas em torno do direito de participação na construção de políticas públicas de saúde do trabalhador, saúde indígena, educação popular em saúde, saúde da população LGBT e lutas por saúde ambiental.

Nesse sentido, nota-se que as lutas pela saúde ambiental estão em evidência e parecem assumir centralidade no contexto contemporâneo, especialmente a luta contra os agrotóxicos. Cabe ressaltar que a saúde ambiental, de acordo com o Ministério da Saúde (52), constitui um campo teórico-político da saúde pública, que trata das questões referentes aos determinantes, condicionantes e influências do meio ambiente natural e antrópico sobre a saúde humana, que busca construir referenciais teóricos científicos e políticas públicas

voltadas à promoção da qualidade de vida do ser humano a partir da perspectiva da sustentabilidade.

Com base nesse conceito, entende-se que as lutas contra os agrotóxicos e transgênicos, bem como as lutas em defesa da agroecologia, lutas em defesa da soberania alimentar e da manutenção de distintas formas de produção dos diferentes povos, as lutas pela adoção de matriz energética e meios de transportes limpos/saudáveis, bem como as lutas por uma sociedade sustentável, são todas bandeiras que expressam lutas por saúde ambiental.

Além disso, existem outras que traduzem, em verdade, lutas por alterações nos determinantes sociais em saúde, tais como as lutas contra a violência, a homofobia e a intolerância, bem como as lutas por reforma agrária, por terra, por território, por moradia e trabalho, para destacar alguns. Nesse sentido, estudos de Hoefel et al. (1,46,47) sobre os processos de resistência e participação social no contexto dos conflitos socioambientais do campo e, posteriormente, realizados em contextos indígenas, também destacam entre as principais bandeiras as lutas pela terra, lutas por saúde ambiental e contra o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio e nos agrotóxicos.

Tais colocações convergem com os resultados encontrados, posto que a luta contra o modelo de desenvolvimento vigente também se destacou como uma bandeira majoritária entre os movimentos estudados. Todavia, ressalta-se que, de modo geral, não há consenso acerca do modelo de desenvolvimento e de sociedade sustentável, co-existindo distintas tendências que podem variar entre identificações socialistas, anarquistas ou mesmo capitalistas. Nessa perspectiva, destaca-se que as lutas contra o capitalismo constituem uma bandeira de luta encontrada na pesquisa, embora não represente a maioria.

Percebe-se que entre os movimentos sociais clássicos, especialmente do campo, há claramente uma identificação com essa bandeira. No entanto, é interessante notar que ela não se restringe a eles, pois também foi encontrada em movimentos da juventude formados recentemente, tal como o Movimento Juntos, bem como em Articulações como a ANEPS e a Articulação dos Movimentos Sociais e Lutas Populares do Distrito Federal e Entorno, além da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida. Por outro lado, a luta contra o capitalismo não foi identificada de modo explícito no Movimento

Indígena, na Rede Saúde e Cultura, na Rede PVP Trabalhador, Rede PVPI e tampouco no Movimento Massa Crítica.

Entretanto, cabe aprofundar em que medida essa luta, de fato, não é parte da agenda desses movimentos e redes ou ela simplesmente não está explícita, em função de ser parte estruturante das demais bandeiras. No caso do Movimento Indígena, e possivelmente da Rede PVPI, ela não constitui uma bandeira porque a própria concepção de organização de sociedade indígena já é, por si, anticapitalista, norteadas por ideias que se aproximam do conceito de bem viver.

Quanto à Rede PVP Trabalhador, também cabe aprofundamento, visto que a centralidade da luta da saúde do trabalhador gira em torno do conflito capital-trabalho e isto constitui pressuposto do Movimento Sindical e dos demais movimentos que atuam nesse campo. No que tange à Rede Saúde e Cultura, a observação participante permite assinalar que, apesar de a Rede não se autoproclamar anticapitalista, os debates e as rodas realizadas durante o Encontro Nacional pautaram os impactos desse modelo sobre a saúde, as dificuldades de consolidação do SUS e do controle social, bem como suas repercussões perversas sobre a cultura e a sociedade.

Ao mesmo tempo, é notável que o Movimento LGBT, o Movimento Massa Crítica, a Rede PVP Trabalhador, a Rede PVPI e a Rede Saúde e Cultura também carregam consigo características bastante distintas, se comparados com os movimentos sociais clássicos, sejam eles do campo ou da cidade. Com efeito, todos eles parecem tentar resgatar a dimensão da subjetividade às lutas objetivas. Especialmente as redes mencionadas, parecem buscar uma espécie de (re)união entre a cultura, as artes e a política, entre o indivíduo e o coletivo, entre os desejos e as necessidades, entre o prazer e o compromisso. Essa característica parece remeter ao que Maffesoli (36) denomina de razão sensível, uma razão que nortearia, segundo ele, as sociedades contemporâneas, que buscariam a reintegração entre o Prometeu e o Dionísio, entre o racional e o emocional, entre o prazer e a política. De fato, uma das conclamações do Encontro Nacional da Rede Saúde e Cultura evocava exatamente o seguinte: “Dionise-se”.

Ademais, com relação à Rede PVP Trabalhador, a observação participante e a pesquisa documental revelam que, ao contrário do que se poderia prever

enquanto uma proposta de rede social vinculada ao movimento sindical e à saúde do trabalhador, as questões subjetivas, o prazer, e especialmente o cotidiano, afloraram nas manifestações estéticas na rede, tanto quanto as temáticas que, supostamente, são enquadradas como lutas políticas explícitas. A questão que ressalta, mais uma vez diz respeito à religação e às necessidades que as pessoas têm hoje de compartilhar as experiências cotidianas que também dão sentido e concretude à vida, e que não necessariamente significam um distanciamento da política, tal como nos lembra Maffesoli (36), mas tão somente uma nova forma de exercê-la e de expressá-la.

5.2.3 Estratégias de Luta

A análise possibilita identificar um conjunto de estratégias de luta que tem sido adotado pelos movimentos, tais como: 1) marchas e ocupações; 2) bloqueio de estradas; 3) bicicletadas; 4) acampamentos; 5) denúncias, debates e articulações com (e por meio de) redes sociais virtuais; 6) denúncias, debates e articulações presenciais com diferentes atores sociais; 7) Campanhas virtuais e presenciais; 8) Realização de Encontros e Seminários; 9) Sistematização e publicação (impressa e virtual) de cartilhas, pesquisas, revistas, e demais materiais de divulgação e denúncia; 10) Elaboração de documentos com propostas de políticas públicas; 11) Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão articulado com as Universidades; 12) Participação em Grupos de Trabalho, Comitês, Comissões, entre outros; 13) Pressão política para participação na construção de políticas públicas e para aprovação de projetos de lei; 14) Encaminhamentos de denúncias ao Ministério Público, Ministério da Justiça e demais órgãos governamentais; 15) Criação de *fan pages* no Facebook e alimentação de sites; 16) Realização de processos de formação; 17) Manifestações e expressões artísticas e culturais (performances, encenações teatrais, “figura humana”, produção musical, sarau, exposição fotográfica, produção de vídeos; realização de Cineclubes, entre outros);

Percebe-se uma mescla entre estratégias que historicamente fizeram parte dos processos de luta dos movimentos de esquerda e novas estratégias que

ganham destaque no contexto atual. A análise permite agrupá-las em cinco grupos: *Estratégias de mobilização de massa; Estratégias institucionais; Estratégias de Formação e Construção de Saberes, Estratégias de Comunicação e Articulação Política; Estratégias Artísticas e Culturais*. Ressalta-se que a classificação apresentada serve tão somente como síntese e não deve ser entendida de forma rígida, visto que comumente as estratégias apresentam interfaces umas com as outras e podem expressar-se de modo simultâneo, cumprindo diferentes papéis que ultrapassam a característica central do respectivo grupo de estratégias.

Assim, no interior de uma determinada marcha é possível também identificar outras estratégias, tais como as postagens *online* do próprio manifesto, manifestações e expressões artísticas e culturais, bem como a entrega de documentos em instituições governamentais e a própria pressão política expressa tanto no ato concreto da marcha em si, como no conjunto de atos simbólicos que a constituem. É nesse sentido que se assinalam as interfaces e necessidade de compreender os grupos de estratégias enquanto mecanismos flexíveis, já que uma ação artístico-cultural, por exemplo, pode tanto ser a própria forma de manifestação em si, como também podem ser utilizada como instrumentos de formação, dependendo da concepção e entendimento que os respectivos movimentos têm da mesma.

Cabe destacar que, dependendo do movimento, algumas estratégias são mais adotadas que outras. Nesse sentido, percebe-se que o Movimento LGBT, a ANEPS, a Rede Saúde e Cultura, bem como a Rede PVP Trabalhador e PVP Indígena, incluem em suas estratégias as manifestações artísticas e culturais como algo central na própria forma de fazer política e na organização e expressão das lutas dos movimentos, mesclando de forma orgânica esses e outros mecanismos – como as *Estratégias institucionais; Estratégias de Formação e Construção de Saberes, Estratégias de Comunicação e Articulação Política* – que parecem expressar, em verdade, concepções mais integradas entre as dimensões políticas e culturais. Ainda com relação aos movimentos citados, importa ressaltar que a Rede PVP Trabalhador, a ANEPS e a Rede Saúde e Cultura não sinalizam adoção de estratégias de mobilização de massa, indicando maior relação com os demais mecanismos estratégicos. No que se refere às estratégias de formação e construção do conhecimento, excetuando o Movimento

LGBT, que carece aprofundamento, os demais adotam fortemente estratégias desse tipo.

No caso da ANEPS, as estratégias institucionais ocupam lugar de destaque, haja vista que atua de modo profundamente articulado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde. A ANEPS foi protagonista, desde sua formação, de inúmeras estratégias de construção de políticas públicas. Nesse sentido, a realização das Tendas da ANEPS, a participação no Grupo de Trabalho em Educação Popular em Saúde da Abrasco, a realização de inúmeros seminários e reuniões com diferentes atores sociais, entre eles o Estado, a pressão política e o diálogo com o governo e, especialmente, o protagonismo na formação do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde e sua participação na elaboração desta política, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2012, evidenciam a centralidade das estratégias institucionais no que se refere a esse movimento.

Com relação à Rede PVP Trabalhador e Indígena, ainda que as ações institucionais sejam menos presentes que na ANEPS, também adotam estratégias nesse sentido, tendo histórico de alguns encaminhamentos de denúncias ao Ministério Público, diálogo, participação e pressão política sobre as Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador (CISTs), Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador, Ministério da Cultura e Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). Ademais, no que tange à Rede PVP Trabalhador, além dos debates na rede social virtual e presencial, a realização de Audiências Públicas e reuniões com a presença de membros representantes do Estado também contribuíram, de certo modo, para qualificar a elaboração da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, publicada em 2012. Quanto à Rede Saúde e Cultura, o fato de nascer com apoio de instituições estatais indicam, de antemão, que suas estratégias de ação iniciais mantêm uma relação institucional, posto que estabelece o diálogo e a interlocução com o Estado.

Por outro lado, o Movimento LGBT também apresenta estratégias institucionais, por meio de Audiências Públicas, pressão política para aprovação de projetos de lei e para a construção de políticas de combate à homofobia, promoção da saúde e cidadania, para a realização da I Conferência Nacional LGBT, além de ter participado ativamente na formação do Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT, bem como na elaboração da Política

Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bisessexuais, Travestis e Transexuais, instituída em 2011.

Com relação as estratégias de comunicação e articulação, também variam entre os movimentos, de modo que a ANEPS e o Movimento Indígena parecem articular-se mais via presencial do que com (e por meio de) redes sociais virtuais, embora demonstrem tendências de mudança nesta questão. Por outro lado, as Redes PVP Trabalhador, Rede PVP Indígena, o Movimento LGBT e a Rede Saúde e Cultura, ainda que mantenham articulações políticas e formas de comunicação presenciais, sinalizam maior ênfase nas articulações políticas com as redes virtuais.

Ao contrário, o MST e a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos parece centrar mais atenção às estratégias de articulações políticas presenciais, embora mantenham formas de articulação e comunicação também virtuais. Nesse sentido, a experiência histórica do MST e a sua capacidade acumulada de articulação política talvez colaborem para o fato de os mecanismos virtuais não serem tão valorizados, excetuando os processos de comunicação relativos às divulgações e denúncias na mídia bastante utilizados.

Além disso, considerando que a base desse movimento é constituída por camponeses e agricultores e que grande parte dessa população ainda não tem familiaridade e/ou acesso à internet, é compreensível que as articulações e mobilizações presenciais sejam priorizadas. Entretanto, cabe também lembrar que persiste uma visão, no interior dos movimentos clássicos da esquerda, acerca da desconfiança e do descrédito no que tange aos processos de articulação e atuação política relacionados às redes sociais virtuais.

Assim, as estratégias que demonstram centralidade são àquelas relativas às mobilizações de massa, especialmente as ocupações e marchas. No caso da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida, apresenta o diferencial de constituir-se como Campanha, fato que, por si só, pode ser caracterizado como outra estratégia de luta. Contudo, como já foi apontado, para além de uma estratégia em si, ela apresenta uma organicidade própria, tornando-a mais próxima de um movimento do que de uma ação isolada e pontual. Ademais, ainda que ela não necessariamente seja protagonista de ocupações e marchas, apoia os demais movimentos que o fazem, visto que eles são parte desta rede.

Quanto às estratégias institucionais, é notável que o MST tem empreendido esforços há décadas para construir novos mecanismos que garantam a participação na elaboração de políticas públicas e o alargamento dos direitos, servindo de exemplo para inúmeros movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. As estratégias incluem desde a pressão política sobre o governo e o conjunto das instituições do Estado, passando pela realização de Audiências Públicas, encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes, bem como a participação na construção de Grupos de Trabalho, tal como o Grupo da Terra – voltado para o debate e construção da política de saúde dos povos do campo, quilombolas, ribeirinhos e povos da floresta – e inúmeros outros GTs, Comissões e Comitês voltados às discussões de diferentes áreas do direito e das políticas.

Com efeito, o MST, juntamente com vários outros movimentos sociais, foi protagonista da construção da Política Nacional da Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, aprovada em 2011, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída em 2012 e da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, aprovada em 2013, para citar alguns. Todas essas estratégias institucionais revelam novas formas de construção de políticas públicas que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Ainda com relação a esses dois movimentos, percebe-se também a adoção de estratégias de formação e construção de saberes, que perpassam o desenvolvimento de pesquisas, projetos de extensão, bem como a realização de encontros, cursos de formação política, seminários e a construção de cursos de graduação e pós-graduação especificamente voltados aos movimentos sociais, construídos no diálogo entre estes, a Universidade e o Estado. Evidentemente, tendo em vista que a Campanha constitui uma organização recente, o MST também acumula maior experiência na adoção destas estratégias. No entanto, como já foi mencionado em outra categoria abordada, ela mantém vínculos profundos com a Universidade e relações diretas com pesquisas científicas que tem sido realizadas com os diversos parceiros acadêmicos que fazem parte desta rede, tal como Abrasco e Fiocruz.

No que tange às estratégias artístico-culturais, embora elas existam – especialmente as produções de vídeos, realização de cineclubes e encenações teatrais, parecem constituir-se mais como instrumentos de formação do que propriamente como forma de expressão artística da ação política. Essa

característica sugere uma subordinação da dimensão cultural e da arte à dimensão política, sinalizando uma forma de atuação e de concepção que, de certo modo, dissocia as manifestações simbólicas e subjetivas das questões materiais e objetivas. Com efeito, a subordinação mencionada encontra ressonância nas referências marxistas ortodoxas, que postulavam a necessidade de primeiro transformar as estruturas e depois, como consequência, as questões culturais e subjetivas naturalmente seriam pautadas e também modificadas.

Essas características reiteram a coexistência, na sociedade contemporânea, de razões distintas que norteiam os diferentes movimentos e da complexidade do momento atual, posto que tanto os movimentos clássicos como os mais recentes evidenciam aproximações e distanciamentos em diferentes aspectos, revelando um verdadeiro mosaico que mescla antigas e novas bandeiras, estratégias e modos de organização e expressão dos movimentos e das lutas políticas.

De fato, além das redes e movimentos já analisados, outros movimentos e ações políticas acompanhadas nesta pesquisa revelam o mosaico mencionado. A observação participante da Marcha do Movimento Indígena e as demais observações realizadas durante o encontro denominado Acampamento Terra Livre (ATL), realizado na Cúpula dos Povos, bem como por meio da Rede PVP Indígena, evidenciam algumas características semelhantes às encontradas no MST e na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, como a priorização das estratégias de mobilização de massa – especificamente marchas, ocupações e bloqueios de estradas – e as estratégias de comunicação e articulação política presenciais.

Com relação aos mecanismos de luta institucionais, eles são mais vinculados ao encaminhamento de denúncias aos órgãos públicos, pressão política relativa aos projetos de lei, realização de Audiências Públicas, além da elaboração de Cartas e Documentos, tal como foi a Carta construída pelos povos indígenas durante a Cúpula dos Povos. Ademais, há sinais de participação em Comissões, embora seja necessário aprofundar esses dados, haja vista os limites desta fase da pesquisa.

Quanto às estratégias de formação e construção do conhecimento também têm sido adotadas, ainda que aparentemente em menor grau que outros movimentos analisados. Entretanto, é de fundamental importância ponderar que,

tendo em vista tratar-se de outras culturas e, portanto, de uma razão distinta dos não indígenas, é provável que existam muitas outras estratégias de luta, concepções e formas de ação política que os limites desta etapa do estudo, e talvez as próprias categorias adotadas, não permitiram apreender.

Ressalta-se que, no caso do Movimento Indígena, as estratégias artístico-culturais necessitam ser analisadas com cuidado, exatamente pelas ponderações acima mencionadas. Contudo, respeitadas as diferentes racionalidades, é notório que as dimensões cultural e política, para os povos indígenas, são também indissociáveis, tal como sinalizam algumas redes anteriormente analisadas. Importa também destacar que o manifesto da figura humana, conforme citado anteriormente, indica a adoção de uma forma de expressão de luta tipicamente contemporânea e sugere mudanças nas estratégias de luta desse movimento, que parece ser resultado da ampliação do diálogo com demais atores sociais, tais como ONGs, além de outros movimentos sociais clássicos e contemporâneos.

Com efeito, o manifesto da “figura humana” realizada pelo Movimento Indígena foi organizado e produzido por uma ONG internacional, como foi identificado na observação participante. Além disso, a participação da APIB no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas e na Rede PVP Indígena reitera os sinais de adoção de novas estratégias de luta que perpassam o conjunto dos grupos estratégicos classificados no âmbito dessa pesquisa.

Esses resultados reforçam os elementos que têm se destacado na análise, com respeito ao convívio entre distintas racionalidades, concepções políticas e formas de expressão das lutas. Nesse sentido, os contatos realizados com o Movimento Massa Crítica também sinalizam nessa direção, posto que sinaliza uma forma particular de organização e atuação, pautada sobretudo em uma estratégia de mobilização de massa muito diferente dos demais movimentos, visto que trata-se de ações denominadas “Bicicletadas”. Esses passeios de bicicleta são considerados ações políticas que buscam sensibilizar os governos e o conjunto da sociedade acerca da necessidade de se discutir e construir políticas de mobilidade urbana que valorize a bicicleta como um meio de transporte urbano saudável, não poluente, de baixo custo e, portanto, convergente com uma proposta de desenvolvimento sustentável, segundo seus militantes.

Quanto às demais ações, são notadamente relacionadas às estratégias de comunicação e articulação política com (e via) redes sociais virtuais, com a realização de debates, a organização das bicicletadas e o processo de mobilização *online*. Há também indícios de estratégias de formação e construção do conhecimento, por meio da realização de projeto de extensão vinculado à Universidade de Brasília, caso que se aplicaria ao Movimento no Distrito Federal. Com relação ao Movimento Juntos, há necessidade de aprofundamento do estudo, motivo pelo qual não foram abordadas suas estratégias.

Figura 6 – Estratégias de Luta

	Mobilização de massa	Estratégias Institucionais	Formação e Construção de Saberes	Comunicação e Articulação Política	Artístico-culturais
Mov. LGBT	O	X		O	X
ANEPS		X	O	O	X
Rede Saúde e Cultura		X	O	X	X
Rede PVP Trabalhador		X	O	X	X
Rede PVPI	O	X	O	X	X
MST	X	X	O	X	O
Campanha	X	O	X	X	O
Mov. Indígena	X	O	O	O	O
Mov. Massa Crítica	X		O	X	
Articulação DF	O		O	O	O

Estratégia não identificada
 Estratégia adotada
 Estratégia fortemente adotada

Figura 7 – Estratégias de Comunicação e Articulação Política

	Presencial	Virtual
Mov. LGBT		X
ANEPS	X	
Rede Saúde e Cultura		X
Rede PVP Trabalhador		X
Rede PVPI		X
MST	X	
Campanha	X	
Mov. Indígena	X	
Mov. Massa Crítica		X
Articulação DF	X	X

 Estratégia fortemente adotada

5.3 RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Os resultados apresentados a seguir referem-se aos dados advindos das entrevistas realizadas com lideranças e integrantes dos seguintes movimentos: 1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2) Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), 3) Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT), 4) Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 5) Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígenas, 6) Mobilizações de Junho de 2013.

A análise permitiu identificar a emergência de três categorias intituladas: “*Tecnosophie* e Movimentos Sociais”, “Tecnologia e Movimentos Sociais” e “Paradigmas e Teorias”. Antes de abordar cada uma delas, realiza-se uma breve contextualização, e em seguida, adentra-se no universo da análise.

5.3.1 *Tecnosophie* e Movimentos Sociais

Conforme mencionado, os movimentos sociais vêm sofrendo alterações desde os anos 1970, acompanhando as mudanças que a sociedade vêm passando. A reestruturação produtiva desencadeou uma revolução tecnológica em uma velocidade sem precedentes, interferindo na organização da sociedade e no modo como se constroem as relações sociais.

Nesse sentido, o Facebook e as redes virtuais destacam-se atualmente como um fenômeno, assumindo um papel relevante no cotidiano da vida, tanto do ponto de vista social, político e cultural, engendrando processos que parecem também interferir nas formas de expressão dos movimentos sociais e no modo como eles se relacionam com as redes virtuais. Scherer-Warren apontava, ainda no início dos anos 1990, a importância das redes sociais e assinalava elementos que desde então vêm se confirmando.

Segundo a autora, as redes sociais – cuja ascensão foi facilitada pelo surgimento da internet e dos inovadores meios de comunicação – caracterizam-se por redes de movimentos sociais que buscam articular atores sociais e culturais, norteadas pela solidariedade e por princípios éticos comuns, cujas lutas são vinculadas às questões mais universais, relacionadas às lutas mundiais pela paz, pelo compromisso ético-político mundial em defesa da vida, contra a pobreza e a miséria e pelo respeito à dignidade humana, adquirindo um caráter cada vez mais transnacional (11).

Com efeito, a primeira década do século XXI sinaliza nessa direção. Conforme assinalado anteriormente, a crise do capital financeiro deflagrada em 2008 trouxe consigo uma nova onda de manifestações sociais mundiais, articuladas fundamentalmente pelo Facebook e redes sociais virtuais, desencadeada pela Primavera Árabe e seguida por uma série de manifestos na Espanha, Grécia, Portugal, Estados Unidos e Chile, para citar alguns (14).

No Brasil, as redes sociais também são um fenômeno e parecem apontar para modos muito distintos de relação e compreensão da tecnologia. Nesse sentido, as mobilizações de junho de 2013 no Brasil constituíram um marco histórico, principalmente pelas características do processo, articulado predominantemente pelo Facebook.

É fato que as tecnologias de informação e comunicação, embora sejam muito bem-vindas às organizações, também enfrentaram resistências por longo tempo, em função de inúmeros motivos. Cabe ressaltar que os desafios nessa relação com as tecnologias não são uma particularidade dos movimentos, posto que são parte da transição que o conjunto da sociedade viveu (e continua vivendo), haja vista que a expansão tecnológica ocorreu de forma tão veloz e abrupta que desencadeou uma espécie de “hiato” entre gerações pré e pós-internet, um hiato que parece se expressar em todos os âmbitos da vida, inclusive na dimensão política.

Nessa perspectiva, é presumível que as gerações que nasceram em um contexto em que já existia internet e as redes sociais apresentem concepções e estabeleçam relações com a tecnologia completamente distintas de outras gerações, elemento que parece também influenciar a percepção sobre as potencialidades e fragilidades do Facebook enquanto espaço de debate político e fortalecimento das lutas.

De fato, há diferentes visões acerca das redes sociais virtuais e elas parecem ter sido compreendidas, até recentemente, como uma ferramenta tecnológica, sinalizando entendimentos alinhados com as concepções de tecnologia assinaladas por Feenberg (18), seja ela em sua vertente instrumental, determinista, subjetivista ou mais próxima da teoria crítica. Ademais, a hegemonia da visão das redes sociais virtuais enquanto ferramenta se assenta sobre o paradigma da razão moderna e seus desdobramentos em termos conceituais e políticos.

No entanto, a conjuntura atual no Brasil e no mundo sinaliza a emergência de elementos que parecem apontar para outras racionalidades e formas de relação com as redes sociais virtuais que se distanciam dos conceitos de tecnologia e exigem a construção de outras noções que contribuam para a compreensão do fenômeno.

Essa análise apresenta e discute a categoria *tecnosophie* – um conceito em fase de construção – a partir da identificação das concepções dos integrantes das Mobilizações de Junho de 2013 no Brasil sobre as potencialidades do Facebook e das redes virtuais como espaços de debate político. Desse modo, os resultados apresentam as interfaces entre as concepções mencionadas e a noção

de *tecnosophie* sustentada, possibilitando a compreensão sobre os significados das redes sociais virtuais na sociedade atual.

A análise do conjunto das entrevistas indica que diferentes formas de expressão dos movimentos sociais apresentam também distintas visões sobre as potencialidades das redes virtuais e do Facebook enquanto espaço de debate político e, como tal, sinalizam a existência de dois grandes grupos, sendo um grupo mais identificado com as teorias da tecnologia e um grupo com maiores aproximações com a noção de *tecnosophie* aqui proposta.

Desse modo, a categoria *tecnosophie* emerge especificamente no universo das entrevistas realizadas com 11 integrantes das Mobilizações de Junho de 2013. O restante dos entrevistados apresenta alinhamentos discutidos em outra categoria, intitulada “Tecnologia e movimentos sociais”. Ressalta-se que elas não devem ser entendidas de modo estanque, haja vista que toda categoria representa, tão somente, o elemento preponderante em um dado grupo estudado.

Quanto à noção de *tecnosophie*, diferentemente das concepções de tecnologia, parece encontrar ressonância nas colocações de Maffesoli (7), uma vez que sugere novos sentidos à tecnologia, significados e interpretações que a compreendem de modo menos linear, objetivo e utilitarista e mais relacional, emocional e ritualístico, menos como objetos e mais como *elementos que mediam* e propiciam ao homem conformar e construir novos *espaços de relação e expressão*.

Elementos que mediam são diferentes de instrumentos, pois este está ligado à ideia de meios, de ferramentas, de utilitários cujo uso permite alcançar um determinado objetivo concreto e prescrito, que historicamente está associado a realização de uma tarefa, uma função, e à geração de um produto. Os meios de produção são propriamente os instrumentos que permitem ao homem produzir coisas, objetos.

Diferentemente, a ideia de elementos mediadores traz em si certo deslocamento que não se opõe à existência, à importância e ao lugar dos meios de produção existentes na sociedade, os quais contribuem para o estabelecimento de determinadas relações sociais de produção e, conseqüentemente, do modo de organização da sociedade. Entretanto, a ideia de elementos mediadores aqui exposta, busca abarcar um olhar sobre a tecnologia que ultrapasse a noção de utilidade e ferramenta e contemple a ideia de

interação, de espaços de sociabilidade e compartilhamento, uma espécie de *lugar* do *être-avec*, utilizando a expressão de Maffesoli (7).

Tomando como exemplo o computador/internet – mas poderia ser qualquer outro exemplo – podemos pensar que, na sua essência, é um objeto/ferramenta útil que foi criado pelo homem e que, do ponto de vista tecnológico, tem uma função e é carregado de valores, posto que está contido nele uma dada ideia de funcionalidade que vem ao encontro de um determinado fluxo do processo produtivo numa dada sociedade, num dado momento histórico

Contudo, se os homens, por um motivo qualquer, passarem a adotar esse computador/internet como dispositivo para o encontro entre as pessoas e passarem a agregar-se em torno dele, passarem a construir relações e viver emoções “junto ao computador/internet”, este praticamente deixa de ser um computador na sua essência, pois os homens conferiram novos sentidos, significados e importância ao “dito” computador/internet (ou objeto/ferramenta).

O computador/internet, nesse caso, possui profundo significado emocional para as pessoas que ali, junto dele, vivenciaram seus momentos de alegria ou de tristeza, de exaltação e frustração, de tragédia ou de comédia, enfim, esse computador não é mais um mero objeto/ferramenta, ele assumiu a condição de *elemento mediador*, cuja importância se dá pela capacidade de possibilitar que os homens, ao interagirem com ele, pudessem fazer dele (e do espaço virtual) um lugar, um espaço de relação e expressão. Evidentemente ele não deixa de ser um computador e continua cumprindo sua função de ordenamento de um dado modo de produção, no exemplo dado, mas esse já não é mais o seu único papel social e tampouco o mais importante.

Não se trata, logicamente, de afirmar que o computador/internet possui a capacidade de criar relações e sentidos, evidentemente são os homens que, em interação com o computador/internet, conferiram novos sentidos e construíram espaços de relação junto com ele. Porém, insistir que ele permanece sendo tão somente um objeto de dominação, posto que a sua criação de fato visava dominar, ou ordenar algo, é também limitar a análise a uma perspectiva racional (instrumental) que não contempla a complexidade dos fenômenos emocionais, culturais e políticos que envolveram o computador/internet.

Compreender o significado de *elementos mediadores* significa compreender a tecnologia como algo em que as fronteiras entre o objeto e

homem perdem a nitidez e constituem uma zona cinzenta e disfórmica, dadas as características que ambos, em interação, foram constituindo e constituindo-se.

Assim, nota-se que a perspectiva de *tecnosophie* sustentada no âmbito desta análise, compreende que, embora a tecnologia carregue consigo valores e seja criada com uma dada intencionalidade, no contexto atual da sociedade ela parece configurar-se mais como *elemento mediador*, capaz de propiciar e assumir a forma de uma espécie de *espaço e lugar* de relações. De modo que é na interação entre os homens e a tecnologia e no ato de compartilhamento que os sentidos da tecnologia vão sendo construídos e (re)significados, conformando assim espaços e formas de produção e expressão de relações sociais, políticas e culturais.

Espaços que parecem contribuir para a construção de *cybersocialités*, conforme assinala La Rocca (53) ao discutir as proposições de Casalegno. Para La Rocca o significado de *cyberespace* sustentado por Casalegno significa: “*un territoire d’interaction, une combinaison d’espaces (réels et virtuels) qui participent ensemble à l’évolution des formes de communauté, de la mémoire interstitielle propre à l’ère du numérique*” (53).

Assim, pensar a partir da ótica da *tecnosophie* implica considerar a hipótese de que as inovações tecnológicas criadas nas últimas duas décadas, especialmente a internet e as redes sociais virtuais (por exemplo, o Facebook), estejam contribuindo, em certa medida, para a construção de outros tipos de relações coletivas, em vez de fomentar somente o aumento do individualismo, como sempre acreditamos.

Contudo, é preciso considerar que as relações coletivas mencionadas, de fato, não são iguais ao modo como sempre a esquerda as concebeu. Com efeito, a sociedade contemporânea parece engendrar novas inter-relações, novas formas e conceitos, enfim, novos modos de “estar no mundo”. Modos e formas de expressão muito distintos daqueles que vigoraram ao longo de toda a modernidade.

Nesse sentido, observando o modo como se constroem as relações na atualidade, torna-se evidente que, sobretudo a juventude, revela cada vez mais um profundo desejo de estar junto, de relacionar-se com os *outros*, de compartilhar suas vidas, suas emoções, sua cultura, seu trabalho, compartilhar as subjetividades e objetividades. Isso é algo muito evidente quando se observa o Facebook. As pessoas *entram* neste “espaço/lugar” para *compartilhar*, para se manifestar, para dialogar, para trocar experiências, para encontrar pessoas,

enfim, para *estar-junto*. Seja *estar-junto* nos pequenos momentos subjetivos da vida ou nos grandes acontecimentos sociais e políticos da sociedade, as pessoas estão sempre lá “presentes”, próximas umas às outras.

É fato que é outra forma de presença, discutível sob muitos aspectos, especialmente por tratar-se de um espaço virtual, o que incita a própria reflexão sobre o conceito de presença, mas aqui importa ressaltar que as relações coletivas apresentam novos contornos – ainda que completamente distintos da concepção historicamente vigente – que se expressam em um universo de comunidades semelhantes às tribos (44) e, paradoxalmente, conectam o local ao global.

Essas questões sugerem igualmente sentidos e significados da tecnologia absolutamente distintas e indicam alinhamentos mais próximos dos elementos constituintes da noção de *tecnosophie* apresentada, bem como revelam expressiva ressonância com a Teoria da Razão Sensível de Maffesoli (7). As falas a seguir revelam olhares que parecem apontar para as redes virtuais como algo intrínseco ao modo como eles se relacionam e percebem o mundo:

(...) antes dessas redes tele-informadas, das pessoas terem um lugar de voz como elas têm hoje, a mídia tinha um poder de opinião que era muito mais forte do que ela tem hoje. Hoje a opinião é formada meio que numa batalha de indivíduos, a opinião pelo menos das pessoas que habitam o Facebook. Mas eu acho que... também eu acho que tem *feeds* e *feeds* né... eu acho que isso vai variar de acordo com cada pessoa e tal, mas eu acho que a tendência é que esses *feeds* se contaminem mais, que as pessoas se adicionem mais, enfim, que essas coisas se misturem assim. (Venezuela – integrante das Mobilizações de Junho 2013)

O depoimento é bastante revelador das perspectivas e modos de relação com as redes virtuais. A própria linguagem é absolutamente peculiar e sugere a existência de outra lógica, outra racionalidade que parece nortear, sobretudo, a parcela da juventude que faz parte das redes. Nota-se que a análise proferida no trecho acima vincula intrinsecamente o cotidiano da vida em sociedade à dinâmica das redes, sinalizando certa ruptura de fronteiras entre a “tecnologia” e o homem, sugerindo aproximações da noção de *tecnosophie* e do entendimento das redes enquanto *elementos mediadores*. De fato, quando o entrevistado refere “existem *feeds* e *feeds*”, ao invés de mencionar “existem pessoas e pessoas”, ele revela a profundidade das interações com as tecnologias e uma espécie de atravessamento entre ambos, que sugere alterações de funções e papéis outrora

estabelecidos entre os homens e a tecnologia, interferindo na própria construção da identidade dos sujeitos e coletivos. A fala a seguir sugere alinhamentos com essas colocações: “A pontualização dessas ferramentas de comunicação, elas, obviamente elas instauram uma nova linguagem, um novo sujeito, que ainda ‘tá meio que se desenvolvendo assim” (Colômbia – Integrante das Mobilizações de Junho 2013).

Observa-se que, embora o depoimento refira-se às “ferramentas de comunicação”, o conteúdo da fala não sugere aproximações com os conceitos de tecnologia em Feenberg (18), posto que ressalta a construção de “um novo sujeito” que estaria em marcha, como decorrência da ascensão e interação com as tecnologias e criação de novas linguagens. Com efeito, as redes virtuais constituem novas linguagens, ao mesmo tempo em que também influenciam a produção e valorização de outras, em um processo constante, veloz e volátil, que parece relativizar e ressignificar as noções de espaço e tempo, de presença e ausência, de proximidade e distância, de razão e emoção. Nesse emaranhado de novos sentidos, os modos e espaços de produção de debates políticos também ganham novos contornos e trazem à tona a discussão sobre as reais potencialidades e fragilidades das redes virtuais no que tange à efetivação de debates políticos.

A noção de *tecnosophie* enquanto *espaço e lugar de relação* parece influenciar também a visão sobre as formas de construção de debates políticos e a potência das redes virtuais enquanto tal. Ademais, soma-se a isso o fato de que vários entrevistados são explicitamente contrários às formas clássicas de organização e não acreditam de maneira alguma no formato de atuação e debate político historicamente construído.

Nesse sentido, há relatos que traduzem modos de pensamento e relação com a vida e com a política muito diferentes das formas instituídas, sinalizado a existência de elementos que convergem com a noção de *tecnosophie* apresentada, bem como suas expressões no que tange à percepção acerca das maneiras de efetivar debates políticos e as potencialidades do Facebook com relação a essa questão:

Acho que há, acho que os comentários são um espaço de debate. Acho que as pessoas se posicionam, as pessoas podem postar outras coisas, acho que a visão sobre um determinado fato, a questão mesmo do... do “sem vandalismo”, por exemplo, o “sem vandalismo” é um exemplo ótimo

assim, de como a opinião mudou (...) eu fui me questionando, e assim como eu fui me questionando o Facebook foi se questionando, dos meus amigos, as pessoas foram se questionando, cada vez mais as pessoas se colocavam, e de forma meio... não é que os caras escreviam assim sabe tipo um texto sobre vandalismo, não. Era assim tipo, alguém escrevia VANDALOVE, e postava no seu *feed* assim, vandalove, entendeu. (...) e aí isso foi se transformando, e aí na outra manifestação que eu fui eu não gritei “sem vandalismo”, e aí na outra que eu fui eu gritei: “vandalismo é a COPA”! E aí eu acho que isso é um puta debate entendeu. E esse debate ele não tava acontecendo só no Facebook (...) Era em todos os lugares que a gente tava debatendo. Então eu acredito que isso é muito mais potente do que me deslocar até um determinado lugar para debater, no final do dia, depois da minha jornada de trabalho. Cara, não é isso! Não é! (Venezuela – integrante das Mobilizações de Junho 2013).

Se não for no Facebook onde é que tá rolando o debate? (Nigéria – integrante das Mobilizações de Junho 2013).

Eu participo de discussões no Facebook, às vezes, que eu não participei em nenhuma reunião de partido que eu fui, por exemplo. (...) A sensação que eu tenho é assim, o Facebook ele não existe dia e noite pro Facebook, ele tá o tempo inteiro, a qualquer hora que você abrir o seu Facebook você pode se engajar em alguma discussão, seja a maior futilidade do mundo, seja uma coisa de maior repercussão ou consequência política inclusive. Então muitos fóruns se criam ali em torno Facebook, são fóruns simultâneos, é uma outra noção de tempo, uma outra noção de espaço, uma outra noção de presença inclusive. O meu corpo tá presente se eu tô numa discussão acalorada no Facebook, no final das contas, eu não sou capaz de dar um tapa em ninguém, porque eu posso tá aqui e a outra pessoa pode tá no Japão, mas não quer dizer que eu não esteja presente assim, que eu não esteja ali inteiro, participando de alguma coisa. Então assim, tem tantas, são tantas alterações de linguagens inclusive e de forma! (Colômbia – Integrante das Mobilizações de Junho 2013).

De fato, as colocações evidenciam outra concepção de vida, de mundo e de existência que sinaliza a emergência de outra racionalidade que se expressa também no entendimento acerca dos próprios modos de debater e atuar politicamente. Além disso, destacam elementos que convergem com a *tecnosophie*, uma vez que, ao contrário da ideia de simples ferramenta, as redes virtuais e o Facebook parecem assumir o sentido de novos *espaços* e *lugares* de produção e expressão cultural e política, que são ao mesmo tempo produto e produtores de novas culturas, novas relações sociais e políticas engendradas na interação entre os homens e a tecnologia, que parecem interferir na constituição de novos sujeitos. Nesse sentido, a noção de *tecnosophie* encontra ressonância nas colocações de La Rocca (53), na qual o autor assinala que:

“Le web participe à la construction et au développement de l’expérience humaine à travers un ensemble de liens, d’interconnexions multiple dans lesquels le “dividu” contemporain, à travers ses avatars multiplex, joue

ses différents rôles et se “promène, “voyage”, “circumnavigue” dans les meandres du rhizome numérique.” (53)

As interações e produções culturais, sociais e políticas são traduzidas nos depoimentos apresentados, seja no significado e repercussões desencadeadas pelo “vandalove”, seja na linguagem incorporada e, sobretudo, na razão que parece nortear esse grupo de pessoas. Cabe realçar que, no que tange às potencialidades das redes virtuais e do Facebook enquanto espaços de debate político, há entrevistados que apresentam descrença, embora sejam minoria. Desse modo, o cenário revela a complexidade do momento atual e sinaliza a existência de olhares difusos:

Originalmente eu acho que o Facebook não foi feito com essa intenção, só que ele foi apropriado, ele se mostrou como uma ferramenta melhor do que o Marx, do que o Velho talvez pensasse né. (...) e aí, inclusive as próprias manifestações incharam principalmente por causa do Facebook, por causa dos eventos que acabam criando, as pessoas iam confirmando aí viam 50 mil pessoas lá confirmadas "ah, eu vou também" acho que foi muito por isso. Agora, às vezes ficam debates meio superficiais assim, porque o pessoal algumas vezes não tem muita vivência. (Tunísia – integrante das Mobilizações de Junho 2013)

Nota-se que o depoimento refere-se à rede virtual do Facebook como ferramenta e destaca certa superficialidade dos debates em seu interior. Todavia, a fala destaca também a apropriação e ressignificação da rede virtual. Essa ressignificação acontece a partir da interação entre os homens e a tecnologia e parece interferir e originar processos e dinâmicas sociais próprias, decorrentes destas relações. Os “eventos” mencionados referem-se a um dispositivo disponível no Facebook que permite a qualquer pessoa “criar um evento” – seja ele uma festa, uma assembleia de sindicato, uma reunião de amigos, uma marcha etc. – facilitando a divulgação, a mobilização e a visibilidade do acontecimento.

Entretanto, o que parece estar em jogo não são propriamente os “dispositivos”, mas sim o modo como as pessoas se relacionam com eles. É nesse sentido que comparar as redes sociais virtuais e seus respectivos dispositivos com os panfletos, murais e carros de som de outrora, é perpetuar uma visão que concebe as redes virtuais e a internet como mera ferramenta, instrumento, e não como espaço de interação que é produtor de novas concepções e relações, novos modos de atuar no mundo.

Além disso, a questão da ausência de mediação das redes constitui elementos centrais que são recorrentes nas falas e vêm ao encontro da lógica de horizontalidade das relações estabelecidas nas redes sociais, tão exaltadas pela juventude e que, notadamente, revela outra forma de compreender e atuar no mundo, sinalizando outros modos de conceber o significado e a forma de uma ação política:

A gente viu uma juventude que, enfim 'tavam questionando tudo isso, não só os partidos, mas também os movimentos sociais, os sindicatos (...) eu acho que deveria servir como crítica para todos os setores que queiram fazer uma mudança efetiva no Brasil, principalmente por reconhecer essa juventude que tá vindo, que vem com esse discurso da horizontalidade radical, sabe? Não ter líderes e isso a meu ver é muito interessante (...) eu acredito que isso deveria também servir para que os movimentos mais antigos se reavaliassem, fizessem uma autocrítica para conseguir se juntar com essa força meio caótica que tá vindo da juventude, das ruas. (Tunísia - – integrante das Mobilizações de Junho 2013)

5.3.2 Tecnologia e Movimentos Sociais

Esta análise discute a categoria *tecnologia* a partir da identificação das concepções de integrantes de diferentes movimentos sociais brasileiros sobre as potencialidades do Facebook e das redes virtuais como espaços de debate político. Desse modo, os resultados apresentam as interfaces entre as concepções mencionadas e os principais conceitos de tecnologia referidos na literatura. A análise favorece a compreensão dos significados das redes virtuais para esses movimentos, bem como a identificação das razões norteadoras.

A categoria *tecnologia* emerge no universo das entrevistas realizadas com 18 integrantes dos seguintes movimentos sociais: 1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2) Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), 3) Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT), 4) Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 5) Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI).

Destaca-se que as percepções sobre as redes sociais virtuais e o Facebook foram apreendidas a partir de algumas análises que o conjunto dos movimentos entrevistados realizou acerca desse fenômeno recente, visto ser ele

emblemático com relação às potencialidades e fragilidades das redes. Nesse sentido, cabe destacar que os resultados evidenciam o sentimento de surpresa e o momento de reflexão e transição no qual se encontram os movimentos sociais, sobretudo àqueles com larga trajetória, também denominados – no âmbito deste artigo – de movimentos sociais clássicos, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Eu acho que as ações de junho, elas trouxeram para nós que já temos um acúmulo maior de organização e de processos de luta a possibilidade de a gente refletir que não existem formas dadas de luta, existem outras formas também que a gente até então não tinha, talvez não tinha nem pensado que pudessem ter tamanha força como têm as redes sociais, como tiveram as redes sociais nessas manifestações. (Cuba - MST)

Quando eu vi a CUT e os partidos de esquerda tendo dificuldade de tá na rua junto com a grande galera, é um momento de fazer reflexão crítica, será que a forma de organização nossa o povo tá entendendo? Interrogação né. Claro que não tá. Então, a gente precisa refazer. (Nicarágua - ANEPS)

(...) não foi uma coisa programada com muita antecedência, foi uma coisa quase que imediata, foi uma coisa que muita gente achou que não ia dar porque era na rede social e que ninguém aderiria a isso e a gente viu aquela massa de gente na rua. (Guatemala - Movimento LGBT)

(...) no ano passado quando ocorreram os movimentos foi algo inesperado porque nenhuma organização, nenhuma entidade, seja ela sindical, estava trabalhando para que ocorresse tal processo, né? (...) E se deu por um processo urbano a questão puxada por estudantes (...) Via redes sociais, celulares etc., então efetivamente a esquerda não estava esperando por aquele momento (...). (Marrocos – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

Nota-se que a complexidade atual da sociedade e das formas de expressão e organização dos movimentos e lutas – traduzidas muito fortemente nas Mobilizações de Junho de 2013 – parecem ter favorecido a reelaboração de questões, sobretudo os olhares sobre as redes sociais virtuais. A descrença e o distanciamento destas redes – hegemônicos até então – são revelados nos depoimentos e reiteram as colocações anteriormente mencionadas, sinalizando um cenário de incerteza e reflexão quanto ao significado e potências das redes virtuais, ao mesmo tempo em que traduz abertura dos movimentos no que tange à necessidade de compreender e repensar as distintas formas de organização e expressão das lutas no cenário social atual.

Os movimentos sociais clássicos parecem tentar encontrar explicações e construir estratégias, empíricas e teóricas, que permitam abrir caminhos de diálogos e meios possíveis de aproximação com essas novas formas. Contudo, é também evidente que existe um choque geracional entre os modos de pensar e se relacionar com as redes sociais, haja vista que somente agora – após 20 anos de existência das redes sociais e 10 anos de criação de uma das maiores redes virtuais, tal como o Facebook – elas começam a despertar maior atenção dos movimentos mais tradicionais. O trecho a seguir parece emblemático ao revelar o esforço que os movimentos sociais clássicos têm feito nesse sentido:

(...) hoje a gente tem que saber lidar com as questões das redes, né? É uma coisa que a gente está aprendendo ainda a lidar porque é uma coisa muito nova para todo mundo, né? Nenhuma organização política tem, cada um tá chutando tiro para todo lado. Tem uma organização, mas não é dentro de uma organização clássica. (México - MST)

(Referindo-se às Mobilizações de Junho 2013) Eu acho que coloca (coloca em choque) e acho bom que coloque embora isso provoque um mal-estar na gente (...) como nós somos militantes numa caminhada maior, mais longa, mais velhos mesmo, temos algumas dificuldades de entender que a ausência de fóruns ou a ausência de determinadas práticas, né, de mobilização, possam conferir organicidade para as novas formas (...). (Equador – ANEPS)

Observa-se que, principalmente entre os movimentos mais antigos, ainda não existe uma definição e entendimento precisos acerca do que sejam as redes e tampouco do modo como lidar com elas, embora, após as Mobilizações de Junho 2013, elas comecem a ocupar um lugar no imaginário que parece incluir a possibilidade de considerá-las como novas formas de organização. Mesmo assim, os resultados sinalizam diferentes significados que oscilam entre: ferramentas, instrumentos de mobilização, meios de comunicação, para citar alguns. A diferença parece estar menos na denominação e mais no sentido.

Cabe realçar que não há consenso entre o conjunto dos movimentos entrevistados no que tange às potencialidades das redes virtuais e do Facebook enquanto espaços de debate político, embora a tendência seja de descrença. O cenário revela a complexidade do momento atual e sinaliza a existência de olhares difusos, tanto entre os movimentos sociais mais tradicionais como também entre os movimentos e redes mais recentes.

Para além de evidenciar simultaneamente a crença e a descrença na existência de debates no âmbito das redes virtuais e do Facebook, é interessante

notar as nuances existentes no interior dos grupos, posto que revelam também os modos como se estabelecem as relações com as redes virtuais, revelando aproximações com diferentes conceitos de tecnologia, traduzindo, em verdade, a perspectiva e a racionalidade que norteia a análise e o posicionamento em relação à questão.

Assim, percebe-se que há uma vertente que sinaliza alguma crença, mas paradoxalmente não deposita grande confiança. Ela parece vislumbrar mais potencialidade na capacidade de divulgação e articulação do que propriamente no debate político, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Eu acho que é uma potência que a gente pode utilizar. (...) só que assim, ao mesmo tempo a gente não pode achar que o Facebook pode virar uma grande organização, né? O Facebook é um instrumento, mas ele também é um instrumento nas mãos da burguesia, então a hora que o Facebook quiser acabar com um evento convocado ele acaba, entendeu? É por isso que eu acho que o Facebook não substitui a necessidade das organizações, uma necessidade, sabe, das pessoas se organizarem por fora, mas acho que o Facebook ele começou a ser utilizado para mobilizar e eu acho, né? Que se as pessoas estão utilizando o Facebook para isso é porque as pessoas estão com vontade de lutar, né? E que é importante utilizar o Facebook para isso, mas que não se pode criar um sentimento de que "ah se o Facebook aglomera todo mundo a gente discute tudo ali pelo "Face", a gente faz tudo pela internet, como já estava sendo até discutido em junho "a gente vota pela internet", né? (Panamá – Movimento LGBT)

Eu acho que existe. Eu acho que é um espaço potente para isso, agora o que não dá é para a gente apostar só nisso, a ação tem que ser mais integral, sabe? (...) Acho que não podemos cair nesse risco de achar que a rede substitui o humano. Eu acho que ela vem potencializar, ela é um espaço que tem que ser ocupado, tem que ser utilizado, mas a construção política, a ação política ela se dá no diálogo presencial, no diálogo, na ação construída cotidianamente e que esse diálogo apressado das redes que muitas vezes a gente sabe que acaba não acontecendo e nos torna vulneráveis se a gente fica depende só, ou se a gente utiliza somente essa forma de expressão, somente essa forma de linguagem, né? Ainda mais num contexto de espionagem, num contexto de uma internet, de uma rede ainda dominada por uma única potência, né, mundial, que é os Estados Unidos e que tem uma política muitas vezes bem diferente disso que a gente está apontando, disso que a gente está querendo construir aqui. (Uruguai - ANEPS)

Os depoimentos sinalizam maiores convergências com a concepção de tecnologia presente na Teoria Crítica, segundo a qual a tecnologia é carregada de valores, embora seja possível controlá-la (18). Com efeito, alguns depoimentos ressaltam de modo expressivo as esferas das redes e do Facebook enquanto espaços controlados pela burguesia e por forças contrárias aos interesses dos

movimentos, indicando o entendimento de que a tecnologia não é neutra, ainda que também assinalem a possibilidade e necessidade de ocupar e disputar estes espaços, evidenciando claramente a percepção das redes como espaços atravessados pela luta de classes e capazes de serem apropriados e controlados pela classe trabalhadora.

Talvez esse alinhamento teórico seja justamente um dos elementos que confere alguma abertura a esse grupo para cogitar a existência de debates políticos nestas esferas. Mesmo assim, nota-se que, embora haja referência à sua existência, eles são considerados superficiais e voláteis, despolitizados, sem capacidade crítica capaz de contribuir para alguma transformação mais efetiva. Essa visão vem se reproduzindo há décadas no interior de muitos movimentos, reiterando as questões problematizadas anteriormente entre o referido hiato existente e a necessidade de análise acerca de novas formas de atuação política, tais como o ciberativismo.

De acordo com Puntel (2013), o ciberativismo nascido nos anos de 1990 e ampliado a partir do final dessa década representa um novo modo de *fazer política* através da internet, a qual teria um papel fundamental no desenvolvimento de inovadoras maneiras de manifestação social. Com relação ao ativismo contemporâneo, Érico Assis (54) ressalta que ele estaria anunciando e contribuindo para mudanças socio-políticas, bem como para o surgimento de forças políticas importantes neste início do século XXI. Na mesma linha, autores como Alcântara (55), Dênis de Moraes (56), Machado (57), Raminelli e Oliveira (58) também assinalam que a internet constitui um espaço de mobilização e politização que tem favorecido novas formas de organização dos movimentos sociais.

Todavia, o reconhecimento de novas formas de organização, expressão e atuação política ainda é algo bastante controverso. Os depoimentos acima sugerem que o verdadeiro debate político somente ocorre mediante o engajamento e participação nas organizações tradicionais dos trabalhadores e nos espaços físicos (e não virtuais) da vida cotidiana, por meio da presença e da relação “face a face”. Esta colocação vai aparecer novamente na pesquisa, no grupo de entrevistados expressivamente descrente nas potencialidades das redes e do Facebook como espaços de debate político.

Com efeito, estudiosos do ciberativismo e redes sociais mencionam a existência de vertentes teóricas – sobretudo representadas por Tarrow – que defendem as relações ‘face a face’ como pressuposto para as verdadeiras ações coletivas (59,60). É fato que a relação “face a face” sempre foi um princípio clássico da formação política desenvolvida pela esquerda no Brasil e que historicamente revelou-se coerente e relevante, fundamental para o trabalho de base. No entanto, a complexidade da sociedade contemporânea parece exigir reflexões e aberturas para que possamos olhar o que está à nossa frente e perceber as potencialidades que emergem como fruto das inter-relações que se estabelecem entre os homens e as tecnologias (ou tecnosofias - *tecnosophies*), as quais parecem conduzir também às novas configurações de espaço e até mesmo de presença.

Evidentemente essa compreensão não significa a anulação de formas historicamente construídas de realização de ações e debates políticos e tampouco a omissão da crítica acerca de novas (e velhas) formas. Ao contrário, representa uma possibilidade de identificar possíveis interfaces e modos de compor, capazes de diminuir o hiato mencionado e ampliar os debates políticos com a juventude e o conjunto da sociedade, mesmo que as razões norteadoras sejam distintas. Com efeito, há sinais dessas composições em andamento, tanto no que se refere aos movimentos com larga trajetória, norteados pela razão moderna, como também nas demais formas diferenciadas de expressão dos movimentos, aparentemente mais identificadas com a *razão sensível* (7), cujo “lugar” das emoções assume centralidade na vida.

Nesse sentido, é interessante observar que um dos argumentos adotados por entrevistados que compõem a vertente descrente na existência de debates políticos nas redes virtuais e no Facebook constitui justamente uma crítica que revela um olhar sobre essas esferas como espaços excessivamente emocionais e pouco politizados, traduzido em um dos depoimentos como a existência de opiniões “muito emocionais, mas sem capacidade reflexiva”, apresentado na íntegra logo abaixo. Além disso, vários são os depoimentos que revelam a descrença nestes espaços e na própria juventude, a qual é vista como alienada e carente de processos de formação política:

Eu acho assim, que é um espaço aglutinador, mas não é um espaço de debate político. Até se pode debater, mas não se reflete, porque a

reflexão tu não faz sozinho lendo ou postando, tu faz no coletivo, debatendo, conversando com outras pessoas ali, na interação né. Eu acho que tem que ter um cuidado que às vezes, assim ah, se posta uma coisa fulano coloca uma opinião, outro fulano coloca outra e essa sobreposição de opiniões não é um debate. Pra mim isso não é um debate, pra mim um debate é quando se tá discutindo olho no olho, cara a cara, ali na relação. Pra mim não me parece ter muita relação assim, me parece ser uma coisa assim mais de opiniões isoladas, muitas vezes assim, muito emocionais mas sem uma capacidade reflexiva. (Bolívia – ANEPS)

(referindo-se às Mobilizações de Junho de 2013) (...) e os jovens simplesmente sem noção, sem consciência (...) assumindo qualquer bandeira que lhe entregassem na mão lá no meio da passeata, então são processos muito distintos. (...) há um vácuo, um hiato, né? Que nós, organizações civis, dos movimentos sociais, precisamos trabalhar com esses setores diversos, fragmentados, não organizados, majoritariamente urbanos, né? (Marrocos – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

Se a descrença nas redes virtuais e no Facebook é algo evidente nesse grupo, a concepção de tecnologia não é tão clara, mas parece oscilar entre alinhamentos com a Teoria Crítica e o Instrumentalismo, haja vista que alguns os concebem mais como espaços carregados de valores, porém passíveis de serem ocupados, enquanto outros os vêem mais como ferramentas que, em tese poderiam ser boas, mas na prática não conduzem à politização.

É interessante notar que, entre os entrevistados que revelam uma visão instrumental da tecnologia, encontram-se também militantes que compõem outro grupo, cuja crença nas potencialidades do Facebook e das redes virtuais enquanto lócus de debate político é expressiva. Mesmo as concebendo como ferramentas, acentuam seu potencial de politização, o qual dependeria exclusivamente de quem as utiliza e do modo como as utiliza, podendo servir, conforme mencionado no depoimento exposto a seguir, “para o bem ou para o mal”.

Eu acho que as redes sociais elas tem um papel fundamental para a gente fazer processos de formação, processos políticos, né? Mas disso vai da concepção de quem está colocando nas redes, o que está colocando e do que está dialogando. Eu acho que as redes é um lugar onde a gente pode expressar aquilo que a mídia que de massiva hoje não coloca, então é sim um lugar de articulação, um lugar de diálogo, um lugar de relações políticas, enfim, porém, nós temos muitos desafios ainda das pessoas que não sabem manusear a rede para o bem, né? Esse é um problema. Eu particularmente faço do Facebook, né, um instrumento político, cotidiano de divulgar as ações. (...) O Facebook, ele é um instrumento que ele pode ser usado das duas formas para o bem e para o mal, eu prefiro usar para o bem. (El Salvador – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

Como pode ser observado, essa visão alinha-se com a concepção Instrumentalista de tecnologia, posto que, conforme assinala Feenberg, Novaes e Dagnino (18,17), a visão instrumental concebe a tecnologia como algo neutro, um instrumento à serviço da espécie humana e, como tal, passível também de ser controlável pelos homens. De fato, o Instrumentalismo parece ser a vertente teórica mais presente, visto que é possível identificar essa concepção até mesmo no interior das discussões presentes na literatura sobre a internet e o ciberativismo.

Em verdade, frequentemente as abordagens do ciberativismo ressaltam as tecnologias da informação e comunicação – sobretudo a internet e as redes virtuais – como “ferramentas” e, como tal, desprovidas de valor, podendo ser utilizadas para diferentes finalidades. Entretanto, quando analisados os sentidos contidos nas acepções propostas no campo de estudos da internet e do ciberativismo, nota-se que eles não refletem propriamente uma ideia de ferramentas, posto que ultrapassam a visão restrita enquanto instrumento e abarcam a ideia de espaços que originam outras formas de relações sociais (61), configurando-se como espécie de *ágoras* da sociedade contemporânea (62), capazes de construir e criar outras formas de atuação política e novos modos de intervenção no mundo.

5.3.3 Paradigmas e Teorias

Esta categoria discute as estratégias de luta dos movimentos sociais e organizações sujeitos desta pesquisa e identifica suas aproximações e distanciamentos com os paradigmas dos movimentos sociais, especialmente com três correntes: paradigma marxista, paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” e paradigma latino-americano. Ademais, identifica ressonâncias com elementos constituintes da teoria da razão sensível de Maffesoli (7). Estas reflexões encerram o último ciclo de análise desta pesquisa e representam um esforço de síntese que visa evidenciar, a partir do campo empírico, a tese de coexistência de distintas racionalidades que norteiam os movimentos sociais e traduzem-se em

diferentes formas de expressão, organização e modos de atuação política no contexto atual da sociedade contemporânea.

A análise dos dados permite identificar a pluralidade de estratégias de luta adotadas pelos movimentos sociais participantes desta pesquisa e sinaliza a existência de distintas categorias e paradigmas dos movimentos sociais. Percebe-se que o MST e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida se referem à adoção de diversas estratégias que incluem desde ações diretas, como as ocupações de terra (ou instituições públicas), acampamentos e marchas, como também abarcam expressivamente a realização de diversos processos de formação – política, técnica e/ou acadêmica – construídos pelos movimentos, incluindo a organização de Encontros, Congressos e Seminários com intuito de aprofundamento teórico-político, como pode ser observado nos seguintes depoimentos:

A primeira delas é a ocupação de terra, a ocupação da terra é um marco do movimento do movimento sem terra. É um marco direto do enfrentamento direto ao capital no campo, ao latifúndio em si, né? Mas só ocupar a terra e permanecer acampado não resolve, então nós fizemos as marchas, fizemos os nossos encontros, acampamentos nas capitais em frente aos órgãos públicos que fazem pressão ao governo e também ao capital, né? Então esse congresso, por exemplo, é um espaço de luta, né? É uma das ferramentas de luta, né? Porque quando a gente reúne 15 mil pessoas num único espaço de articulação, de organização, de discussão política, de pensar as estratégias pro futuro também é um espaço de luta, então todos os nossos espaços desde os encontros às marchas, às ocupações para nós eles são espaços de conscientização e espaços de luta. (Cuba – MST)

(...) no ano passado em 2013 nós fizemos na região de Juazeiro, de Petrolina, né? Um acampamento, um processo de formação de lideranças, de jovens, né? Que culminou na ocupação da planta da Monsanto (...) foi um processo muito importante porque a gente deu o tom numa região, num município onde o poder público local está literalmente associado ao grande capital internacional, né? (Marrocos – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

(...) no momento que você instrumentaliza mais o camponês ele tem mais clareza e eleva o nível de consciência do processo de transformação. Então na saúde vai desde você fazer formação, desde defender o sistema público de saúde na construção de políticas, desde uma ocupação numa secretaria municipal de saúde, desde a formação e empoderamento das comunidades para que domine os processos terapêuticos populares e fortaleçam suas práticas, desde a juventude estudando e disputando os espaços na academia para disputar os territórios dentro do sistema público de saúde, dentro do modelo hegemônico de saúde, então tudo isso são ferramentas, instrumentos de luta para a gente ir dentro das táticas para a gente poder garantir um

sistema público de saúde, mas principalmente a transformação da sociedade de uma perspectiva de dentro da saúde. (Madagascar – MST)

Nota-se que os depoimentos também evidenciam estratégias de ocupação (disputa) de “espaços” que remetem às categorias presentes no paradigma marxista, especificamente ao conceito de “hegemonia” e “guerra de posição” em Gramsci (9), haja vista que os depoimentos destacam a importância da ampliação da presença e atuação de grupos excluídos nas universidades, no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a ocupação e construção de novas arenas de debate e elaboração de políticas públicas de diferentes setores, traduzindo, em verdade, a disputa por *hegemonia*:

(...) se constituiu o Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos e no ano de 2012, 2013 se constituíram 3 fóruns estaduais, né? (...) E isso tem fortalecido a campanha no sentido de termos procuradores, né? Desses Ministérios Públicos engajados, comprometidos, né? Com o cumprimento da lei, né? Com respeito aos direitos humanos, né? Na averiguação de casos de contaminação, exposição, de trabalhadores aos agrotóxicos, né? Entre outras questões, né? Então ora alenta a campanha ora a campanha é um agente, um ator social que alimenta também o fórum, né? (Marrocos – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

Ressalta-se que nem todas as estratégias são adotadas por ambos os movimentos, mas importa aqui destacar que eles parecem convergir nas categorias implícitas compartilhadas e traduzidas nas ações. Tomando-se como exemplo as ocupações, elas são fortemente adotadas pelo MST, embora também tenham apoio indireto da Campanha. De todo o modo, representam uma perspectiva de atuação dos movimentos alinhada com a luta por transformações estruturais da sociedade, elemento que se revela presente em ambos os movimentos.

Nesse sentido é importante destacar o pioneirismo e protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na adoção e construção de várias destas estratégias no Brasil, registradas em seu I Congresso Nacional realizado em 1985, e plasmadas na própria palavra de ordem intitulada: “Ocupação é a única solução!” (62). Ainda que a “solução” não tenha sido plenamente alcançada, essas estratégias têm se mostrado fundamentais para o avanço das lutas e a conquista de direitos.

Assim como as ocupações, as marchas também constituíram uma estratégia invocada pelo MST pela primeira vez em 1997 e seguida por muitos outros. Considerada uma potencialidade por muitas referências teóricas marxistas, as marchas foram fundamentais para a ampliação da visibilidade e debate político com o conjunto da sociedade brasileira. Referindo-se a elas, Paulo Freire (63) – considerado o mais importante teórico da educação, de orientação marxista, no Brasil – ressaltou em sua última entrevista concedida antes de sua morte:

Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa marcha que, como outras marchas históricas, revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo. Essa marcha dos chamados “Sem Terra”. Eu morreria feliz se visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas. (...) Eu acho que, afinal de contas, as marchas são andarilhagens históricas pelo mundo... O meu desejo, o meu sonho, é que outras marchas se instalem neste país. (...) Eu acho que essas marchas nos afirmam como gente, como sociedade querendo democratizar-se. (61)

Para além do reconhecimento da importância do MST na construção de estratégias de luta dos movimentos sociais, nota-se que as marchas são referidas como “andarilhagens históricas pelo mundo”, carreadoras de “sonhos” e “ímpetos de mudar o mundo”. Com efeito, esses são valores que historicamente nos nortearam e ainda continuam norteando uma parte dos movimentos sociais na atualidade. Percebe-se que está implícito na citação de Freire, e também nas referidas entrevistas, a centralidade da categoria “classe social” e a existência de uma ideologia alinhada com os pressupostos marxistas, a qual constitui elemento balizador para definição das estratégias e dos próprios aliados com os quais estes movimentos se articulam.

Por outro lado, é interessante destacar que, embora o paradigma marxista seja evidente, a referência à luta por direitos como saúde e educação sinalizam também aproximações com categorias presentes no paradigma latino-americano proposto por Gohn (6), a qual inclui categorias como *cidadania* e *direitos*. Conforme foi mencionado, esse paradigma representa uma espécie de fusão entre o paradigma marxista e a teoria dos “Novos Movimentos Sociais”.

É curioso observar que tanto o paradigma latino-americano como o paradigma marxista e dos “Novos Movimentos Sociais” apresentam categorias que parecem se expressar nas estratégias e modos de atuação dos demais

movimentos e organizações participantes dessa pesquisa, apresentando variações conforme os grupos. Se observarmos, por exemplo, a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), nota-se a existência de expressivas ressonâncias com a perspectiva latino-americana, haja vista que categorias tais como: “participação, cidadania, direitos, práticas, experiências, democracia”, estão na base da formação dessa articulação e traduzem-se não somente nas estratégias, mas nas próprias bandeiras de luta. Além disso, a perspectiva marxista é claramente presente, haja vista que a essência da educação popular é, em si mesma, marxista e que muitos membros da ANEPS também se posicionam contra o capitalismo.

De fato, desde sua formação, em 2003, a ANEPS tem como bandeiras centrais a luta pelo direito à saúde, a articulação de educadores populares, práticas e experiências diversas de educação popular em saúde no país, bem como a construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde. De acordo com Pagliaro et al. (64), a construção dessa política sempre foi entendida enquanto uma estratégia de concretização da democracia participativa no Brasil, capaz de garantir o direito à saúde, o fortalecimento da participação popular no Sistema Único de Saúde (SUS) e a valorização dos saberes e práticas. Os depoimentos a seguir assinalam estratégias adotadas e parecem sinalizar nessa direção:

(...) por exemplo, "atuar em defesa do SUS público, gratuito e de qualidade" isso aí vai se atuar nos diferentes espaços, seja ocupando espaço do controle social, seja quando tá as caravanas da saúde fazendo uma ação, seja lutando para que os HUs continuem sendo públicos ou que não sejam privatizados os hospitais, então, aí vai ser conforme tiver articulada a ANEPS naquele espaço micro, né? (Bolívia – ANEPS)

(...) uma estratégia importante é a estruturação dos chamados comitês de educação popular e saúde, né? Então já tem o comitê nacional e alguns estados começam a implementar seus comitês estaduais e muitos municípios também (...) eles se constituem em espaços importantes de articulação de movimentos e práticas para a condução, para a definição de prioridades da política de educação popular e saúde num nível local. (...) Outra estratégia (...) são as chamadas tendas, né? As chamadas Tendas Paulo Freire que seriam espaços articulados ao evento principal, mas que se constroem em torno de rodas de conversas. (...) então ali talvez na tenda seja um espaço mais plural, um espaço de focalização e para onde convergem as expressões da arte popular. (Equador – ANEPS)

Percebe-se que as categorias *cultura* e *política*, conforme caracterizadas no paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” assinalado por Gohn (6), também parecem ser fatores importantes que se expressam nas formas de atuação da ANEPS. Embora não seja exatamente no sentido de hipervalorização das microrrelações políticas e culturais como assinalado pela autora (6), mas considera alguma potencialidade na micropolítica e nas ações cotidianas dos sujeitos, além de valorizar fortemente a dimensão cultural.

(...) eu acho que na educação popular se tem um princípio e uma compreensão de que a ação política todos são protagonistas da construção do Sistema Único de Saúde, da saúde, da produção da saúde (...) Então essa ação política no nível micro, essa ação política na comunidade, essa ação política, né? Também é valorizada. (...) é a participação enquanto uma liderança comunitária, é uma participação enquanto um educador popular naquele território (...) como também aquele que tem uma prática de cuidado, uma rezadeira, um terreiro de umbanda, de candomblé que de certa forma interfere na cultura local, né? Disputa um projeto político, um projeto de sociedade, um jeito de se organizar, um jeito de compreender a saúde, um jeito de ver o mundo, né? Que com certeza, embora não seja uma articulação nacional, que não esteja, né? participando de um lugar efetivo de representatividade do seu coletivo, do seu segmento, mas ele na sua ação cotidiana ele traz uma interferência para a cultura posta, né? (Uruguai – ANEPS)

A cultura – e também a dimensão da arte – são compreendidas como princípios e estratégias estruturantes da ANEPS, indissociáveis da dimensão política e, como tal, determinante das relações sociais, assim como a dimensão econômica. Nesse ponto, sugere certa diferenciação em relação aos movimentos anteriormente analisados, posto que no âmbito do MST e da Campanha as fronteiras entre a dimensão da cultura e da política parecem mais delimitadas e a cultura aparece mais como um instrumento de conscientização das massas do que propriamente uma dimensão e forma de expressão humana da vida em sociedade, cujo valor é igualmente importante à dimensão econômica.

Se comparados os discursos de integrantes do MST, Campanha e da ANEPS com relação à cultura e as estratégias adotadas, nota-se que há diferenças:

(...) uma coisa que é importante para a educação popular é não utilizar a arte, mas reconhecer a dimensão da arte como uma dimensão que também compõem a saúde, né? As práticas de saúde. (Equador – ANEPS)

(...) os instrumentos que nós temos é um site, são os sites (...) é uma materiazinha que se consegue colocar na mídia, é uma musiquinha, é

um cordel, é uma cartilha, é o filme que chega a algumas pessoas, mas não chega na massa, né? Não chega na massa dos trabalhadores, não chega na massa de estudantes, não chega na massa da academia, né? Não chega na dona de casa, né? (Marrocos – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

(...) acho que a dimensão da Arte e Cultura que tem uma dimensão popular é algo que tá permeado na tenda, que tá expresso na tenda, mas assim não só na tenda Paula Freire, mas é uma estratégia importante também (...) que é de valorizar a cultura local, trazer o cordel, trazer o teatro popular, trazer essas múltiplas formas, né? Que a gente tem de expressão no campo popular para também serem agentes de transformação na área da saúde, né? Também valorizá-las enquanto espaço de disputa, valorizá-las enquanto espaço da participação também. (Uruguai – ANEPS)

(...) na hora de organizar no assentamento só pensam o assentamento como unidade produtiva. (...) a sensação que dá é que... é perfumaria. (referindo-se à cultura) (...) porque a discussão é sempre essa "quando nós tivermos recursos ai a gente vai lá e vai tá lá na frente essas questões", né? (México – MST)

Os discursos do MST e da Campanha reiteram o alinhamento com o paradigma marxista anteriormente mencionado, sobretudo as correntes leninistas e trotskistas, uma vez que a cultura parece ser enfatizada enquanto instrumento de conscientização das massas. De acordo com Gohn (6), essas correntes assinalam a importância da conscientização das massas enquanto condição *sine qua non* para a transformação da sociedade. Ainda que a ANEPS também compartilhe a ideia acerca da necessidade de ampliar a conscientização do povo, ela parece caracterizar e valorizar as dimensões da cultura e da política de modo distinto dos referidos movimentos.

Com relação à questão da “conscientização das massas”, a autora (6) também destaca que a corrente marxista advinda dos postulados de Rosa Luxemburgo apresenta diferenciações, haja vista que ela acreditava na capacidade das massas de perceberem as contradições da sociedade e em suas potencialidades de construção de novos processos criativos de transformação social.

Para Gohn (6), Rosa Luxemburgo abordava a revolução a partir de uma perspectiva processual, que seria fruto da ampliação da consciência crítica dos homens e das experiências construídas por eles ao longo da história. Desse modo, o socialismo não poderia ser preestabelecido, uma vez que somente seria

construído a partir das lutas sociais, como uma nova forma de relação social entre os homens e não somente como um novo modo de produção.

Nesse sentido, observando os relatos de alguns integrantes das Mobilizações de Junho de 2013 no Brasil acerca do seu papel, percebe-se que há sinais de aproximações com as categorias presentes em Luxemburgo, sobretudo no que tange à ideia processual de transformação da sociedade e a potencialidade dos grupos aprofundarem a consciência crítica no decorrer das lutas:

(...) basicamente o movimento social ele propõe não só, não tá só fazendo pautas específicas, mas as pautas específicas são formas de atingir uma mudança estrutural, né Tem uma proposta de sociedade por traz assim, mesmo que ela não esteja, ela não é como nos movimentos sociais tradicionais, a gente não tem, tipo, a resposta como muitos movimentos, né (...) "então a gente vai lá e chega na revolução e a gente já sabe onde que a gente quer chegar", mas os movimentos autônomos eles têm (...) têm uma ideia de sociedade, mas não têm tipo essa resposta que os movimentos tradicionais têm já pronto, a resposta pronta assim, né De revolução e tal, a gente acredita muito mais que essa revolução ela se dá no processo, né Tipo, o processo ele faz parte da, da... ele faz parte da revolução, não é tipo "depois a gente pega as armas e toma o poder e a gente vai lá e conquista a sociedade que a gente quer", mas que o processo em si já é uma luta pela sociedade que a gente quer. (Costa Rica – integrante das Mobilizações de Junho de 2013)

Embora o depoimento sinalize ressonâncias com Rosa Luxemburgo, as entrevistas referem, da mesma forma, a importância de investir na formação das massas. Destaca que as principais estratégias adotadas no âmbito das organizações que eles participam são as ações diretas, definidas como ocupações urbanas e fechamento de vias, bem como os trabalhos de formação de base em escolas, as atividades formativas articuladas com diferentes coletivos – especialmente os coletivos de cultura – e o ciberativismo. Contudo, há também depoimentos que indicam ações mais vinculadas às disputas por hegemonia, pela direção de Centros Acadêmicos e Diretórios. Conforme já discutido, várias dessas estratégias são adotadas há muito tempo por outros movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, assinalados por Seoane (13).

No entanto, importa aqui realçar que, simultaneamente, vigora uma concepção de que a dimensão econômica e as questões macroestruturais não são as únicas determinantes das relações sociais, destacando-se a importância conferida às questões mais vinculadas ao cotidiano e à dimensão cultural e

política, as quais revelam claras aproximações com o paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”:

(...) a gente tem um apego mesmo a repensar as nossas relações cotidianas principalmente as principais, né Então a gente fala, por exemplo, essa frase de "Uma vida sem catracas" (...) a gente queria dizer com isso que a catraca não é só essa catraca de metal, a catraca de metal ela tipo concretiza, ela sintetiza as opressões. Ela sintetiza a opressão do capitalismo, essa opressão material e tal, mas ela é um símbolo dessa opressão, mas as catracas que não são de metal têm muitas né São o racismo, o machismo, a homofobia, enfim, tem várias questões que a gente acredita que elas atravessam a nossa ideia do que seria uma outra sociedade assim, porque não é só essa questão material clássica, marxista clássica, apesar que a gente é um movimento anticapitalista e que tem essa pegada mesmo de fazer a luta pela, pela... pela ideia mesmo de luta de classes, né (Costa Rica - Integrante das Mobilizações de Junho de 2013)

Então para nós a gente vê a ação política do ponto de vista amplo, né Quando você acorda, vai escovar os dentes e escovar os dentes é um ato político, é um ato cultural também (...) eu acho que a gente tem que perder um pouco desse preconceito com a palavra política e passar a entender a política mais como uma coisa do cotidiano, né Como algo que permeia a nossa ação social, a nossa ação, a nossa vida mesmo, ou seja, os hábitos que parecem mais óbvios na verdade estão imbuídos de um conteúdo político. (Haiti – integrante das Mobilizações de Junho de 2013)

Além disso, as entrevistas indicam a relação com a luta por direitos, especialmente o direito ao transporte público, saúde e educação, elementos que convergem com o paradigma latino-americano, evidenciando os inter cruzamentos teóricos presentes nas formas de atuação e estratégias de luta dos movimentos e organizações participantes desse estudo. Ademais, a luta pela democracia é algo expressivo que emergiu dos dados e evidencia as influências do contexto global de atuação dos movimentos sociais sobre as formas de expressão no cenário brasileiro, como pode ser observado no seguinte trecho:

A gente defende a democracia real e a democracia é algo que é uma bandeira que veio dos indignados da Espanha, né E a gente traz bastante dessa inspiração, dos protestos na Espanha (...) da Primavera Árabe, todos esses processos internacionais, Ocupar Wall Street, né Os protestos na Grécia, Espanha, Portugal todos esses movimentos internacionais para nós tem um significado muito grande, né (...) é uma prioridade nossa lutar pela democracia real, ou seja, lutar para que esse modelo que é velho e precisa ser superado que por meio da mobilização social ele seja efetivamente superado e seja substituído por um outro em que você tenha oportunidade de participação, de acessar direitos, que você tenha uma educação pública, uma saúde pública, porque tudo isso tá envolvido também com a democracia. (Haiti – integrante das Mobilizações de Junho de 2013)

Nota-se as interconexões entre os diferentes paradigmas que, por vezes díspares e até mesmo contraditórias, vão se reproduzir em toda a pesquisa. Ainda com relação aos integrantes das Mobilizações de Junho de 2013, cabe ressaltar que os entrevistados podem ser divididos em dois blocos com duas tendências distintas: um pequeno bloco constituído por sujeitos que possuem vínculos com outras organizações e alinham-se com os paradigmas marxistas, latino-americano e dos “Novos Movimentos Sociais”, tal como discutido anteriormente, e outro bloco majoritário, que não apresenta vínculos formais com nenhuma outra organização, mais identificado com a teoria da razão sensível de Maffesoli (7). Nesse sentido, é importante frisar que o ciberativismo e a utilização das redes sociais virtuais são expressivamente presentes neste segundo bloco e menos enfatizados pelo grupo já analisado.

As diferenças entre esses dois grupos são muito grandes. São tão profundas que a própria noção de estratégia adotada nesta pesquisa – conceito evidentemente de orientação moderna – foi colocada em “choque” durante a coleta de dados com os integrantes da Mobilização de Junho de 2013 pertencentes ao grupo sem vínculos com demais organizações, uma vez que a ideia de estratégia enquanto mecanismos e instrumentos planejados e adotados para alcançar algum objetivo, vinculado nesse caso à transformação da realidade social, não encontra eco no imaginário desses sujeitos. No entanto, isso não significa que não exista o desejo de mudança e tampouco que inexista atuação política.

Esta afirmação seria um enquadramento facilmente realizável, e comumente realizado, que viabiliza a aplicação de qualquer matriz teórica, mas também incorre no risco de distorção da realidade. Desse modo, diante da constatação da discrepância de concepções defrontadas, optou-se por ensaiar a realização do que Maffesoli (7) denomina de *metanóia*, ou seja, tentar apreender os contornos dos fenômenos tal como eles se apresentam, ensaiando passos tímidos na direção de um *saber dionisíaco*.

Ainda que a nomenclatura “estratégias” prossiga sendo aqui adotada, tentar-se-á apresentar o significado e as formas concebidas e referidas por estes sujeitos. Nesse sentido, uma frase proferida por um dos entrevistados quando

questionado sobre as estratégias de luta adotadas é emblemática, e parece plasmar um pensamento recorrente no grupo:

Qual que é a tua pergunta? Qual é a sua estratégia de luta? (...) tem a ver com a minha prática de vida! Essa é a minha luta. Essa minha prática de vida é tipo acreditar que todos podem ter uma mobilidade na cidade sabe, tipo eu não quero colocar mais um carro na rua! Ando de bicicleta! Vou tentar morar no centro, sacou, não vou continuar alimentando uma lógica de um sistema, que me faz cada vez mais querer comprar um carro, inclusive que me dá cada vez mais facilidade. (Brasil – integrante das Mobilizações de Junho 2013)

Nota-se que a concepção de estratégia relaciona-se às pequenas ações vinculadas ao cotidiano de vida dos sujeitos, bastante circunscritas ao nível micro, embora traduzam também um desejo de luta, de transformação social e, inclusive, de insatisfação com o próprio sistema capitalista. Apesar de aparentemente traduzirem um modo de atuação muito individualista, o conjunto das entrevistas revela, paradoxalmente, um profundo desejo de partilha com o *outro*, de experiências coletivas, desejo do ato de compartilhar as emoções e a vida tal como ela vai se construindo no cotidiano. Ao mesmo tempo, esse ímpeto da partilha dos afetos é acompanhado pela vontade de transformar a sociedade aqui e agora, nas pequenas coisas materiais e imateriais, presenciais ou virtuais, que vão surgindo no devir dos caminhos trilhados pelos sujeitos.

Assim, pensar e intervir na sociedade não é algo dissociado desse emaranhado de sensações e, como tal, os caminhos e ações políticas são também construídos a partir de afecções, em um processo que não nega a racionalidade instrumental, mas a vincula profundamente aos sentimentos, às vivências, nas palavras de um(a) entrevistado(a): às “experiências dérmicas”. Referindo-se às afecções, outro depoimento explica:

E eu acho que esse, essa tomada de consciência que os soviéticos sempre falaram, acho que essa tomada de consciência, pro Marx, vem de um raciocínio lógico. E eu acho que essa tomada de consciência da forma como ela acontece hoje, ela não vem de um raciocínio lógico, ela vem de uma afecção. Afecção é como se fosse uma tomada de afeto, é tipo um contágio, é um contágio, é uma coisa tipo um vírus mesmo, por isso viral. Viral é um vídeo do YouTube que tem muitos vírus. Então tem essa coisa da virulência. E a virulência, virulência, eu acho que tem muito a ver com isso, tem a ver com essa coisa meio quase um guia assim, desse corpo que vai pra rua sem saber porque vai, e vai. (...) É. Total. Do sensível e não do racional... . (Venezuela – integrante das Mobilizações de Junho 2013)

Reforça-se que não se trata aqui de afirmar que as formas de expressão dos movimentos sociais historicamente construídos são desprovidas de afetos e emoções. Efetivamente sempre foram os sonhos e a esperança de construção de uma sociedade mais justa e solidária que nos moveram e continuam nos movendo. Trata-se, no entanto, de discutir e compreender que por trás dessas formas há uma razão cujo alicerce se funda na modernidade e, como tal, carrega em si uma lógica instrumental distinta da razão sensível. Uma lógica que, em nome de um sonho futuro, abdica rotineiramente de muitos prazeres da vida pulsante situados no presente, e assim o fazendo, estabelece fronteiras entre as diferentes dimensões da vida, fronteiras profundamente exigentes e não menos sensíveis, mas que inegavelmente delimitam lugares, funções e certas normatividades na dinâmica da vida social. Ao contrário, a sociedade pós-moderna parece avessa a qualquer forma de normatividade e prefere mais a imprevisibilidade dos fluxos emergentes do que as certezas contidas nas normas.

Nesse sentido, talvez a concepção de estratégias mais coerente com o conteúdo presente nas falas desses sujeitos seja algo que se aproxima da ideia de *formas de ser e intervir no mundo*. Estas formas traduziram-se nas entrevistas por meio de longas e complexas narrativas que, em verdade, ofereciam sempre exemplos concretos cotidianos de ações políticas e culturais em nível comunitário, movidas pela emoção e desejo de construir outra forma de sociedade, cujas *intervenções* transitaram desde a descrição de atividades de um grupo que tenta evitar o corte de árvores em uma capital, a criação de um bloco de carnaval político, passando por propostas comunitárias de construção de composteiras no contexto urbano, iniciativas coletivas de diminuição do consumo por meio de trocas (escambo) e participação em grupos alternativos de aquisição de alimentos com pequenos produtores, até a descrição de projetos de vida em pequenas comunidades auto-gestionadas e desmonetizadas enquanto estratégia de luta.

Cabe assinalar que todas estas estratégias são atravessadas pelo ciberativismo e as redes sociais virtuais que, diferentemente da visão dos entrevistados analisados anteriormente, não são concebidas propriamente como instrumentos tecnológicos, mas como *tecnosophies* (tecnosofias) e, como tal, constituem um elemento central e também uma forma de atuação política.

Nota-se que o conjunto das estratégias parece ter em comum um modo de conceber e intervir no mundo que encontra profundas ressonâncias na teoria da

razão sensível elaborada por Maffesoli (7), visto que traduzem uma racionalidade em que as emoções assumem um lugar central, ao mesmo tempo em que se fundem com o racionalismo instrumental, configurando uma nova racionalidade em que o pensamento abandona o lócus isolado e hermético que lhe foi conferido com a modernidade e se reencontra com a vida pulsante.

Assim, engendra novas sociabilidades, norteadas pelo sensível e pelo simbólico, em que as dimensões da política e da cultura são indissociáveis e intrinsecamente vinculadas ao cotidiano da vida. Opera-se então uma reconfiguração na própria concepção e modos de atuação política que parecem se apresentar como ações estético-políticas.

Ademais, os modos de ser e intervir politicamente neste mundo, narrados nas entrevistas, parecem traduzir o que Maffesoli (7) denomina de conjunção entre o arcaico e o tecnológico. O arcaico é assinalado por ele como esse desejo de partilha, de estar com, de experimentar em comum, que se expressa na valorização e reascenso do comunitário, do local, da agregação em múltiplos e pequenos grupos movidos pelos afetos, ou seja, múltiplas e variadas *tribos*. Tribos que parecem atravessadas pela tecnosofia.

Em face dessas colocações, aparentemente poderia se pensar que as características encontradas nesse grupo apresentam semelhanças com algumas categorias presentes no paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”, visto que é evidente a importância das microrrelações e da micropolítica, bem como o valor conferido aos sujeitos e a centralidade das dimensões da política e da cultura. Contudo, sustenta-se, no âmbito deste artigo, que as estratégias e modos de intervir no mundo reveladas nas entrevistas divergem dessa teoria, na medida em que esta parece ainda pontuar a importância da identidade coletiva enquanto fator agregador e motivador que oportunizaria a configuração e existência dos movimentos sociais no contexto da sociedade.

Porém o que se observa nessa pesquisa é o encontro de um grupo que parece ainda mais *fluido* que as categorias propostas pela teoria dos “Novos Movimentos Sociais”, visto que as agregações e atuações políticas se constroem e desconstroem na dinâmica da vida a partir do cotidiano e não apresentam, sequer, o objetivo de formar propriamente um movimento, embora formem *tribos* que desejam (e consideram) exercer ações políticas com intuito de transformação da sociedade, mesmo que sejam pequenas ações que, aos olhos modernos,

podem parecer (e são) banalidades. Maffesoli resgata a etimologia da palavra *banalidade*, que significa “o que é vivido, experimentado em comum, o que me liga essencialmente ao outro” (36).

Com relação à teoria da razão sensível de Maffesoli, também foram identificados alguns elementos em estratégias do Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (LGBT). A estratégia da Parada do Orgulho LGBT (conhecida como Parada Gay) é bastante emblemática nesse sentido. De fato, as Paradas apresentam uma atmosfera que sugere uma espécie de ação estético-política que remete ao universo do onírico, do festivo, da alegoria e da paixão, mas que traduz, em verdade, a conjunção da arte, da estética e da política.

Na perspectiva de Maffesoli (36), a estética relaciona-se ao ato de experimentar e sentir em comum, um modo de compartilhar que é traduzido cada vez mais sob a forma de espetáculos, já que é próprio da natureza do espetáculo acentuar a dimensão tátil e sensível da existência. Com efeito, a imagem e a poética das Paradas parecem exaltar estas dimensões e sinalizam a importância conferida à estética, à arte e à criatividade no ato de *ser político*.

Por outro lado, destaca-se que o Movimento LGBT apresenta expressivas categorias do paradigma latino-americano, marxista e da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”. A relação intrínseca com a afirmação de identidades constitui um dos elementos claros que traduzem seu alinhamento com esta última teoria e pode ser identificado no seguinte depoimento:

(referindo-se à Parada Gay) Eu acho que é um momento sim pra gente poder dar pinta. (...) da gente poder ser quem a gente é, se vestir do jeito que a gente quiser, sabendo que ali naquele ambiente a gente vai estar com outros LGBT na nossa volta e tal, mas que a gente precisa entender que de tudo isso precisa sair algum avanço para a gente. (Panamá – Movimento LGBT)

Para além da afirmação de identidades, as lutas por direitos são recorrentes nas entrevistas e indicam suas aproximações com o paradigma latino-americano discutido por Gohn (6). De fato, as Paradas são também evocadas enquanto estratégias de luta por políticas públicas, bem como referidas enquanto mecanismo de mobilização de massa:

(...) as paradas foi quem deu toda essa mobilização, foi quem mostrou para a sociedade, para os gestores que essa população existe, que essa

população precisa de políticas. (...) eu sou a favor que as paradas nunca acabem porque ela é um dos únicos momentos de mobilização de massa do movimento e interação com a sociedade. (Costa do Marfim – Movimento LGBT)

No entanto, elas são alvo de grande polêmica no interior do movimento, com defesas incondicionais por um lado e profundas críticas emitidas por outro. Os grupos refratários argumentam que ela teria perdido o cunho político e representaria tão somente uma grande festa “colonizada” pelos representantes do capital, materializados no chamado “mercado *pink*”. Sem entrar no mérito da questão, essa controvérsia identificada reforça a coexistência de diferentes visões e teorias.

Com relação às demais estratégias, destaca-se que a participação na construção de políticas públicas de saúde é apontada nas entrevistas como um mecanismo fundamental que estaria na base da própria articulação do Movimento LGBT. A necessidade de combate ao HIV/AIDS nos anos de 1980 teria sido mote para a convocação, o engajamento e articulação mais expressiva do movimento, ponto de partida para a ampliação das bases e fortalecimento das lutas que posteriormente viriam a atuar em outros setores. Nesse sentido, é importante ressaltar que esse movimento participou ativamente da elaboração da Política Nacional de Saúde da População LGBT, instituída em 2010, e atualmente constrói estratégias de luta contra a homofobia e a violência praticada contra essa população. A fala seguinte sintetiza a importância das lutas pelo direito à saúde para a organização do movimento:

(...) quem deu essa organicidade ao movimento GLBT foi a época da AIDS (...) que fez com a gente se organizasse, e onde foi que a gente foi nos organizar? Dentro da saúde. Porque quem construiu esse programa da saúde que tem hoje aí de prevenção HIV/AIDS e outras patologias (...) fomos nós que construímos esse programa de AIDS no Brasil. Fomos nós GLBT que fomos para a rua, que fomos para dentro do Ministério gritar e dizer que aquele não era um problema nosso e sim um problema de toda a sociedade e dali nós pensamos, articulamos e criamos juntos com o governo o grande programa que é vendido para o mundo (...) é através da saúde que nós agora estamos saindo da saúde e estamos construindo políticas em outros lugares.

A ocupação de “espaços” e esferas do controle social é citada como estratégia importante, especialmente a recente conquista do assento no Conselho Nacional de Saúde, mas também nos conselhos municipais e estaduais de saúde, conselhos de educação, conselhos de classe nas áreas de serviço social e psicologia, assim como em conselhos de segurança pública. Conforme já discutido, estes mecanismos refletem uma perspectiva gramsciana – alinhada com o paradigma marxista – incorporada por muitos movimentos desde os anos de 1990.

Esse período foi marcado pela criação de centenas de esferas instituídas de participação social, especialmente a partir da implementação do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que o setor saúde foi protagonista neste processo, tema largamente discutido por muitos autores (3-5,65, 66).

No entanto, não é somente a ocupação destes espaços que refletem a dita perspectiva existente, mas também as demais estratégias de formação política e teórica desenvolvidas junto às universidades e escolas, ainda que aparentemente sejam pulverizadas e vinculadas às iniciativas em âmbito local, possivelmente em decorrência da própria pluralidade do movimento. Por outro lado, todos revelam atuação no sentido de interferir, direta ou indiretamente, na elaboração e aprovação de projetos de leis (PL) relacionados aos direitos LGBTs, com especial atenção ao Projeto de Lei da Câmara, número 122 de 2006 (67), que trata da criminalização da homofobia e cuja redação final foi também alvo de críticas. Mesmo com o consenso em torno das críticas, sua desaprovação pelo Senado brasileiro em 2013 foi motivo de pesar e comemoração por diferentes grupos de militantes.

Destaca-se que as diversas visões, estratégias e teorias identificadas são também reflexos da própria pluralidade que compõe esse movimento. À semelhança do grupo de entrevistados composto por integrantes das Mobilizações de Junho de 2013, as entrevistas revelam que o Movimento LGBT também se divide em dois grandes blocos, sendo um constituído por militantes vinculados a diferentes organizações e outro que não apresenta vinculações. No interior do bloco com vinculações, há também uma divisão interna, entre o grupo dos militantes afiliados à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT) e outro grupo que se assume como “contra-hegemônico”.

Observando o conjunto dos resultados, é instigante perceber que os únicos movimentos e organizações que revelam aproximações com a teoria da razão sensível de Maffesoli (7) apresentam justamente uma configuração com elementos em comum, que traz à luz a figura do grupo aparentemente mais identificado com as *tribos*, cuja existência é simultaneamente reconhecida e repelida. Com efeito, as estratégias e formas de intervenção no mundo empreendidas pelos “tribais”, parecem simbolizar, no imaginário dos militantes vinculados às organizações, uma espécie de simbiose entre o *sagrado* e o *profano*.

Por fim, em relação à Rede Social do Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI), ela expressa um hibridismo complexo. Nasce como uma rede social vinculada a um projeto de extensão universitário, seus integrantes se entendem enquanto movimento estudantil, ela atua em rede com o Movimento Indígena, confere centralidade à dimensão cultural e política, apresenta estratégias de luta que se aproximam dos movimentos sociais clássicos e ao mesmo tempo também apresenta forte caráter de luta por direitos. Desse modo, revela alinhamentos com o paradigma latino-americano, apresenta traços da teoria dos “Novos Movimentos Sociais” e carrega elementos do paradigma marxista.

Em termos de aproximações teóricas ela não difere de outros movimentos e organizações já analisados no âmbito desta categoria. Todavia, suas características de atuação são bastante distintas, haja vista que ela é uma rede social vinculada a um projeto de extensão que desenvolve processos de formação em cultura digital com as comunidades indígenas, como tal, apresenta relações diretas com a universidade e uma forma de atuação diferenciada.

Essas relações parecem explicar, em certa medida, os sentidos evocados pelos entrevistados, cujos significados apontam para o entendimento da Rede Social do PVPI enquanto um dos três pilares que constituem o movimento estudantil indígena no interior da Universidade de Brasília. Ademais, ressaltam sua ligação intrínseca com o movimento indígena em nível nacional, conforme pode ser identificado no seguinte fragmento de entrevista:

(...) são três grupos de movimento social, um grupo só dos estudantes, o outro que é dos estudantes indígenas também só que via associação, e o outro grupo que é associado ao Projeto Vidas Paralelas Indígenas, e fora nós temos as articulações com as nossas bases, né Que quando

eles vêm para reuniões, congressos, essas coisas eles sempre pedem o nosso apoio então meio que a gente forma uma rede.

Nota-se que as características encontram ressonância nas colocações de Scherer-Warren (11), muitas vezes assinaladas neste trabalho, e que destacam a atuação dos movimentos sociais em redes enquanto um fenômeno crescente desde a década de 1990. Cabe ressaltar que, embora a Rede Social do PVPI tenha, em sua origem expressivas vinculações com as redes virtuais e com o ciberativismo, uma vez que desenvolve processos de formação em cultura digital em 8 comunidades indígenas, as entrevistas revelam que elas não constituem centralidade das estratégias de atuação e tampouco se identificam com a noção de *tecno-sophie* discutida anteriormente neste trabalho. As redes sociais virtuais são concebidas mais como ferramentas do que propriamente como espaços de relação e construção de novas relações sociais, culturais e políticas.

Parece haver um hiato que não cabe aqui aprofundar, mas importa realçar que, independente do tipo de relação existente com as redes virtuais, as dimensões da cultura e da arte ocupam um lugar importantena Rede Social do PVPI, haja vista que as produções imagéticas (fotografias e vídeos) realizadas pelos membros das comunidades nas Oficinas de Formação são concebidas como formas de expressão cultural e atuação política, evidenciando as aproximações com o paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”.

Por outro lado, é interessante observar que algumas das principais estratégias de lutas adotadas pela rede do PVPI constituem ações amplamente difundidas e protagonizadas pelo MST, incorporadas por outros movimentos e organizações também discutidos nesta pesquisa, tais como as ocupações, marchas e protestos, bem como a realização de processos de formação, sinalizando algumas de suas influências no campo teórico. Além disso, o fato de a rede do PVPI se articular com o movimento indígena nacional e suas lutas por demarcação de territórios indígenas indica sua relação, mesmo que por vezes indireta, com as lutas por alterações estruturais da sociedade e evidencia seus alinhamentos com o paradigma marxista.

(...) a gente tem tentado acompanhar as reivindicações do movimento indígena como um todo, né (...) o projeto ele tem buscado contribuir de várias e diversas maneiras possíveis (...) por exemplo, a ocupação da FUNAI feita pelos estudantes em maio que foi algo que saiu, digamos assim, idealizado dentro do projeto, construído como seria a ocupação,

apoiado inclusive. Então tem funcionado, de certa forma tem muita gente transitando em vários lugares ao mesmo tempo também. (...) participando o tempo todo ou quando pode nos espaços daí da ocupação do Congresso, acampamentos de terra livre, sei lá, seminário da temática indígena, desde, sei lá, reunião de lideranças... então assim, tem transitado por diversos locais e tudo com o foco estratégico a favor das comunidades indígenas.(...)E tem participado também de marchas, né As caminhadas, os protestos eu acho que o projeto aí tá começando a ocupar espaços de participação. Quando tem em Brasília a gente ocupa de forma direta (...) E aí na mobilização nacional, como eu já falei, a gente tem essa participação nesse espaço e também nas comunidades que a gente tem aquela relação direta com oito comunidades indígenas aqui do Brasil. (Paraguai – Rede Social do PVPI)

Normalmente nós participamos dos movimentos sociais, das passeatas, das mobilizações junto com outros grupos. Nós somos muito associados a outros grupos (...) participamos de debates, conferências, seminários, vamos apresentar trabalhos, vamos para encontros, todos os tipos de movimentos, de acontecimentos ligados seja educação, saúde ou meio ambiente nós estamos inseridos, né (Congo – Rede Social do PVPI)

Acho que o mais forte assim é essa mobilização, manifestação (...) outro exemplo também foi quando nós tivemos, eu não sei se foi dois meses de atraso... que a FUNAI faz o nosso auxílio financeiro, né Aí o grupo de estudantes foi e ocupou a FUNAI. (Senegal – Rede Social do PVPI)

As estratégias identificadas transitam entre ações diretas e articulação política dos estudantes indígenas dentro da universidade, bem como o desenvolvimento de pesquisas e processos de formação política e teórica que incluem a participação em congressos, seminários e conferências. Destaca-se que as pesquisas e os processos de formação são entendidos também enquanto estratégias de lutas por afirmação de identidades e “descolonização” dos saberes, bem como forma de ampliar o debate sobre os direitos dos povos indígenas no conjunto da sociedade, caracterizando assim um mecanismo de ocupação de “espaços” e luta por *hegemonia* que ultrapassa os “muros” da universidade.

Nesse sentido, nota-se que estas estratégias encontram ressonância no paradigma marxista, latino-americano e na teoria dos “Novos Movimentos Sociais”. Com efeito, a Rede Social do PVPI parece ter construído uma identidade coletiva que lhe permitiu criar formas próprias de lutas, por dentro e por fora da universidade, articulando-se com as lutas do movimento indígena e fazendo da “ocupação” acadêmica um meio de estabelecer pontes para interferir em outros espaços de elaboração das políticas públicas.

De fato, as entrevistas mencionam estratégias de participação em esferas de debate sobre distintas políticas setoriais, além de incluir iniciativas de criação

da Disciplina de Saúde Indígena na UnB e do Ambulatório de Atenção Integral à Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília, mencionado como importante locus atual de articulação das lutas da rede do PVPI, conforme pode ser identificado nos seguintes depoimentos:

(...) dentro da universidade a nossa articulação com a saúde é bem ligado, fortemente ao ambulatório de saúde indígena que hoje é o ápice da nossa articulação enquanto PVPI, enquanto todos os grupos assim... grupos de movimento social dentro da universidade. (Congo – Rede Social do PVPI)

O grupo em si ele participou diretamente tanto que a ideia mesmo da criação da própria disciplina de saúde indígena e do ambulatório ela veio por uma demanda dos grupos dos estudantes indígenas, né.

(Senegal – Rede Social do PVPI)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados permite vislumbrar a pluralidade de formas de expressão dos movimentos sociais no contexto contemporâneo, evidenciando um cenário complexo e multifacetado que sinaliza a coexistência de distintas razões (moderna e sensível) e teorias que parecem nortear os movimentos e traduzem-se nos modos de organização, atuação e nas estratégias de luta adotadas. Com efeito, a primeira fase de análise desta pesquisa aportou elementos que constituíram sinalizadores dessa coexistência, posteriormente confirmada no universo de movimentos e organizações analisadas em profundidade.

Nesse sentido, as categorias emersas nas entrevistas – “tecnologia”, “tecnosophie” e “paradigmas e teorias” – parecem revelar de modo expressivo as referidas racionalidades, sinalizando a multiplicidade de concepções e tendências existentes nas diferentes formas de expressão dos movimentos sociais.

Os conceitos de tecnologia e *tecnosophie* emergiram como elementos que influenciam fortemente o modo como as redes virtuais são compreendidas e as formas de relação que os diferentes movimentos estabelecem com elas, interferindo no reconhecimento (ou não) das potencialidades das mesmas enquanto espaços de efetivação de debates políticos e novas formas de atuação política.

Com efeito, foram identificados dois grupos que apresentam aproximação cada qual com as concepções de tecnologia e *tecnosophie*. Destaca-se que esta última foi encontrada somente entre os integrantes das Mobilizações de Junho de 2013, sinalizando diferenças bem marcantes. Todos os demais movimentos carregam consigo concepções de tecnologia em suas variadas correntes, embora a vertente mais forte seja o Instrumentalismo.

No interior do grupo identificado com as concepções de tecnologia, os resultados evidenciam que o Facebook e as redes virtuais ainda representam um campo nebuloso com o qual boa parte dos movimentos sociais, especialmente os clássicos, estão tentando lidar e compreender, haja vista que instituem novas formas de atuação e organização muito distintas dos modos como historicamente os movimentos sociais se organizaram e empreenderam suas lutas. Nota-se que

não há consenso acerca das potencialidades do Facebook e das redes virtuais enquanto esferas de debate político, embora exista claramente uma tendência à descrença.

A concepção instrumental de tecnologia, cujo alicerce se funda na razão moderna, constitui a vertente mais presente e reflete um olhar sobre o Facebook, as redes virtuais e a internet estritamente como ferramentas utilitárias ou como meios de comunicação e articulação, que poderiam ser comparáveis, respeitados os devidos contextos temporais, a outros instrumentos outrora hegemônicos e largamente adotados pelos movimentos nos processos de mobilização.

Por outro lado, o grupo alinhado com a concepção de *tecnosophie* revela significados e modos de se relacionar com as redes virtuais e o Facebook profundamente diversos. Esta concepção foi identificada na maioria dos entrevistados integrantes das Mobilizações de Junho de 2013, sobretudo àqueles que não apresentam vínculos com nenhum outro tipo de movimento ou organização.

No âmbito desse grupo, as redes sociais virtuais e o Facebook, configuram-se menos como instrumentos e mais como *espaços e lugares* onde se forjam, cotidianamente, novas formas de relação, expressão e atuação no mundo. Espaços que originam outras sociabilidades e conduzem à criação de modos distintos de atuação política. Nesse sentido, a maioria dos integrantes desse grupo considera o Facebook como um espaço potente no que se refere à efetivação de debates políticos, sugerindo a existência de novos entendimentos acerca das formas de atuar, debater e intervir politicamente que parecem encontrar ressonância na razão sensível.

Nota-se que há uma distância muito grande entre a concepção tecnológica instrumental, hegemônica nos resultados deste estudo, e a concepção *tecnosófica* apreendida nesse último grupo analisado e bastante presente no universo do ciberativismo. Em verdade, os dados revelam que boa parte dos movimentos entrevistados ainda percebe este universo como despolitizado, evidenciando um hiato existente entre as diferentes formas de expressão e atuação dos movimentos sociais, elementos que sinalizam a coexistência de racionalidades distintas que transitam entre a razão moderna e a razão sensível.

Por outro lado, há sinais de interconexões teóricas e empíricas entre as diferentes formas de luta, posto que os movimentos sociais clássicos também têm

construído novos modos de agir em diálogo com as tecnologias – ou melhor dizendo, com as *tecno Sofias* – assim como o ciberativismo também tem sinalizado a construção de formas de atuação política que não se restringem ao meio virtual, conduzindo a uma retroalimentação entre os espaços virtuais e físicos que parecem contribuir, pouco a pouco, para a ampliação dos debates políticos e o fortalecimento da participação social.

De fato, a emergência e a análise da categoria intitulada Paradigmas e Teorias permite vislumbrar a pluralidade de estratégias de luta adotadas pelos movimentos sociais e a diversidade de teorias que elas traduzem, revelando um cenário complexo no qual é possível identificar algumas características marcantes e tendências forjadas no campo empírico.

A primeira tendência abordada corresponde aos movimentos sociais com larga trajetória e/ou identificados com os mesmos, que parecem focar mais em estratégias de ocupação, processos de formação e, em graus variados, a disputa de “espaços” políticos na perspectiva Gramsciana. Esse grupo revela expressivamente o alinhamento teórico marxista, embora também apresente elementos do paradigma latino-americano. A perspectiva de classe e a luta por alterações estruturais da sociedade são os eixos norteadores e mobilizadores que definem suas estratégias e conferem coesão.

Uma segunda tendência é representada pela ANEPS, a qual tem como centralidade a articulação, valorização e construção de processos de formação e práticas relacionados à educação popular em saúde, incluídos neste bojo a própria elaboração da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e as estratégias de consolidação do SUS, características que explicam sua forte vinculação com o paradigma marxista e latino-americano. Contudo, diferentemente da primeira tendência, a ANEPS já confere um valor maior às dimensões culturais, políticas e artísticas, de modo que ela parece mesclar estratégias voltadas às questões macroestruturais com ações em nível micro, visto que também valoriza as práticas dos sujeitos e as potencialidades de pequenas mudanças vinculadas às microrrelações, traduzindo alguma proximidade com a teoria dos “Novos Movimentos Sociais”.

Esta teoria é mais marcante na terceira tendência, identificada em parte dos integrantes das Mobilizações de Junho de 2013 e parte do Movimento LGBT, bem como na Rede Social do PVPI – os quais mesclam fortemente essa teoria

com os paradigmas marxista e latino-americano. Ou seja, não abandonam a perspectiva marxista, lutam por direitos, mas trazem consigo de modo mais forte as questões do cotidiano, a afirmação de identidades e a concepção alargada de política, vinculada às ações culturais e mudanças das microrrelações. Entretanto, todas essas concepções ainda são claramente relacionadas à ideia de identidade coletiva, ou seja, constituem elementos que os vinculam a algum movimento ou grupo específico, mesmo que eles também acreditem na atuação micro dos sujeitos. As lutas e estratégias de atuação permanecem ligadas a um dado coletivo com o qual se identificam, expressando-se em ações diretas, atividades de formação de base e disputas por espaços políticos institucionais, embora esta última não seja adotada por todos.

A quarta e última tendência desvelada é a mais discrepante, uma vez que traz à luz estratégias e modos de intervenção no mundo absolutamente diferentes dos demais, sinalizando dissonâncias com os paradigmas dos movimentos sociais e evidenciando alinhamentos com a teoria da *razão sensível* de Maffesoli (7). Os elementos teóricos, em maior ou menor intensidade, foram identificados, paradoxalmente, no interior do Movimento LGBT e entre integrantes das Mobilizações de Junho de 2013.

Nesse caso, importa ressaltar que a *razão sensível* constitui a lógica dominante nessa tendência e revela modos de ser, estar e intervir no mundo muito distintos, haja vista que não são movidos pela prudência do intelecto, mas pelas pulsões da vida. Com efeito, é o desejo de compartilhar as vivências que parece engendrar novas sociabilidades e criar outras formas de atuação política.

De fato, não são marxistas, mas lutam (a seu modo) contra o capitalismo. Acreditam no sujeito, mas formam *tribos*. Não se vinculam a movimentos, mas vivem em redes. Não tem projetos, mas desejam outro mundo. Enfim, não cabe repetir as intervenções evocadas por este grupo, mas assinalar que não é mais a razão instrumental, sozinha, que orienta sua leitura de mundo e define suas ações. Os afetos e as emoções parecem ter “ocupado” o *latifúndio da existência!*

Observando o conjunto das estratégias de luta analisadas, nota-se que elas normalmente extrapolam os princípios presentes em cada teoria, evidenciando a pluralidade de categorias que revelam, em verdade, um mosaico teórico, cuja composição não se “enquadra” completamente em nenhuma delas.

Para finalizar, cabe dizer que os resultados evidenciam a complexidade da sociedade contemporânea e sinalizam a coexistência de distintas teorias e razões que parecem nortear (e explicar) os movimentos sociais, refletindo-se nas diversas formas de expressão e estratégias de luta, bem como em seus modos de relação com as tecnologias (ou *tecnosofias*).

Esta característica sinaliza que, isoladamente, as teorias parecem não dar conta plenamente de explicar os fenômenos e as multifacetadas formas de expressão dos movimentos sociais na atualidade, sugerindo a necessidade de compor, também no campo teórico, o mosaico que a realidade nos apresenta. Afinal, parece que vivemos uma sociedade com “vidas (e razões) paralelas” e, como tal, é preciso abertura e sensibilidade suficientes para encontrar caminhos capazes de dialogar com as diferenças sem abandonar os sonhos.

7 REFERÊNCIAS

1. Hoefel MGL, Severo DO. Movimentos sociais e participação em contexto de conflitos socioambientais: uma proposta de matriz de análise. *Revista Tempus: Actas de Saúde Coletiva*. 2014 jun; 2(8): 27-45.
2. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 223 p.
3. Gohn MG. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003. 213 p.
4. Gohn MG. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 143 p.
5. Gohn MG. *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003. 172 p.
6. Gohn MG. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2008. 383 p.
7. Maffesoli M. *Elogio da Razão Sensível*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
8. Carvalho AI. *Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995. 135 p.
9. Simionatto I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis-São Paulo: Ed. UFSC-Cortez, 2004. 281 p.
10. Quevedo J, Iokoi ZMG. *Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA, CCSH, 2007. 326 p.
11. Scherer-Warren I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2005. 143 p.
12. Scherer-Warren I. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*. 2006 jan-abr; 21(1): 109-130.
13. Seoane J. Movimientos sociales y recursos naturales en américa latina: resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas. *Sociedade e Estado*. 2006; 21(1): 85-107.
14. Harvey D, et al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012, 87 p.
15. Bryan NAP. *Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx* [Internet]. Campinas [SP]: Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação; 2007 [citado em abril de 2014]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000050738>

16. Marx K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
17. Novaes H, Dagnino R. O Fetiche da Tecnologia. ORG & DEMO. 2004; 5(2): 189-210.
18. Feenberg A. O que é Filosofia da Tecnologia [Internet]. Conferência pronunciada para estudantes universitários de Komaba, Japão; jun 2003 [citado em abril de 2014]. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/site/aulas/132/Feenberg_Filosofia_da_Tecnologia.pdf
19. Arruda Jr. EL, Borges Filho N. Gramsci: Estado, direito e sociedade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995. 160 p.
20. Gruppi L. Tudo Começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1985. 93 p.
21. Severo DO. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Controle Social do SUS: concepção do Coletivo Nacional de Saúde. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
22. Covre MLM. O que é cidadania? São Paulo: Brasiliense, 2007. 78 p.
23. Pateman C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
24. Sales CV. As máscaras da democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos. Sociologia Política. 2005; 24: 233-245.
25. Schumpeter J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
26. Costa S. Democracia cosmopolita. Défis conceituais e equívocos políticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003; 18 (53).
27. Dagnino E, Olvera AJ, Panfichi A. La Disputa por la Construcción Democrática en la America Latina. México: Fondo de Cultura Económica, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2006, 15-102 p.
28. Santos BS. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2008 mar; 80: 11- 43.

29. Pereira MF. O controle social e a participação democrática nos conselhos municipais de saúde da RIDE-DF. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
30. Santos BS. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. In: Santos BS. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
31. Gurrutxaga IA, Pedro IG. Democracia participativa y desarrollo humano. Madrid: Dykinson S.L., 2007.
32. Santos BS. Epistemologias do Sul. Série Conhecimentos e Instituições. Coimbra: Almedina, 2009.
33. Dussel E. 1492 – O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
34. Latouche S. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.
35. Berman M. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: Berman M. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
36. Maffesoli M. No fundo das aparências. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
37. Fernandes CS. Sociabilidade, comunicação e política: a experiência estético-comunicativa da Rede MIAC na cidade de Salvador. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
38. Nisbet R. Historia de la idea de progreso. Barcelona: Gedisa, 1981.
39. Oliveira CMS. Dobras e Redobras: uma discussão sobre o barroco e suas interpretações. Revista Política & Trabalho. 1999; 15: 151-165.
40. Bazin G. Barroco e Rococó. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
41. Brasil. Resolução número 196 de 10 de outubro de 1996 [internet]. Ministério da Saúde. Brasília, 1996. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html
42. Brandão CR, Borges MC. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Uberlândia: Rev. Ed. Popular. 2007 jan-dez; 6. 51-62 p.
43. Moretti CZ, Adams T. Pesquisa participativa e educação popular: epistemologias do visual. Porto Alegre: Educ. Real. 2011 mai-ago; 36(2), 447-463 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

44. Maffesoli M. O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
45. Minayo MCS. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994. 269 p.
46. Hoefel MGL, Torres M, Benavides J, Lujan A, Kohen J, Mussi M et al. Políticas, Participación Social y Actores Sociales. Relatório de Pesquisa – COPEH/TLAC, 2010.
47. Hoefel MGL, Severo DO, Silva J, Silva GM. Resistência e Violência no contexto dos conflitos socioambientais indígenas. Relatório de Pesquisa (PIBIC – Ações Afirmativas) – Universidade de Brasília, 2012.
48. Farias LC. Acolhimento na Atenção Básica: reflexões éticas sobre a atenção à saúde dos usuários. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.
49. Souza CF, Almeida OS, Lemos OL, Santos MCP. Caracterização dos impactos socioambientais na comunidade do entorno do Rio Maiquinique. Revista Eletrônica Fainor. 2014 jan-jun; 7(1), 222-238 p.
50. Severo DO, Pareto AC, Matiolo E, Da Ros MA. Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde: um caminho em construção. In: Jezine E, Batista MSX, Moreira OL. Educação Popular e Movimentos Sociais. João Pessoa: UFPB. 2009, 165-185 p.
51. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Brasil; [citado em janeiro de 2013]. Disponível em: www.mst.org.br
52. Subsídios para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental/ Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde [internet]. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2007. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/subsi_miolo.pdf
53. La Rocca F. La ville dans tous ses états. Paris: CNRS Editions, 2013.
54. Assis EG. Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo [internet]. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). 2006. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/Taticas%20ludico-midiatico.pdf>

55. Alcântara, LM. Ciberativismo: mapeando discussões [internet]. 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=429
56. Moraes D. Comunicação alternativa redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas [internet]. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. 2007; 9(2). Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/226/224>
57. Machado JA. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Porto Alegre: Revista Sociologias. 2007 jul-dez; 9(18), 248-285 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>
58. Raminelli FP, Oliveira RS. Ciberativismo e as petições online: uma análise do site [internet]. Espírito Santo: Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI. 2011. Disponível em: <http://nudiufsm.files.wordpress.com/2012/04/raminelli-f-oliveira-r-ciberativismo-e-as-petic3a7c3b5es-online-uma-anc3a1lise-do-site-avaaz.pdf>
59. Rigitano MEC. Redes Sociais e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente [internet]. 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>
60. Cavalcanti RF. Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação [internet]. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2010. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5305/1/rebeca.pdf>
61. Lemos A, Levy P. O futuro da internet: em direção a uma democracia. São Paulo: Paulus, 2010.
62. Arroyo MG, Caldart RS, Molina MC. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.
63. Freire P. Transcrição do vídeo: Paulo Freire *in memoriam*, por Camila Téó, [citado em abril de 2013]. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/paulo-freire-e-as-marchas/>
64. Pagliaro M et alii. From Glycerol to Value-Added Products. Institute for Scientific Methodology, and Istituto per lo Studio dei Materiali Nanostrutturati. Palermo, Italy. Angew. Chem. Int. Ed. 46. 2007. 4434-4440 p.

65. Gerschmann S. A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
66. Correia MVC. Desafios para o Controle Social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
67. Brasil. Projeto de Lei da Câmara, número 122 de 2006 [internet]. Brasília, 2006. Disponível em:
http://www.senado.gov.br/Atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604

**Apêndice A – Banco de Imagens Coletadas na Terceira Fase da Pesquisa
(Parte II)**



Figura 1 – Marcha do Movimento Indígena na Cúpula dos Povos (2012)



Figura 2 – Marcha do Movimento Indígena na Cúpula dos Povos (2012)



Figura 3 – Acampamento Terra Livre (ATL) na Cúpula dos Povos (2012)



Figura 4 – Acampamento Terra Livre (ATL) na Cúpula dos Povos (2012)



Figura 5 – Rede Social PVPI no Acampamento Terra Livre durante a Cúpula dos Povos (2012)



Figura 6 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 7 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 8 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 9 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 10 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 11 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 12 – Marcha geral da Cúpula dos Povos (2012)



Figura 13 – Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas (2012)



Figura 14 – Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas (2012)



Figura 15 – Encontro Unitário dos Trabalhadores, Povos do Campo, das Águas e das Florestas (2012)



Figura 16 – Encontro Nacional da Rede Social PVP Trabalhador (2012)



Figura 17 – Encontro Nacional da Rede Social PVP Trabalhador (2012)



Figura 18 – Encontro Nacional da Rede Social PVP Trabalhador (2012)



Figura 19 – Parada LGBT de Brasília (2012)



Figura 20 – Parada LGBT de Brasília (2012)



Figura 21 – Parada LGBT de Brasília (2012)



Figura 22 – Parada LGBT de Brasília (2012)



Figura 23 – Marcha Contra Companhia Vale durante Cúpula dos Povos (2012)



Figura 24 – Marcha Contra Companhia Vale durante Cúpula dos Povos (2012)



Figura 25 – Marcha contra Companhia Vale durante Cúpula dos Povos (2012)



Figura 26 – Rede Social PVPI na Marcha em Defesa dos Guarani-Kaiowá (2012)



Figura 27 – Rede Social PVPI na Marcha em Defesa dos Guarani-Kaiowá (2012)

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto: **ANÁLISE DAS FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NO QUE TANGE À CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE**, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da SES/DF, como parte de um projeto mais amplo denominado: O Controle Social no SUS: o desafio da articulação dos conselhos regionais de saúde e movimentos sociais para ampliar a participação social na gestão do SUS.

O objetivo desta pesquisa é: Analisar as formas de expressão dos movimentos sociais e identificar as potencialidades e fragilidades no que tange à construção de estratégias de participação social em saúde. Para tanto, busca a) mapear os movimentos sociais no contexto brasileiro; b) Compreender as formas de organização, as estratégias de ação, a organicidade e a dinâmica dos movimentos sociais; c) Identificar e analisar as bandeiras de luta dos movimentos sociais, a fim de apreender em que medida a saúde está incluída em suas lutas; d) Conhecer de que modo os movimentos sociais estão participando da construção de políticas públicas de saúde; e) Conhecer a representação de ação política e participação social em saúde dos movimentos sociais; f) Conhecer a visão dos movimentos sociais identificados acerca das formas de representação política e das instituições democráticas;

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e será assegurado que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será através de uma entrevista e/ou grupo focal que o(a) senhor(a) poderá participar em data previamente agendada. Não existe obrigatoriamente um tempo pré-determinado para a realização da entrevista e/ou grupo focal. Eles serão registrados por meio de gravação de voz e/ou imagem e posteriormente transcritos para fins de análise. Informamos que o(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Os resultados da pesquisa serão divulgados na sua Organização, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde/ Área de Saúde Coletiva, vinculado à Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com: Denise Severo, através do email: rec.coordped@gmail.com

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SES/DF. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone: (61) 3325-4955.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

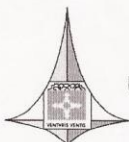
Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

Apêndice C – Roteiro para Entrevista Semi-estruturada

1. Como vocês se definem, vocês são um movimento social, uma rede social, um coletivo, um grupo, um projeto, etc ? O que significa ser um movimento, projeto, etc?
2. Vocês participam ou se articulam com outros movimentos sociais e redes?
3. Quais são as bandeiras de luta?
4. Quais são as estratégias de luta adotadas?
5. Como vocês se organizam?
6. Como é a dinâmica do movimento, existem encontros? Eles são presenciais ou virtuais? Existe uma agenda? Existe divisão de tarefas? Vocês se articulam com outros movimentos, de que forma?
7. Vocês atuam na construção de políticas públicas de saúde?
8. Vocês consideram que a saúde está incluída direta ou indiretamente nas pautas de luta de vocês? De que modo?
9. O que significa uma ação política pra vocês? Quais são as formas de se fazer política hoje?

Anexo A – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal e Entorno



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/SES-DF

PARECER Nº 001/2012

PROTOCOLO Nº DO PROJETO: 569/2011 – O CONTROLE SOCIAL NO SUS: O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS REGIONAIS DE SAÚDE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO SUS.

Instituição Pesquisada: Secretaria de Saúde do Distrito Federal/SES-DF.

Área Temática Especial: Grupo III (não pertencente à área temática especial), Ciências da Saúde.

Validade do Parecer: 28/12/2013

Tendo como base a Resolução 196/96 CNS/MS, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras em pesquisa envolvendo seres humanos, assim como as suas resoluções complementares, o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, após apreciação ética, manifesta-se pela APROVAÇÃO DO PROJETO.

Esclarecemos que o pesquisador deverá observar as responsabilidades que lhe são atribuídas na Resolução 196/96 CNS/MS, inciso IX.1 e IX.2, em relação ao desenvolvimento do projeto. Ressaltamos a necessidade de encaminhar o relatório parcial e final, além de notificações de eventos adversos quando pertinentes no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item II.13 da Resolução 196/96 CNS/MS).

Brasília, 02 de janeiro de 2012.

Atenciosamente,

Maria Rita Carvalho Garbi Novaes
Comitê de Ética em Pesquisa/SES-DF
Coordenadora

AL/CEP/SES-DF

Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - SES
Comitê de Ética em Pesquisa
Fone/Fax: 3325-4955 – e-mail: cepesedf@saude.df.gov.br
SMHN – Q. 501 – Bloco "A" – Brasília – DF – CEP.: 70.710-907
BRASÍLIA - PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE